



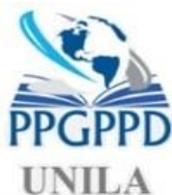
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)

**TRABALHO FEMININO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES E
RECICLADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU –
ACARESTI**

Marcia da Luz Leal

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Foz do Iguaçu
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)

**TRABALHO FEMININO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES E
RECICLADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU –
ACARESTI**

Marcia da Luz Leal

Proposta de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à elaboração da Dissertação do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciana Mello Ribeiro.

Coorientador: Prof. Dr. Claudio Alexandre de Souza.

Foz do Iguaçu
2021

MARCIA DA LUZ LEAL

**TRABALHO FEMININO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES E
RECICLADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU –
ACARESTI**

Proposta de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à elaboração da Dissertação do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

BANCA DE QUALIFICAÇÃO

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Luciana Mello Ribeiro

UNILA

Coorientador: Prof. Dr. Claudio Alexandre de Souza

UNIOESTE

Prof^ª. Dr^ª. Ana Carolina Ogando

WIEGO

Prof. Dr. Antonio de La Peña Garcia

UNILA

Foz do Iguaçu, 3 de dezembro de 2021.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA – PTI

LEAL, Marcia da Luz. Trabalho feminino: o caso da associação de catadores e recicladores de resíduos sólidos de Santa Terezinha de itaipu – ACARESTI. Marcia da Luz Leal. – Foz do Iguaçu, 2021, 154 fl.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luciana Mello Ribeiro-; Coorientador: Prof. Dr. Claudio Alexandre de Souza.

1. Coleta seletiva. 2. Meio ambiente. 3. Gênero. 4. Desenvolvimento social. 5. Socioambientalismo.

RESUMO

Este estudo aborda o trabalho feminino na coleta seletiva de resíduos sólidos, no contexto da Associação dos Catadores de Resíduos Recicláveis e/ou Reaproveitáveis de Santa Terezinha de Itaipu - ACARESTI. O objetivo da investigação foi compreender por quais razões as mulheres trabalham na Associação ACARESTI, considerando aspectos sociais, econômicos, ambientais, de gênero e de desenvolvimento pessoal. Buscou-se com a pesquisa observar como são vivenciadas as atividades de coleta seletiva, triagem e venda de recicláveis, inseridas no espaço da ACARESTI, procurando reconhecer como as atividades desenvolvidas na associação contribuem para a inclusão social e desenvolvimento pessoal dos associados, e verificando também se ocorre uma divisão do trabalho influenciada pela dimensão de gênero. A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso. A coleta de dados realizou-se através de questionário, análise documental, entrevista e observação. Os resultados da pesquisa demonstram que as atividades realizadas pelos associados da ACARESTI contribuem para a inclusão social e o desenvolvimento socioeconômico das pessoas envolvidas nesta atividade. As respostas ao questionário permitiram conhecer a percepção dos trabalhadores em relação ao trabalho da associação, demonstram que a organização e a divisão do trabalho, realizada pela coordenação, favorece acomodação/ adaptação/ conformidade com as funções distribuídas e o funcionamento da associação. A percepção dos associados acerca do trabalho na ACARESTI parece motivar a boa adaptação às funções exercidas por eles na instituição. A associação desenvolve ações relativas à inclusão social, como firmar parcerias com empresas que possam contribuir com assistência aos associados, além de apoiar a existência de programas sociais e políticas públicas da prefeitura voltados a ampliação e fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico local, abrangendo todos os envolvidos na ACARESTI.

Palavras-chave: Coleta seletiva. Meio ambiente. Gênero. Desenvolvimento social. Socioambientalismo.

ABSTRACT

This study addresses women's work in the selective collection of solid waste, in the context of the Association of Recyclable and/or Reusable Waste Collectors of Santa Terezinha de Itaipu - ACARESTI. The objective of the investigation was to understand the reasons why women work at ACARESTI, considering social, economic, environmental, gender and personal development aspects. Thus, the research sought to observe how the activities of selective collection, sorting and sale of recyclables are experienced, inserted in the ACARESTI space, seeking to recognize how the activities that are developed in the association contribute to the social inclusion and personal development of the associates, also verifying if there is a division of labor that is influenced by the gender dimension for the recycling work. The research is characterized as a case study. Data collection was carried out through a questionnaire, document analysis, interview and observation. The survey results demonstrate that the activities carried out by ACARESTI members contribute to the social inclusion and socioeconomic development of the people involved in this activity. The answers to the questionnaire allowed us to know the perception of workers in relation to the work of the association, demonstrating that the organization and division of labor within the association is carried out by the coordination of the association, allowing accommodation/adaptation/compliance with the distributed functions and the functioning of the association. The perception of associates about work at ACARESTI seems to motivate a good adaptation to the functions performed by them in the institution. The association develops actions to meet the needs of members, such as establishing partnerships with companies that can contribute to assisting members, in addition to contributing to the existence of social programs and public policies of the city hall aimed at expanding and strengthening the socioeconomic development of all involved in ACARESTI.

Keywords: Selective collection. Environment. Gender. Social development. Socioenvironmentalism.

“O que as mulheres fizeram resultou em um quarto de século de revolução social cataclísmica. A próxima fase do nosso progresso como indivíduos, como uma união de mulheres e como habitantes do nosso corpo e deste planeta depende agora do que decidirmos ver quando olharmos no espelho”.

(NAOMI WOLF, 1992)

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo a Deus, aos meus familiares, amigos e aos trabalhadores da ACARESTI, com imensa gratidão e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus que me fortaleceu e foi o alicerce nessa jornada, a certeza de Sua proteção garantiu que eu desfrutasse as muitas oportunidades que a vida tem me oferecido.

Agradeço a minha mãe Terezinha da Silva Leal e a meu pai José da Luz Leal pelo Dom da Vida. Ao meu filho Eduardo Henrique Ferrari, mesmo distante, sei que de alguma forma estás comigo em todos os momentos, afinal, por ti, meu Filho Amado, sempre batalhei, nunca enfraqueci e nem esmoreci, fostes e és o meu incentivo diário para que se realizasse esse sonho.

A todos os familiares e amigos, pelo apoio e incentivo, em especial ao Wagner Grizorti, meu “Fiel Escudeiro”, e ao Jonas Wons, que por vezes me alegrou e me acalmou quando pensava não dar conta desta empreitada. Vocês foram muito importantes para essa conquista, pois a amizade de vocês sempre me auxiliou a aliviar a pressão, sou muito grata por estarem ao meu lado.

Aos meus colegas de estudo e de trabalho, que vivenciaram muitos momentos de alegrias e tristezas e me confortaram sempre que precisei. Aos associados da ACARESTI, que me inspiraram e oportunizaram essa pesquisa, o que contribuiu para meu conhecimento e aprendizado.

Agradeço aos professores do Curso do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, especialmente à Professora Dr^a Luciana Mello Ribeiro e ao Professor Dr. Claudio Alexandre de Souza pela dedicada orientação na realização deste estudo.

Enfim, agradeço a todas as mulheres, que inspiraram a realização de uma pesquisa que reflete a dor de ser mulher numa sociedade que valoriza por vezes a aparência e despreza a essência do fazer feminino na construção de uma sociedade mais justa e de um mundo mais limpo, a todas o meu respeito e carinho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma das atividades.....	28
Figura 2: Fluxograma do roteiro do material reciclável na ACARESTI.....	67
Figura 3: Produtos de limpeza fabricados na ACARESTI.....	69
Figura 4: Entrada da Administração.....	69
Figura 5: Sala de reuniões da ACARESTI.....	69
Figura 6: Aterro sanitário.....	70
Figura 7: <i>Container</i> para coleta.....	70
Figura 8: Seleção de recicláveis.....	71
Figura 9: Seleção de plásticos na esteira.....	71
Figura 10: Fardos de papel.....	72
Figura 11: Fardos de resíduos plásticos.....	72
Figura 12: Placa que identifica a parceria com PMSTI.....	73
Figura 13: Galpão de reciclados.....	73
Figura 14: Fardos de papelão prensados.....	73
Figura 15: Equipamentos e materiais.....	74
Figura 16: Carrinhos com <i>big bags</i>	74
Figura 17: Operador em empilhadeira.....	75
Figura 17: Caminhão de reciclados.....	75
Figura 18: Organograma da estrutura administrativa da ACARESTI.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Porcentagens de classificação dos associados por idade.....	79
Tabela 02 – Classificação dos associados por raça/cor.....	81
Tabela 3 - Censo de raça/cor em Santa Terezinha de Itaipu.....	82
Tabela 04 – Classificação do estado civil dos associados.....	84
Tabela 05 – Classificação da escolaridade dos associados	86
Tabela 06 - Cargo/ função que desempenha na Associação.....	90
Tabela 07 – Porcentagem de pessoas que moram na mesma casa do associado.....	95
Tabela 08 – Profissões mais desempenhadas pelos associados.....	101
Tabela 09 – Tempo que esteve desempregado antes de ser associado	102
Tabela 10 – Situação de moradia dos associados.....	105
Tabela 11 – Tipos de assistência que os associados recebem.....	107
Tabela 12 – Demonstração do tempo de associado.....	109
Tabela 13 – Gastos familiares para subsistência.....	110
Tabela 14– Como usam o dinheiro ganho na Associação.....	111
Tabela 15 – Qualidade das relações no ambiente de trabalho.....	117
Tabela 16 – Cargos que os associados gostariam de desempenhar.....	120
Tabela 17 – Visão sobre melhor desempenho de funções conforme gênero...	122
Tabela 18 – Satisfação dos associados com o trabalho.....	124
Tabela 19 - Expectativas dos associados em relação ao futuro.....	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Equipamentos da ACARESTI.....	74
Quadro 2: Custos de manutenção da Associação.....	75
Quadro 3: Prêmios recebidos pela ACARESTI.....	76
Quadro 4: Dependentes, companheiros e pessoas que moram com associados.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Classificação de Gênero.....	78
Gráfico 2 - Classificação dos associados por idade.....	80
Gráfico 3 – Reconhecimento de raça/cor.....	83
Gráfico 4 – Estado Civil dos associados.....	85
Gráfico 5 – Escolaridade dos associados.....	87
Gráfico 6 – Distribuição de cargos na ACARESTI.....	91
Gráfico 7 – Pessoas que residem com o associado.....	95
Gráfico 8 – Número de trabalhadores na mesma família.....	97
Gráfico 9 – Demonstração da renda mensal dos associados.....	99
Gráfico 10 – Índices de desemprego antes de ser reciclador.....	103
Gráfico 11 – Situação quanto à moradia.....	106
Gráfico 12 – Bairros em que os associados residem.....	106
Gráfico 13 - Cargos e funções desejados pelos associados	121
Gráfico 14 – Como os associados reconhecem o seu trabalho.....	125
Gráfico 15 – Problemas mais temidos pelos associados.....	127

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1.1 PARTICIPAÇÃO FEMININA NA RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS	17
1.2 PROBLEMA.....	20
1.3 OBJETIVO	21
1.3.1 Objetivo Geral	21
1.3.2 Objetivos Específicos	21
1.4 HIPÓTESES.....	22
2 METODOLOGIA	23
2.1 ABORDAGEM DA PESQUISA	23
2.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	25
2.2.1 Questionário	25
2.2.2 Observação	26
2.2.3 Análise documental	26
2.2.4 Entrevista	27
2.3 ANÁLISE DE DADOS	27
2.4 ROTEIRO DA DISSERTAÇÃO	29
3 RELAÇÕES DE GÊNERO E MEIO AMBIENTE	30
3.1 A MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO DA MULHER NO CONTEXTO AMBIENTAL	30
3.2 FEMINISMO: o CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL	32
3.2 ENTENDENDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO	36
3.3 GÊNERO E EXCLUSÃO SOCIAL	39
3.4 MULHERES E MEIO AMBIENTE	43
3.5 A QUESTÃO AMBIENTAL.....	47
3.6 A MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO DA MULHER NO CONTEXTO AMBIENTAL	54
4. DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	59
4.1 SUSTENTABILIDADE E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO	62
4.1.1 Situando Santa Terezinha de Itaipu no contexto regional.....	64
5 ASSOCIAÇÃO ACARESTI.....	68
6. MULHERES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ACARESTI	77
6.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO e vulnerabilidade social.....	77

6.3 INTERFERÊNCIA DA DIMENSÃO DE GÊNERO NA RECICLAGEM.....	124
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS, UM BALANÇO.....	137
8 REFERÊNCIAS.....	143
APÊNDICES	150

INTRODUÇÃO

Uma grande quantidade de lixo é gerada diariamente nas cidades de todo o Brasil, 160 mil toneladas de resíduos são descartadas no meio ambiente sem receber o devido tratamento. No entanto, estes resíduos representam desperdício de riquezas, pois são resíduos que podem ser reciclados e transformados em outros materiais. Trata-se de um cuidado voltado para a sustentabilidade dos recursos já explorados na natureza. Essa preocupação constante com os resíduos gerados em cada ambiente conduz à necessidade de se pensar na realização da coleta seletiva, de forma a permitir que parte das matérias-primas contidas nos resíduos seja reciclada ou reutilizada, e seus efeitos sobre o meio ambiente sejam reduzidos.

Sob essa perspectiva, algumas experiências vêm sendo implementadas no município de Santa Terezinha de Itaipu/ PR, de maneira integrada e participativa, por entidades públicas e privadas como: Itaipu Binacional, Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos - ABHIPEC; Programa EcoCidadão Paraná e Tetra Pak; Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu e suas Secretarias de Agropecuária, Meio Ambiente e de Educação; além de órgãos como a Sanepar, Provopar Estadual, Centro de Referência de Assistência Social, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA; movimentos sociais, como o Movimento Nacional dos Catadores e a Fundação Banco do Brasil.

Nos últimos anos, muitos grupos de pessoas se organizaram para desenvolver a reciclagem dos resíduos sólidos e sua utilização em setores industriais, o que contribui para diminuir o impacto e a degradação ambiental. Um exemplo dessa ação é realizada no município paranaense de Santa Terezinha de Itaipu, pela Associação dos Catadores de Resíduos Recicláveis e/ou Reaproveitáveis de Santa Terezinha de Itaipu - ACARESTI, que conta, atualmente, com cerca de 58 associados, sendo 55,1% do gênero feminino, o que desperta o interesse em compreender a causa da existência de mais mulheres atuando no trabalho de reciclagem. Esta tendência se repete em outros municípios, motivando o questionamento sobre as condições do trabalho feminino.

Efetivamente, a visão popular de que o feminismo consolidou a inserção da mulher no mundo do trabalho não necessariamente corresponde à realidade, uma vez que o trabalho não leva à autossuficiência econômica, o que se pretende discutir

com maior ênfase no capítulo que trata da divisão sexual do trabalho.

Por conseguinte, a reflexão sobre o trabalho feminino, em diferentes instâncias, ampara-se na constatação de que gênero não se apresenta apenas como um fato biológico, mas como uma construção social (Assunção, 2017), estruturando o modo de ser no mundo. A relação entre os gêneros é condicionada pelo ser e agir de cada pessoa. Nesse aspecto, o gênero feminino é uma construção social de sujeitos históricos, que são subjugados por outros seres, não apenas socialmente, mas também culturalmente (MOURO, 2017).

Assim, ao reconhecer que a ACARESTI possui 55,1% da sua mão de obra constituída por mulheres, torna-se importante a investigação sobre as ações que estabelecem responsabilidades específicas, destinadas às mulheres, em função do gênero.

Vallin (2016) pontua que a mulher tem assumido o manejo do meio ambiente e o sustento dos recursos naturais, utilizados pelos grupos comunitários, em diferentes partes do mundo. Em consonância com Alvaro (2013), observa-se que a mulher possui papel de destaque no manejo dos recursos naturais, se apresenta como protagonista relevante e ativa de ações locais, regionais e globais. Logo, desde o início do século XXI são implementadas estratégias que contemplam o papel feminino na dimensão sociopolítica das questões ambientais (MOURO, 2017). E ainda, há indícios de que a mulher revele ter maior consciência e atitude diante de problemas ambientais, fato decorrente destas serem mais afetadas pelos problemas ambientais, como aqueles gerados pelas mudanças climáticas, por exemplo (GUEDES; INOCÊNCIO, 2013).

De acordo com Assunção (2017), o trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis vem sendo visibilizado desde 2010, quando foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, a qual incentivou a organização de cooperativas e outras formas de associação de catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. Isso permitiu aos municípios implantar a coleta seletiva e ao mesmo tempo proporcionar oportunidades de trabalho às pessoas de baixa renda.

No entanto, estas relações de trabalho ainda são marcadas pela precariedade e informalidade (CARVALHO, 2016), pois muitos trabalhadores que atuam como catadores são autônomos e sem relação de trabalho com associações ou cooperativas.

Segundo Angelim (2014), mesmo considerando a importância social e os potenciais benefícios ambientais da coleta seletiva, esses trabalhadores ainda são vítimas de preconceitos e estigmas, sendo que as atividades de coletores de reciclados não são reconhecidas e nem prestigiadas em cadastros comerciais, de locação ou em qualquer outro segmento social.

Nas investigações de Carvalho (2016), a divisão sexual do trabalho é observada nas cooperativas de catadores/as, cujo processo produtivo envolve a triagem, armazenamento, prensagem, pesagem e transporte dos materiais, divididas em etapas entre os trabalhadores. As mulheres se concentram na triagem e os homens na prensagem, pesagem e transporte dos materiais.

Ademais, Connell e Pearse (2015) apresentam a alocação da mulher em funções específicas do processo produtivo relacionada a um discurso biologizante, também apresentado nas indústrias maquiladoras em nível global, no qual a habilidade mais apurada, o capricho, a destreza da mulher para reconhecer as características dos materiais recicláveis são características naturalizadas, pretensamente tornando-as aptas para tal.

Geralmente, os homens são contratados para realizar os serviços de compactação, transporte e uso de máquinas empilhadeiras, trabalham oito horas diárias, com registro e salário fixo, de acordo com a função, além de existir também, administradores que gerenciam a associação e se incumbem da comercialização e gestão dos resultados econômicos (MOREIRA, 2013). O trabalho dos coletores e recicladoras é remunerado por produção, sendo estas as responsáveis por coletar, conduzir os resíduos sólidos para a associação para a pesagem, dedicar-se ao trabalho de triagem e seleção final da produção de materiais recicláveis.

Desta forma, é importante analisar e refletir sobre a inserção da mulher no ambiente da reciclagem, o que pode contribuir para compreender e esclarecer as razões de tantas mulheres se dedicarem ao trabalho na coleta, seleção e reciclagem de resíduos sólidos.

1.1 PARTICIPAÇÃO FEMININA NA RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O interesse em realizar este estudo efetivou-se a partir de uma visita técnica no ano de 2018, realizada na ACARESTI, a fim de entender a gestão da coleta seletiva. Ocasionalmente, os dados seriam utilizados para a produção de uma

pesquisa científica intitulada: Análise da Gestão Ambiental de um meio de hospedagem 2011 a 2017 - Estudo de Caso no Praia Sol Hotel – Paraná - Brasil, com a temática voltada à reciclagem, correlacionando a prática dos 3 Rs, Reduzir, Reutilizar e Reciclar, no mercado hoteleiro. Eventualmente, ao realizar esta visita, percebeu-se que boa parte dos associados eram do gênero feminino. Em contato com as mulheres da associação, observou-se como as catadoras e recicladoras se destacavam neste trabalho, o que ainda levou a supor o valor social, provedor de cidadania e do sustento de suas famílias.

O estudo das relações de gênero em trabalhos relacionados à gestão ambiental pode contribuir para ampliar a compreensão da participação feminina na sustentabilidade, visando ao bem social das futuras e presentes gerações, pois o conhecimento sobre estas relações esclarece e firma relações humanas mais equilibradas e pautadas na ética e na equidade, tanto em relações humanas quanto nas relações ambientais.

Com efeito, faz-se importante desenvolver conhecimento a respeito do contato feminino com o meio ambiente, podendo estimular as pessoas a repensar práticas sociais e compreender a ecologia global e local. Em outras palavras, não se pode negar a necessidade de reflexão sobre a participação feminina na conservação ambiental e nas relações humanas com o ambiente, contribuindo para a construção de políticas e programas ambientais e de desenvolvimento (MOURO, 2017), os quais considerem estrategicamente essa participação.

Na visão de Mouro (2017), as mulheres que residem em áreas rurais mantêm contato mais frequente com a água utilizada nos serviços domésticos, com animais domésticos, com plantas e com o cultivo agrícola. A relação das mulheres com o meio ambiente demonstra que elas adotam como ponto de referência suas próprias vivências e experiências de vida. O meio em que a mulher vive determina a sua relação com o ambiente e incide na sua interação com a terra, a água e a vida, o que contribui para determinar as suas relações com os outros seres humanos e com a natureza, conforme pondera Assunção (2017).

Em consonância com Ferri, Camardelo e Oliveira (2017), no campo da igualdade social deve ser travada uma luta, pois os preconceitos não podem continuar a firmar o poder de um humano sobre o outro. Nesse âmbito, a situação agrava-se, quando consideramos a vitimização das mulheres dentro da sociedade, porque comumente as mulheres são tratadas numa perspectiva de desigualdade e

inferioridade, já que a sociedade valoriza a força física em detrimento de outros atributos comparáveis entre os gêneros, e considera que os homens suportam o trabalho pesado e a fragilidade feminina pode comprometer a execução de atividades que exijam força.

Assim, importa o desenvolvimento de estratégias que identifiquem e construam políticas inclusivas, a fim de promover o exercício da cidadania para todos, independentemente de posição social, étnica, cultural, racial ou de qualquer outro elemento segregacional.

Em decorrência disso, o desenvolvimento de políticas de gênero é uma maneira de discutir a justiça social, a fim de superar a exclusão, para de maneira equânime, eficaz e socializada buscar o equilíbrio entre homens e mulheres nas ações e deveres, mas principalmente nos direitos (MOREIRA, 2013).

Considera-se que a relevância de estudar as relações de gênero dentro de uma associação de catadores e recicladores consiste na possibilidade posterior à pesquisa, de promoção de relações sociais equânimes entre os catadores de diferentes gêneros, mais especialmente, das mulheres em relação ao trabalho e aos seus direitos sociais. Este conhecimento contribui para que existam políticas de gênero, no âmbito das associações de coleta e reciclagem, ao eliminar desigualdades de gênero no trabalho.

Oliveira (2002) pontua que a sustentabilidade possui também uma conceituação econômica, que surge da necessidade de elaborar um modelo de desenvolvimento, que englobe variáveis econômicas e sociais. Assim, as variáveis consideradas por ele são o aumento do fluxo de renda real e o incremento de bens e serviços disponíveis a uma certa coletividade, o que, no caso das associações de recicladores, favorece para que pessoas em situação de vulnerabilidade adquiram meios de subsistência. Assim, maior renda e acesso a bens e serviços indicariam atendimento à vulnerabilidade social de mulheres trabalhadoras da cadeia produtiva da reciclagem.

Na verdade, desde o final do século XX, a sociedade vem se organizando globalmente em defesa do meio ambiente, de acordo com alusões de Sorrentino (2005), por entender que as gerações futuras precisam ter garantia de sua sobrevivência. Por isso, a participação de homens e mulheres em defesa deste deve ser constante, sendo preciso desenvolver na sociedade uma percepção da necessidade de equilibrar-se quanto ao tratamento e a apropriação dos recursos.

Todos os seres humanos são responsáveis pela geração de resíduos, isso significa que a gestão ambiental deve ser uma promoção conjunta da sociedade, visando à conservação do meio ambiente e procurando aproveitar ao máximo os recursos que já foram explorados. Por tudo isso, considerou-se fundamental a temática deste estudo, em consonância com a área de políticas públicas, pois aborda a questão da gestão de resíduos sólidos em seus aspectos sociais, econômicos e ambientais, tanto do ponto de vista da aplicação da política pública, no caso, a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, como da relação com o desenvolvimento.

A visita inicial a ACARESTI indicou que a associação envolve social e ambientalmente seus associados, procura realizar gestão ambiental em favor da conservação de recursos naturais, seja na coleta de resíduos recicláveis, no aproveitamento de água da chuva na associação, no uso de energia solar, e até com o uso de canecas individuais e outras atividades dos associados. A organização do espaço físico da ACARESTI e as atividades desenvolvidas, apontam para iniciativas de sensibilização ambiental.

1.2 PROBLEMA

Os coletores de resíduos sólidos dedicam-se a transformar o que é caracterizado como lixo em reserva econômica e ambiental, cabendo-lhes a insalubridade do trabalho nas atividades relativas à coleta seletiva. O uso da mão de obra de baixo custo contrasta com os lucros gerados para as indústrias recicladoras (COELHO et al., 2016).

Essa desigualdade configura relação de injustiça para coletores, que pode ser entendida como uma condição de existência de sociedades desiguais, nas quais os danos causados pelo desenvolvimento destinam suas cargas mais pesadas aos trabalhadores de baixa renda e minorias discriminadas, seja pela raça, pela condição econômica ou pela vulnerabilidade social em que se encontram, conforme elenca Chalub-Martins (2006).

De acordo com Connell e Pearse (2015), as taxas de pobreza do gênero feminino são maiores que as do segmento masculino. De acordo com o Ipea (2018) citado por Vieceli (2020), isto indica que a problemática social das relações de

gênero, dentro das associações de catadores de recicláveis reflete-se nos salários ou nos tipos de funções realizadas.

A partir desse contexto cabe identificar como são desenvolvidas as relações de gênero nas atividades de coleta e reciclagem de resíduos sólidos, partindo do seguinte questionamento: Por quais razões as mulheres trabalham na Associação ACARESTI, considerando aspectos sociais, econômicos, ambientais, de gênero e de desenvolvimento pessoal?

Portanto, com a intenção de melhor explorar essa questão, foi escolhida a associação ACARESTI, do Município de Santa Terezinha de Itaipu, como ambiente para estudo de caso.

1.3 OBJETIVO

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender por quais razões as mulheres trabalham na Associação ACARESTI, considerando aspectos sociais, econômicos, ambientais, de gênero e de desenvolvimento pessoal.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Verificar como as atividades de coleta seletiva, triagem e venda de recicláveis contribuem comparativamente entre homens e mulheres para a inclusão social dos envolvidos no processo;
- Registrar como trabalhadores e trabalhadoras percebem e explicam a divisão do trabalho na ACARESTI, identificando se concordam, como se localizam, definem e descrevem suas ações dentro da cadeia de trabalho.
- Identificar ações da ACARESTI que incidam no desenvolvimento social e pessoal, a percepção da importância do meio ambiente e socialização dos associados.

1.4 HIPÓTESES

Embora esta não seja uma pesquisa experimental e por isso não demande hipóteses, existem algumas suposições relacionadas aos objetivos apresentados, originárias da visita de campo inicial à ACARESTI, as quais pretendeu-se verificar e que se encontram a seguir listadas.

1. As atividades relacionadas à coleta seletiva garantem a inclusão social dos associados e estes compreendem a finalidade da coleta, seleção e reciclagem de resíduos sólidos.
2. A organização da associação favorece a socialização dos envolvidos, impulsiona o desenvolvimento pessoal, motiva o estudo e estimula qualificar a relação com o meio ambiente.
3. Na ACARESTI, a maioria dos associados são mulheres, sendo muitas delas provedoras e chefes de suas famílias, e têm neste trabalho o único ganho. Assim, a vulnerabilidade é a motivação para o envolvimento na coleta seletiva. Sendo um trabalho informal, permite a flexibilidade de horários para atender as crianças em horários em que estas não estão na escola.
4. Para estas pessoas a separação e coleta de recicláveis se tornou rotina, desenvolvendo o hábito de separar os materiais recuperáveis, mesmo em suas residências, no seu cotidiano.
5. Caso se verifique a tendência observada na literatura específica, é provável que as trabalhadoras considerem injusta a divisão do trabalho na ACARESTI.

2 METODOLOGIA

A metodologia compreende os procedimentos de racionalização e a sistematização que pode apresentar as respostas à problemática de pesquisa.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017), os métodos científicos são o conjunto de atividades ordenadas e racionais que, com economia e segurança, contribuem para alcançar o objetivo.

No entender de Gil (2018), as pesquisas envolvem um rol de conhecimentos, o uso cuidadoso de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Uma pesquisa desenvolve-se a partir de um processo organizado em sequência de forma a analisar desde a identificação do problema a ser solucionado até a apresentação dos resultados.

Assim, a metodologia da pesquisa tratada neste item do estudo, contribui para definir os meios de organização da pesquisa apresentando o tipo de abordagem definido para o trabalho, as técnicas utilizadas na coleta de dados e os procedimentos que permitem tornar as informações coletadas adequadas às respostas dos questionamentos postos para impulsionar a investigação.

2.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

A metodologia de pesquisa estabelecida para este estudo classifica-se como abordagem qualiquantitativa, ou seja, o método é misto e realizou-se por meio de um estudo de caso sobre a Associação de Catadores de Resíduos Recicláveis e/ou Reaproveitáveis de Santa Terezinha de Itaipu – ACARESTI, além disso, o estudo tem um caráter descritivo que utiliza principalmente os dados obtidos das perguntas fechadas do questionário.

Constata-se, nesse contexto, que a abordagem mista, é apropriada a este estudo de caso, pois, segundo Roesch (2009), busca captar a perspectiva dos investigados sem partir de um modelo preestabelecido, construindo significado ligado ao contexto, sem buscar generalizar.

Este tipo de pesquisa caracteriza-se por abordar questões relacionadas às singularidades do campo e dos atores sociais pesquisados. Assim, os dados viabilizaram a análise do contexto sócio-histórico, tornando possível a compreensão dos sentidos que motivam e justificam as ações dos informantes (MINAYO, 2012).

Segundo Yin (2005), o estudo de caso é uma investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo, inserido no contexto de sua realidade, estabelecendo os parâmetros de análise, nos limites que se apresentam entre o fenômeno e o contexto espacial definido para a pesquisa.

As técnicas usadas compreendem a aplicação de entrevistas, questionários e observação.

A significativa incidência de mulheres na associação instiga o estudo de caso, no sentido de compreender a razão pela qual as mulheres vieram a atuar na Associação dos Catadores de Resíduos Recicláveis e/ou Reaproveitáveis de Santa Terezinha de Itaipu - ACARESTI.

De acordo com Gil (2002), a realização de um estudo de caso organiza-se em três momentos. O primeiro momento corresponde à definição do caso, à escolha do local onde se realiza a pesquisa foco do estudo, ou seja, define-se aqui a ACARESTI como ambiente de análise e coleta de informações a respeito da participação das mulheres nos processos de coleta, triagem, separação e comercialização de resíduos sólidos.

O segundo momento representa a execução do estudo de caso. Reconhecida como investigação empírica, torna-se necessária uma aproximação concreta da realidade em estudo (Yin, 2005). Logo, foram efetivadas visitas, com a observação do trabalho desenvolvido na instituição, aplicação de questionário individual aos e às trabalhadoras, e, posteriormente, organização e sistematização dos dados.

O terceiro momento é a apresentação dos resultados, que efetiva-se a partir da análise. A realização de um estudo de caso exige que a coleta de dados seja realizada de forma a esgotar todas as possibilidades de se obter informações claras relacionadas à problemática de pesquisa.

Sendo assim, há que definir os procedimentos de coleta adequados a sua realização e, em caso de necessidade, os procedimentos devem ser readequados para que se esgotem todas as possibilidades de se coletar informações. No presente estudo, a observação foi o ponto de partida, em seguida complementada pelos questionários e finalmente, devido à necessidade, aprofundada por entrevistas.

2.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

As técnicas usadas na coleta de dados compreendem: o uso de questionário para todos os(as) associados(as); entrevistas com a gerência e alguns associados(as); observação direta no ambiente de pesquisa; e análise de fontes documentais.

2.2.1 Questionário

O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito, com ou sem a presença do aplicador. Sua elaboração compreende a organização em categorias, de acordo com os objetivos da pesquisa, vocabulário acessível, devendo conter instruções para a obtenção de respostas claras, apresentação estética e ser testado com antecedência, conforme pondera Lakatos (2010).

Definiu-se como instrumento inicial de coleta de dados para esta pesquisa o uso de questionário contendo perguntas abertas e fechadas. A aplicação dos questionários foi realizada em três etapas, devido à pandemia e ao número de associados que participaram da pesquisa, em três dias diferentes: no dia 16 de setembro de 2020 responderam ao questionário 15 associados; no dia 15 de outubro de 2020 foi realizada a aplicação do questionário em dois turnos, pois foram convocados os motoristas e recicladores que realizam seu trabalho de madrugada, envolvendo 28 pessoas. No dia 08 de dezembro de 2020, o questionário foi aplicado a 9 trabalhadores que ainda não haviam respondido e foi completada esta fase da coleta de dados, totalizando 52 respondentes, 32 mulheres e 20 homens.

Para alcançar a totalidade dos associados, foi preciso solucionar as intercorrências na sua aplicação, como por exemplo, a dificuldade de associados analfabetos em participar da pesquisa, o que exigiu que a aplicação fosse realizada em forma de entrevista, individualmente, pela pesquisadora.

Ademais, manteve-se a segurança quanto à preservação de identidade dos participantes e o distanciamento social na aplicação dos questionários, em cumprimento às determinações sanitárias relativas à COVID.

O questionário (Apêndice A) incluiu perguntas relacionadas ao perfil sociodemográfico e aos fatores que levaram os associados a atuarem nesse ramo,

isso representa identificar atividades que os membros da associação exerciam antes de se envolver na coleta seletiva, quais atividades desempenham neste momento no trabalho, como as praticam e que sentido conferem a elas.

2.2.2 Observação

A observação é definida como uma coleta de dados que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

Sob esse enfoque, nesta pesquisa, utilizou-se a observação não-participante, pois a pesquisadora não pertencia ao universo de pesquisa. O foco da observação foi o trabalho das equipes e as relações entre os trabalhadores e as trabalhadoras durante a realização de suas funções.

A observação possibilitou compreender a dinâmica de atuação da ACARESTI, ao verificar processos de produção, contribuições dos associados, relações estabelecidas entre os colaboradores, organização do ambiente de trabalho e divisão do trabalho entre os associados. Os dados coletados foram anotados em planilha própria, elaborada para este fim, conforme documento em apêndice (APÊNDICE B).

2.2.3 Análise documental

A análise documental realizou-se a partir dos documentos que a associação conseguiu disponibilizar, incluindo relatórios, projetos, atas de reuniões, material da *homepage*, código de conduta, estatuto social, regimento interno, e os manuais internos utilizados na organização da ACARESTI, conforme apresenta o Apêndice C.

Roesch (2009, p. 166) descreve a utilidade da análise documental da seguinte forma: “normalmente, tais fontes são utilizadas para complementar entrevistas ou outros métodos de coleta de dados”. Sob essa ótica, reitera-se a importância da análise desses registros em qualquer projeto de pesquisa qualitativa.

Assim, ao objetivar a análise de fontes documentais, foram incluídos os arquivos do Poder Público Municipal (atas, estatutos, registros, jornais, página da associação e outros documentos de publicações digitais da ACARESTI) e o acervo documental da associação, com a intenção de conhecer a organização do trabalho

da entidade do seu envolvimento, de suas parcerias públicas e privadas, e relações sociais de seus atores, especialmente no capítulo da organização da ACARESTI.

2.2.4 Entrevista

Segundo Andrade (2009), a entrevista é um instrumento eficaz na recolha de dados para a elaboração de uma pesquisa, seus objetivos identificam as opiniões, sentimentos e condutas, comparam o comportamento de uma pessoa no presente e no passado. Ainda, na concepção Lima (2008), a técnica de entrevista é considerada um processo comunicativo onde a credibilidade das informações dependerá da sistematização do registro, no caso deste estudo, as entrevistas foram gravadas e transcritas digitalmente, a fim de proporcionar a análise dos dados.

A coleta resulta em material verbalizado, podendo ser coletado por gravador, em vídeo, ou papel. Roesch (2009) considera a entrevista em profundidade como técnica fundamental da pesquisa qualitativa. Sua aplicabilidade é demorada e requer do entrevistador muitas habilidades. Tem como objetivo primário entender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações em contextos que não foram estruturados anteriormente.

Utilizou-se a entrevista (APÊNDICE D) estruturada a fim de preencher lacunas da aplicação do questionário, permitindo obtenção de informações que não estão em evidência e não se encontram em documentos da empresa.

Nesta pesquisa, as entrevistas foram gravadas pessoalmente pela pesquisadora na sede da ACARESTI, e tiveram como entrevistados 5 associados de diferentes funções.

2.3 ANÁLISE DE DADOS

Este estudo, valeu-se de um levantamento histórico e teórico que correspondem à pesquisa regulamentar dos conceitos, enquanto a parte prática vincula-se à análise dos documentos, entrevistas e questionários aplicados com os associados da ACARESTI.

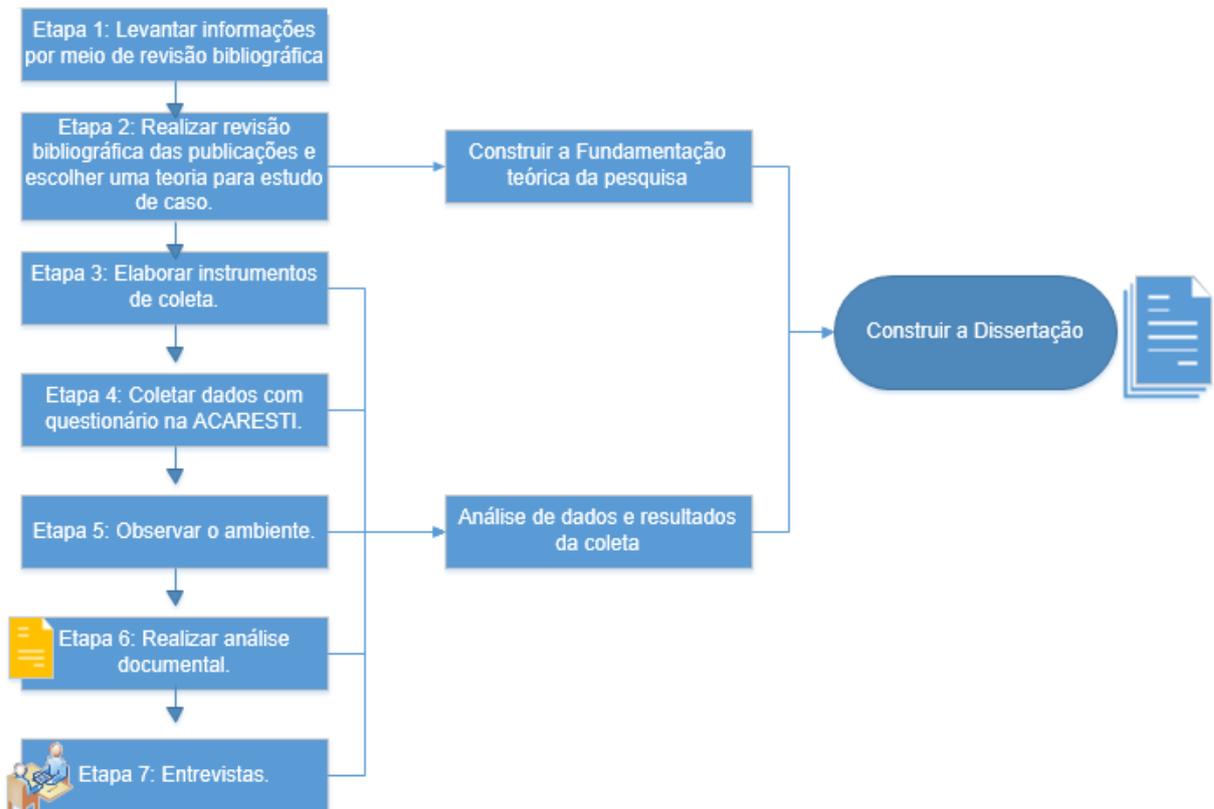
O método inicial de análise dos resultados seria a análise de conteúdo, mas não foi possível realizar este tipo de categorização e indexação dos resultados pela necessidade de adaptar a coleta de dados à realidade do cotidiano pandêmico.

Apesar disso, mantiveram-se alguns procedimentos da análise de conteúdo para familiarização e descrição inicial dos dados: pré-análise, seguida de leitura flutuante, para, posteriormente proceder o levantamento das diferenças e semelhanças entre os gêneros e suas respectivas explicações.

A busca de compreender a razão e divisão de trabalho das mulheres que atuam na ACARESTI é analisada a partir das informações obtidas com os questionários respondidos, pelos participantes da pesquisa, também foi realizada observação, pesquisa documental e entrevista a fim de buscar a melhor compreensão dos resultados coletados.

A organização da pesquisa pode ser sintetizada e apresentada por meio de um fluxograma das ações gerais, conforme se vê na Figura 1. Isso significa que a apresentação de uma sequência de ações contribui para organizar as atividades, além de tornar claras as intenções pela sequência da gerada.

Figura 1: Fluxograma das atividades



Fonte: LEAL (2021).

2.4 ROTEIRO DA DISSERTAÇÃO

A dissertação foi construída sobre temáticas que abordam a motivação para o trabalho feminino.

Após desenvolver uma introdução com hipóteses, justificativa e objetivos relacionados ao problema de pesquisa, apresentaram-se as técnicas metodológicas que contribuem para construir conhecimentos a respeito do assunto.

Os fundamentos teóricos que embasam a pesquisa foram divididos em dois capítulos. O primeiro trata das relações de gênero relacionadas ao trabalho feminino e das condições postas para as mulheres em relação ao meio ambiente e à necessidade de se produzir bens de maneira sustentável. O segundo trata do desenvolvimento regional, especialmente analisando como a sociedade se organiza quanto à promoção deste desenvolvimento.

Após a fundamentação, o texto descreve o trabalho da ACARESTI, suas parcerias em busca do desenvolvimento e de melhorias na relação com o meio ambiente. Finalmente, são apresentados os resultados e as reflexões quanto ao seu significado, à luz dos objetivos e hipóteses já apresentados.

Almejou-se com esta investigação obter conhecimentos sobre a razão do trabalho feminino na ACARESTI e de como as relações de gênero interferem na percepção que as próprias mulheres adquirem no decorrer do trabalho desenvolvido na Associação quanto a si mesmas.

3 RELAÇÕES DE GÊNERO E MEIO AMBIENTE

Este capítulo aborda o feminismo em seu contexto histórico e social, realiza um levantamento teórico em busca de entender as relações de gênero, e analisa a perspectiva de gênero em relação à exclusão social. Além disso, faz referência à interação das mulheres com a conservação do meio ambiente, inserindo também a questão ambiental na luta das mulheres que atuam na coleta seletiva e na reciclagem.

3.1 A MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO DA MULHER NO CONTEXTO AMBIENTAL

O estudo sobre as relações de gênero necessariamente está relacionado ao surgimento do feminismo, com foco no movimento que se desenvolveu durante o século XX e teve como objetivo buscar a igualdade de direitos em geral, entre homens e mulheres. Tal movimento indica a finalidade de se conhecer melhor a ideologia feminista, como esta se desempenha e vem sendo combatida, ainda em tempos atuais. Nesse contexto, segundo Hooks (2019), homens e mulheres trabalham por uma mudança e esperam o fim do sexismo e da opressão na sociedade em geral.

Dessa forma, este capítulo organiza-se inicialmente, ao analisar conceitos históricos do movimento feminista e suas motivações, na busca por entender como as relações de gênero são desenvolvidas e por que o feminismo tornou-se um movimento mundial que modificou as condições sociais da mulher nas diferentes sociedades.

Em seguida, busca-se compreender as relações de dominação e violência estabelecidas entre homens e mulheres, as quais ainda permeiam a convivência nos espaços públicos e privados. Existe, possivelmente, uma clara relação entre gênero e exclusão social, aqui retratada, visando compreender as questões relacionadas à seguridade social, destinada à mulher em situação de vulnerabilidade social.

Como resultado é exatamente essa vulnerabilidade que conduz um grande grupo de pessoas a trabalhar como catadores de reciclados. A reciclagem é, segundo Vallin (2016, p. 45), “uma tarefa de baixo custo, realizável por trabalhadores desocupados convertíveis em catadores/as que aceitassem baixas remunerações, o que permitiria investimentos em tecnologias para a produção do material reciclado”.

A reciclagem de resíduos sólidos não é uma atividade muito antiga, mas a ação de coletores de resíduos data de mais tempo, pois muitas pessoas atuam nos lixões (VALLIN, 2017) e locais similares há séculos. Estes locais são depósitos onde não existe controle sobre os resíduos. Sem a organização de aterros sanitários, a garimpagem dos resíduos de plásticos, papéis e metais é efetuada por catadores em lixões a céu aberto, separando os recicláveis dos resíduos orgânicos, dentre os quais são despejados sem o cuidado da seleção (COELHO et al., 2016).

As exigências da legislação ambiental brasileira, por meio da Lei nº 12.305/2010, estabelecem aos municípios a obrigatoriedade de promover a reciclagem de 95% de seus resíduos. Logo, essa lei de proteção ao meio ambiente conduziu gestores de muitas cidades a promover a coleta seletiva e a reciclagem de materiais. Assim, essa atividade tornou-se o trabalho elaborado por associações ou cooperativas de catadores de reciclados.

Para compreender a motivação do trabalho dos catadores, torna-se necessário reconhecer que desde a década de 1980 há catadores de reciclados, porque já vivenciavam a exclusão sistêmica do mundo do trabalho e encontraram na catação de resíduos um meio de sobreviver, como consequência do desemprego (ANGELIN, 2014). Independente das causas que conduziram as pessoas a atuar como catadores, conclui-se que homens e mulheres veem neste trabalho uma oportunidade de trabalho. Especialmente, porque após a lei ambiental citada oportunizou-se a criação de associações e cooperativas de catadores de reciclados, conforme destaca Vallin (2016).

O estudo das relações humanas no cotidiano dos coletores de reciclados representa o conhecimento sobre as relações de poder, caracterizadas pelas negociações, diálogos, interação e até mesmo os conflitos que as permeiam, uma vez que as associações e cooperativas são espaços para práticas sociais, através dos tempos e das vivências das mulheres e homens que as formam.

Este capítulo está dividido em seis itens que buscam relacionar o movimento feminista ao envolvimento das mulheres na coleta e reciclagem e o desenvolvimento da percepção ambiental por meio do envolvimento nas questões de conservação do meio ambiente.

3.2 FEMINISMO: O CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL

Esta seção trata dos aspectos históricos do surgimento do movimento feminista e seus impactos no desenvolvimento da sociedade, pois este movimento trouxe mudanças nas relações de gênero na sociedade contemporânea.

O feminismo é entendido como um conjunto de lutas políticas, sociais, econômicas e culturais, que em sua essência tem como premissa promover condições de igualdade entre homens e mulheres em diferentes esferas da vida social (HOOKS, 2019). De acordo com Butler (2019), o feminismo define a identidade que caracteriza a mulher enquanto categoria. A autora considera que esta identidade deflagra interesses e objetivos feministas expressos através do seu discurso, cujo processo político busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos. A teoria feminista explicita um contexto cultural onde a vida das mulheres não era representada, ou seja, em que as mulheres não apresentavam identidade própria.

O pensamento desta categoria é um evento do último século que culminou com o surgimento do constitucionalismo feminista, buscando a legitimidade e a representatividade feminina na elaboração das leis maiores de cada país. De acordo com Nowak (2020), o feminismo constitucionalista conduz a lugares e tempos inusitados, mas com a capacidade de induzir mulheres de diferentes épocas que se aproximam entre si por demonstrarem disponibilidade de ser, estar e pensar como mulheres.

Historicamente, o feminismo não é um movimento uniforme, ele acontece de maneira evolutiva e atende aos interesses de cada época (GUEDES; INOCÊNCIO, 2013). A cada tempo, as influências político-sociais desenvolvem pautas em forma de movimento e se destacam em diferentes lugares do mundo, dependendo de onde as mulheres atuam, em movimentos feministas destacadamente (SAFFIOTI, 2004).

O feminismo, enquanto movimento, surgiu marcado pela busca de direitos específicos: direito ao voto, acesso ao conhecimento, direito a gerir o próprio dinheiro. Vale lembrar que, no início, o movimento feminista era formado por mulheres brancas, pois as mulheres negras precisavam ainda lutar pela sobrevivência e se livrar dos estigmas da escravidão (SEGATO, 2012).

Uma das primeiras conquistas das mulheres foi a escolarização, pois as mulheres não frequentavam escolas e a partir do momento em que tiveram acesso

ao conhecimento passaram a defender melhor seus direitos (SAFFIOTI, 2004).

Com o fim da Segunda Guerra, em 1945, as nações se organizaram e criaram a ONU, e para reconhecer os valores das pessoas humanas criou-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi promulgada como direito universal de todas as pessoas em Dezembro de 1948 (TELES, 2007).

O documento que versa sobre os Direitos Humanos contribui para desenvolver argumentação coerente e relevante a respeito da violência de gênero. O Artigo 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos evidencia que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (BRASIL, 1998). O Artigo 2.º propõe a reivindicação dos direitos e liberdades que serão concedidos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política e outros.

Considerando que “todo ser humano” tem direitos, os movimentos feministas sentiram-se amparados para proceder e engrossar a sua luta por direitos. Assim, a partir da metade do século XX, o movimento feminista caracterizou-se pela luta em busca de igualdade nas relações domésticas, passando a discutir a dinâmica do poder dentro da organização familiar, tratando abertamente de assuntos que antes não saíam do âmbito doméstico, tais como: divisão do trabalho, dos bens e de gênero.

Nesse sentido, muitas questões passaram a polemizar as discussões de âmbito feminista, como a reprodução, o controle de natalidade, o aborto, o divórcio, a independência sexual da mulher, tendo esta última como marco o surgimento da pílula anticoncepcional. A divisão do trabalho doméstico e a participação política da mulher eram até meados do século XX as pautas principais da discussão feminista, culminando com a discussão sobre a dominação masculina e suas práticas de opressão, o desejo das mulheres de terem voz e a reivindicação da igualdade (TELES, 2007).

A partir dos anos 80, as discussões do feminismo passaram a considerar as pautas identitárias, expandindo a discussão com base nas lutas de classes, de gênero e na universalização do movimento pelas grandes migrações. Na visão de Hooks (2019), o feminismo tornou-se plural, mas perdeu sua característica de combatividade, sendo pulverizado pelo individualismo e pela perda de contato com outros grupos.

O desenvolvimento tecnológico marcou o feminismo da virada do século. A popularização da internet trouxe novos rumos a partir do momento que o discurso penetra em espaços até então intransponíveis. Entre os novos mecanismos de luta encontram-se as *hashtags*, que são muito usadas para denunciar abusos contra as mulheres universalizando as lutas (SAFFIOTI, 2004).

No Brasil, e em outros países ocidentais, atualmente há liberdade para a escolarização feminina e as mulheres já são maioria nas instituições educacionais, porém o reconhecimento da formação da mulher ainda não atinge os mesmos níveis do reconhecimento masculino, especialmente, em relação a salários e postos de chefia.

No Brasil colonial, os historiadores europeus registraram os costumes dos habitantes primitivos em relação às mulheres. Segundo Léry (*apud* Freyre 2006), as mulheres trabalhavam sem comparação mais que os homens, sendo trabalho exclusivo das mulheres indígenas: tecer as redes de fio de algodão e as fitas com que enlaçavam os cabelos, as mulheres mais velhas cuidavam de fabricar a farinha e trazerem a mandioca às costas para casa, fabricavam potes de cerâmica, eram ainda as mulheres que plantavam o mantimento e que iam buscar a água na fonte, que preparavam a comida, que cuidavam das crianças, aferindo uma enorme importância à sua participação na formação econômica do Brasil. Entre os índios, era a mulher o principal valor técnico e econômico, porém era também “um pouco besta de carga e um pouco escrava do homem”. Na cultura indígena, o homem caça e guerreia e a mulher cuida de alimentar a tribo e os filhos.

Com relação à escravidão negra, à mulher escrava, além do trabalho brutal, era imputada também a tarefa de procriar e ampliar o plantel de escravos, a exemplo dos animais. Ela tinha também como tarefa alimentar os filhos do senhor branco. Eram comuns os espancamentos das mulheres pelos feitores, como também a violência sexual efetuada tanto pelos senhores quanto pelos feitores, culminando com a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis como gonorréia e sífilis (TELES, 1999).

Entre as mulheres brancas do Brasil Colônia, eram comuns os casamentos precoces. Meninas de até doze anos eram obrigadas pelos pais a casarem com parentes arranjados, quase sempre por motivos financeiros ou para evitar que se “perdessem na imoralidade”. Muitas dessas meninas morriam logo depois de se casarem, quase sempre de parto. À menina, negava-se tudo o que de leve

parecesse independência, deviam conservar o tempo todo o ar compungido, acanhado e humilde (FREYRE, 2006).

A violência contra a mulher tem raízes históricas. Segundo Gilberto Freyre (2006), até o século XIX as esposas achavam-se no mesmo nível dos escravos, as meninas eram criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, vivendo sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela dos maridos. Os livros e relatos dos padres da época apresentam histórias de assassinatos de esposas e filhas de senhores de engenho no nordeste do Brasil. A violência contra a mulher era comum e ficava quase sem punição (TELES, 1999).

A violência contra a mulher encontra-se estampada nos noticiários diariamente e ainda é tratada com naturalidade, devido à cultura de violência e de submissão que se instalou desde a época da colonização (MORAES, 2004). No mundo todo, a violência de gênero segue atingindo pessoas motivadas pelo preconceito que alimentam a desigualdade entre os seres humanos. Conforme levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), o Estado do Paraná possui altos índices de feminicídio. De acordo com Espindola (2019), tomando o Paraná como exemplo, são 6,49 feminicídios para cada 100 mil mulheres, contra 5,82 na média nacional. Esse índice coloca o Paraná acima da média nacional nos casos de feminicídios. Como se percebe, não se trata de um problema distante, mas que se coloca bem próximo por ser um fenômeno social atual do Estado do Paraná.

No contexto do direito e da igualdade, a violência contra a mulher ganha destaque por ser uma situação que avilta os direitos humanos e que muito tempo encontrou justificativa no poder patriarcal. Há que se reconhecer que a liberdade e o respeito às mulheres não devem estar condicionados à capacidade que esta possui de se sustentar. Atualmente, as mulheres trabalham e muitas possuem ganhos iguais ou maiores que os homens, porém mesmo assim podem estar sujeitas a agressões. A violência, então, assim como a família e a sexualidade, sofre influências de vários fatores, como o histórico, o cultural e o social, que se articulam e se concretizam no grupo no qual se está inserido(a) (TELES, 2007).

Apesar disso, a inserção da mulher no mundo do trabalho a torna, em muitos casos, a provedora de sua família. Os novos arranjos familiares do século XXI são representados por expressivo número de mulheres que sustentam e criam seus filhos sozinhas, trabalham em atividades de pouco ganho, mas exercem um papel

fundamental na sociedade. Desta forma, é importante refletir sobre estes problemas abrangidos pelas relações de gênero para entender o papel da mulher nos diferentes segmentos sociais, especialmente no mundo do trabalho (MELO, 2011).

3.2 ENTENDENDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Desde as décadas finais do século XX, a sociedade vem tratando as diferenças entre homens e mulheres, que antes eram caracterizadas apenas pelos aspectos biológicos, como questões também ligadas a gênero, pois esse termo foi incorporado por feministas de todo o mundo. Feministas são pessoas que lutam para diminuir a desigualdade entre homens e mulheres, assim como a discriminação em diferentes segmentos sociais e opressão às mulheres, especialmente nos ambientes doméstico e de trabalho (JUNQUEIRA, 2009).

De acordo com Beauvoir (1970), o mundo pertence aos machos, tornando-se necessário recorrer à filosofia existencial, desde os dados da pré-história e da etnografia, para compreender como se estabeleceu a hierarquia dos sexos.

Segundo Muraro e Boff (2002), o ser humano é um ser social e essa característica influencia a história da humanidade. Convém lembrar que na antiguidade existia uma relação de solidariedade, de partilha de bens e partilha de vida, no entanto, desigualdades surgiram a partir do momento em que foram instauradas sociedades de caça, pois aí estabeleceram-se relações de violência, predominando o domínio dos mais fortes, o que contribuiu para que surgisse a predominância do gênero masculino, além de substituir a solidariedade pela competitividade. Desse modo, a realidade daquela época conduziu para que o gênero masculino passasse ao domínio público e à mulher restasse como campo de ação o privado ou o lar, como salientam Muraro e Boff (2002):

A relação homem/mulher passa a ser de dominação e a violência, doravante, é a base das relações entre os grupos e entre a espécie e a natureza. Então é o princípio masculino que governa o mundo sozinho. [...] Não basta constatar as diferenças. É imprescindível considerar como elas foram construídas social e culturalmente. Em particular, como se estabeleceram as relações de dominação entre os sexos e os conflitos que suscitam; a forma como se elaboraram os distintos papéis, as expectativas, a divisão social e sexual do trabalho; como foram projetadas as subjetividades pessoais e coletivas. Como podemos ver, o conceito de gênero compreende questões que vão além do feminino/masculino e do sexo biológico, tomados em si (MURARO e BOFF, 2002, p. 17).

Em consonância com os pressupostos de Pretto (2015), a desigualdade entre homens e mulheres possui uma raiz cultural, que é determinada pela classe social, religiosidade, raça, etnia e condições de vida. Um aspecto que marca essa desigualdade de gênero é que ela acontece em todas as esferas da sociedade, seja no público ou privado, a mulher sofre a discriminação pelo simples fato de ser mulher, mas agrava-se conforme a condição social, religiosa ou étnica.

Nesse contexto, os sujeitos são submetidos a experiências de vida muito diferentes, desde a infância até a idade adulta, essas diferenças de educação e de socialização contribuem para estruturar e formar a identidade de gênero das pessoas. Geralmente, as mulheres são submetidas a práticas educativas mais rígidas (PRETTO, 2015), que vão subalternizando seu lugar no mundo, formando uma identidade de gênero a partir dessa subalternidade. Assim, não é de se estranhar que:

As mulheres são parte substancial da população economicamente ativa, sobretudo nos empregos menos valorizados. Elas se concentram em postos de serviços – envolvidas em funções ligadas ao trabalho profissional ou administrativo, ao atendimento ao consumidor (*telemarketing*), à limpeza, à merenda, ao setor alimentício terceirizado e a outros tipos de trabalho relacionados ao cuidado, como educação básica ou enfermagem (CONNEL e PEARSE, 2015).

Pela mesma razão, Junqueira (2009) esclarece que no âmbito privado a mulher arca com a exigência de ser dela a responsabilidade de servir e desenvolver os trabalhos domésticos, além de também sofrer as determinações da moral sexual da sociedade, segundo a qual o direito ao prazer e à liberdade sexual é dos homens.

Já na esfera pública, é comum que as mulheres sejam discriminadas no trabalho, especialmente com remunerações inferiores, para realizar as mesmas tarefas desenvolvidas pelos homens; sejam maltratadas no trânsito; como também tenham participação menor em atividades de comando e sua atuação política seja restrita ou inferior a dos homens. Por isso, Simone Beauvoir nos alerta:

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu. Já verificamos que, quando duas categorias humanas se acham em presença, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das

duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão. Compreende-se, pois, que o homem tenha tido vontade de dominar a mulher. Mas que privilégio lhe permitiu satisfazer essa vontade? (BEAUVOIR, 1970, p. 81).

As mulheres das sociedades primitivas eram fortes, cabia-lhes a força de carregar os fardos nas guerras e expedições e mantinham a mesma força dos homens, elas carregavam os mantimentos e armas para que os homens estivessem sempre prontos para a defesa em caso de ataques. O fato da mulher ser a responsável pela gestação de novas vidas sempre fizeram com que durante a gestação e amamentação ela se tornasse vulnerável e precisasse da ajuda do homem para garantir a vida de sua prole, seja na busca de alimentos, seja na proteção da sua vida e da sua cria, isso indica a condição de submissão da mulher ao homem (BEAUVOIR, 1970).

O desenvolvimento da sociedade encarregou-se de perpetuar a condição de inferioridade da mulher, condicionou-se a pensar a fragilidade feminina, mas ao mesmo tempo cabe à mulher perpetuar a espécie, por isso o homem cria uma condição de reinado no espaço doméstico e o dedica à mulher, para que ela cuide de perpetuar a vida.

De acordo com Pretto (2015), as crianças são educadas para que estas diferenças se mantenham. Os pais adotam posturas diferentes de acordo com o sexo do bebê, as quais induzem ao desenvolvimento dos comportamentos. A essa prática denomina-se categorização sexual, ou seja, dividir, compartimentar, orientar as ações segundo o sexo. Portanto, a influência familiar contribui para categorizar sexualmente as crianças, agravando-se quando se trata de uma influência patriarcal (HOOKS, 2019).

Geralmente, a desigualdade de tratamento entre os gêneros recebe como justificativa a religiosidade conservadora e os aspectos políticos, pautados na diferença biológica entre os seres do sexo masculino e feminino, como nos aponta Teles (2007). Em outras palavras, as diferenças existentes entre homens e mulheres resultam de uma construção social e disso decorre que não existe o gênero masculino e feminino como conceito *natural*, mas sim trata-se de um conceito *social* construído para firmar as desigualdades (MAKKI; SANTOS, 2010).

Nessa perspectiva, faz-se oportuno e necessário evidenciar as questões de gênero, a fim de superar a insistência em encontrar no corpo as razões das

diferenças. É importante desenvolver uma postura crítica em relação aos processos de naturalização dos conflitos, pois os corpos de homens e mulheres tornam-se diferentes *em significado* por meio do processo de socialização, como aborda Pretto (2015), o que também é algo a ser refletido no decorrer da história.

Para Connel e Pearse (2015), o colonialismo impactou massivamente e de maneira muito destrutiva nas relações de gênero das sociedades colonizadas. O fim da colonização coincide com o surgimento do feminismo, porém as ciências sociais se cristalizaram nas metrópoles. Muitas sociedades colonizadas chegaram a discutir sobre a insistência dos homens em isolar as mulheres em casa e levantaram questões sobre o patriarcado moderno, mas estas discussões mostraram-se infrutíferas, diante da diversidade cultural dos novos espaços colonizados, onde outros interesses necessitavam ser negociados.

Paralelamente aos estudos de Butler (2019), as questões de gênero ultrapassam a ideia do reconhecimento de cada ser, pertencendo a uma dada identidade (masculina ou feminina), haja vista que ao representar relações de poder, o reconhecimento do pertencimento a determinado gênero, também pode desencadear em violência, a qual desenvolve-se contra mulheres, *gays* e outros grupos discriminados e alimenta as desigualdades entre os seres humanos.

Para Connel e Pearse (2015), as desigualdades firmadas pelas diferenças biológicas entre os sexos não justificam a ocorrência de violência e a exclusão do trabalho, da educação e da política. Nesse aspecto, há que se combater as relações de poder entre homens e mulheres, garantindo que todo ser humano tenha os mesmos direitos, independentemente de gênero.

Ou seja, as relações de gênero precisam ser estudadas a partir da identidade de cada sujeito, que tanto pode ter identidade masculina, quanto identidade feminina, inobstante os aspectos biológicos da sexualidade.

Concebe-se que o maior paradigma é o respeito pela dignidade humana, independentemente das relações de gênero (LUZ *et al.*, 2009).

3.3 GÊNERO E EXCLUSÃO SOCIAL

A exclusão social caracteriza-se pela pobreza crescente. Há um grande contingente humano à margem da sociedade, seja como resultado das crises econômicas, que assume as feições da pobreza e ameaça a paz social, seja pela

naturalização da exclusão social que acontece desde a antiguidade grega, onde a sociedade discriminava escravos, mulheres, estrangeiros e esse fenômeno era, para essa sociedade, natural, consoante Carvalho (2016).

Para Pretto (2015), a exclusão social surgiu na Europa com o crescimento da pobreza urbana, variando de acordo com as conjunturas políticas e econômicas das sociedades.

Nesse sentido, no que se refere a gênero, diferenças biológicas foram transformadas em desigualdades e vulnerabilizam a pessoa da mulher ou pessoas identificadas com o gênero feminino, frequentemente causando exclusão social.

Nessa perspectiva, Mouro (2017) afirma que a exclusão que atinge a mulher acontece no trabalho, envolvendo questões relacionadas à cultura, etnia, idade, raça, e outras. Os aspectos sociais nem sempre são específicos para o desenvolvimento deste fenômeno discriminatório, mas resultam em exclusão social. Assim, não se compreende a exclusão social da mulher sem reconhecer que a sociedade se organiza de forma excludente e se manifesta de diferentes formas.

E ainda, ao tratar de exclusão social define-se como a categoria de pessoas que se encontram desprovidas de seguridade, com efeito, passam a ser rotuladas como problema social ou em desajuste social, nas alusões de Lagos et al. (2014).

Nos apontamentos do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, o impacto das tecnologias, das novas formas de trabalho e emprego, além das modificações no contexto organizacional, em remodelação, também foram decisivos para:

- a entrada das mulheres no mercado de trabalho, impulsionando mudanças culturais;
- a ampliação das necessidades econômicas; e
- deterioração dos rendimentos reais, que interferiram nas relações de trabalho, ao conduzir mais de cinquenta milhões de brasileiros a viver abaixo da linha de pobreza.

No final da década de 1990, cerca de 10% dos trabalhadores perderam o emprego. Assim, o conceito de *exclusão social* vem sendo encarado como uma ferramenta analítica, aplicada ao conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas (II PNPM - BRASIL, 2008).

Adversamente, o surgimento dessa nova pobreza é estrutural na sociedade brasileira e coloca muitas pessoas em desvantagem social, dentro do contexto econômico (HOOKS (2019).

A sociedade combate a recessão e o desemprego defendendo maior reação do Estado para liberar as forças de mercado na retomada do crescimento e recorrem à flexibilização de leis trabalhistas, de forma que os trabalhadores sejam os responsáveis por manter o mercado de trabalho funcionando (ALVARO, 2013).

Nesse aspecto, a proteção ao trabalho, liga questões como pobreza, empregabilidade e integração social. Novas políticas sociais buscam desenvolver mecanismos que favoreçam a inserção no mercado de trabalho, criam-se treinamentos, qualificações e educação para o trabalho em busca de melhorar a relação entre o homem e o trabalho, além de combater o desemprego, como responsável pela exclusão social (MELO, 2011).

A exclusão social se manifesta em diferentes situações: pode surgir com a exclusão de um padrão de consumo, exclusão de bens e serviços públicos, de acesso à terra, dos direitos humanos, da participação na prosperidade e no desenvolvimento. Existem tendências internacionais que marcam o posicionamento feminino no mercado de trabalho, conforme argumenta o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2008).

O crescimento da participação feminina no desenvolvimento econômico em todo o mundo centra-se também no fato de que muitas mulheres continuam ativas no mercado de trabalho, mesmo durante o período que geram e cuidam dos filhos. A participação efetiva da mulher no desenvolvimento socioeconômico contribui para modificar o papel tradicional da mulher no mercado de trabalho, na sociedade e no ambiente doméstico (MELO, 2011).

As diferenças biológicas entre homens e mulheres servem de parâmetro para se estabelecer as relações de gênero na sociedade, no entanto as desigualdades impulsionam as mulheres à exclusão social (REIF, 2019). Isso significa que as mulheres são mais atingidas pela exclusão no trabalho, nas classes sociais, na cultura, na etnia, na idade, na raça e em diferentes aspectos deste fenômeno, ou seja, muitas mulheres são expostas à exclusão social apenas pelo fato de ser do gênero feminino (ANGELIN, 2014).

Assim, em consonância com as políticas estabelecidas para as mulheres, cabe ao Estado a obrigação de ajudar na inclusão dos indivíduos, pois observa-se que a exclusão se manifesta no mercado de trabalho, no acesso à moradia, aos serviços comunitários, aos bens, serviços públicos, a terra e, principalmente, aos direitos (II PNPM- BRASIL, 2008).

Com efeito, diferentes categorias de excluídos reúnem os velhos desprotegidos da legislação, os sem terra, os analfabetos e as mulheres que, apesar de excluídas como indivíduos, no espaço privado, devem levar apoio aos demais excluídos, no âmbito da sociedade (PRETTO, 2015).

Em convergência com o autor anterior, para Moreira (2013), a exclusão social da mulher é particularizada, pois é fundamentada na diferença, porém a exclusão atinge diferentes segmentos da sociedade como negros, idosos e portadores de necessidades especiais.

Nota-se que a discriminação à mulher é provocada pelo setor econômico, que sustenta o processo de exclusão (NETO; BRAZ, 2006). No entanto, a causa dessa desaprovação é social, tendo como base o meio econômico, político e social, desdobrando-se nos campos da cultura, da educação, do trabalho, das políticas sociais, da etnia, da identidade e outros setores, conforme elucida Nowak (2020).

A exclusão social feminina, no entender de Pretto (2015), é a representação das relações entre homens e mulheres, nas quais cabe à mulher a condição de inferior, ou seja, submetida aos que ocupam as esferas de poder na sociedade. Desde os mais remotos tempos vê-se a mulher como aquela que tem inclinação natural para o lar e para educar as crianças, assim a mulher é destinada ao casamento e à maternidade (HOOKS, 2019).

Esses atributos imputados à mulher, servem para reforçar a exclusão do gênero feminino na sociedade (FERRI, CAMARDELO, OLIVEIRA, 2017), intensificam a invisibilidade persistente, convertem as diferenças em desvantagens e desvalorização para com o gênero feminino, configurando-se em um contexto complexo, o qual necessita de projetos e políticas, para reverter as inequidades da sociedade sexista vigente.

Enfim, para sintetizar, o feminismo constitui campo múltiplo, tanto teórico como de ação, tendo influenciado movimentos de mulheres e movimentos feministas. Este campo tornou visíveis as conexões entre as relações de gênero, a violência de gênero e as desigualdades sócio-econômicas. Com suas múltiplas perspectivas, evidenciou as interligações entre as relações de gênero/raça/classe e outros sistemas de opressão, como o capitalismo.

3.4 MULHERES E MEIO AMBIENTE

Não se deve romantizar a maneira como o gênero feminino se situa na relação com o meio ambiente. Na perspectiva da igualdade, as responsabilidades da mulher nesta relação são as responsabilidades humanas.

Para Garcia (1992), as relações são socialmente construídas e obedecem aos parâmetros estabelecidos no âmbito econômico e social. No caso das mulheres, por exemplo, estas realizam tarefas em duplo domínio, doméstico e público. Da mesma forma, segundo Lagos *et al.* (2014), as relações de gênero são construídas socialmente, ao mesmo tempo, recebendo influência do *status* econômico e social.

Desde o final do século XX, mais precisamente após a Eco-92, no Rio de Janeiro, destaca-se a importância da mulher na preservação do ambiente natural, na gestão ambiental e na sustentabilidade do desenvolvimento econômico, pois a partir desta época as discussões relacionadas a gênero e meio ambiente ganharam maior destaque e passaram a ser pesquisadas e estudadas (MOURO, 2017). Conforme também reforça Melo (2011), com as mudanças constantes de contexto socioambiental, entender o cruzamento das temáticas gênero e meio ambiente torna-se imprescindível.

Nesse sentido, muitas organizações ecológicas pontuam que a mulher assume, fundamentalmente, o manejo e o sustento dos recursos ambientais no cotidiano da maioria dos países, dos grupos comunitários e em muitos locais em que a exclusão social é dominante (LAGOS *et al.*, 2014). Na realidade, o papel da mulher nesse contexto social reproduz a vivência doméstica no ambiente comum ou público (CHALUB-MARTINS, 2006).

A participação feminina nas atividades econômicas vem crescendo, especialmente em ações de produção que envolvem a relação com o meio ambiente, tais como: pesca, agricultura, extrativismo e reciclagem, entre outras atividades (HOOKS, 2019). Segundo Guedes e Inocêncio (2013), também a ONU destaca o papel da mulher na preservação do meio ambiente, porque valoriza o manejo cultural que esta realiza, em relação aos recursos naturais, considerado muito relevante em nível global.

Na perspectiva da Agenda 21, o papel da mulher firma-se no desenvolvimento sustentável, requerendo a implementação de mais políticas estratégicas na dimensão socioambiental. Observando da perspectiva histórico-cultural, a função da

mulher é fundamental para o cuidado ambiental, no contexto dos avanços necessários para políticas mais sustentáveis (LAGOS et al., 2014).

Com efeito, o protagonismo feminino nas publicações e ações de cuidado ambiental, segundo Chalub-Martins (2006) induz à realização de um debate sobre a importância da participação das mulheres na tomada de decisões, embora, na prática, isso ainda ocorra de maneira muito discreta. De acordo com Moreira (2013), tal protagonismo com a temática ambiental, ainda não se faz presente nos processos decisórios, com relação às políticas ambientais.

Segundo Álvaro (2013), os ambientes empresarial e profissional são dominados predominantemente pelos homens. Como já explicitado anteriormente, ao realizar uma comparação de gênero, constata-se que as mulheres são menos remuneradas que os homens, mesmo desempenhando as mesmas funções. Para a mesma autora, a mulher sofre preconceito desde a sua contratação, somente por ser mulher e pela possibilidade de gestar uma outra vida. Mulheres são assediadas moral e sexualmente, possuem menor representação no mundo da política, e a opinião feminina é desprestigiada em relação à opinião masculina.

A participação feminina na elaboração de políticas ambientais ainda não é representativa, porém as comunidades internacionais que constituem os estados e nações pontuam que sem a participação feminina os avanços não são consistentes na busca pela produção sustentável. Isto se deve ao protagonismo feminino na apresentação de estudos relevantes sobre a sustentabilidade no planeta, em diferentes conferências ambientais no mundo (ASSUNÇÃO, 2017).

A inclusão da mulher nos espaços de negociação e participação de atores ambientais ainda é insuficiente, pois limita-se à transferência de informações e exercício de funções que não são de importância técnica (ANGELIN, 2014). Por exemplo, no manejo de recursos hídricos, há uma presença mínima de mulheres como formadoras de opinião ou na tomada de decisões (CHALUB-MARTINS, 2006). De modo geral, o trabalho feminino na promoção do desenvolvimento constitui-se de atividades logísticas, preparação de documentos e pareceres técnicos (ALVARO, 2013). Ou seja, as mulheres assumem posicionamento subordinado na estrutura hierárquica e sua presença limita-se a facilitar ou representar instituições nos organismos representativos de bacias (FERRI, CAMARDELO, OLIVEIRA, 2017).

Segundo Guedes e Inocêncio (2013), não existe equilíbrio equitativo e nem igualdade de gênero, o que impede o desenvolvimento de uma sociedade

sustentável, permeada por princípios de equidade e justiça socioambiental. Assim, para eles, para recuperar os ecossistemas frágeis, é importante que se desenvolva a proteção do meio ambiente, se alcance segurança alimentar e a valorização da mulher na sociedade e nos meios de produção. Considera-se a necessidade de analisar e suplantando as dinâmicas de exclusão e discriminação presentes na sociedade e promover mudanças nas estruturas sociais que sustentam essa desigualdade (LAGOS *et al.*, 2014).

Indubitavelmente, os conflitos de gênero como as situações de dominação e opressão masculina devem ser discutidos democraticamente, tendo como pedras angulares o direito à igualdade e conseqüentemente o respeito quanto as diferenças. Em relação ao movimento ambientalista, a disputa de espaço entre homens e mulheres dentro do fazer ambiental é danosa ao meio, pois enfraquece a luta já desigual de preservação, que envolve espaços de luta muito diferentes (ASSUNÇÃO, 2017). De acordo com Ferri Camardelo e Oliveira (2017), desenvolve-se uma luta das mulheres em favor do desenvolvimento sustentável e pela conservação ambiental, especialmente por meio de estudos e pesquisas, participação em seminários e congressos ambientais. Porém, há outros fatores necessários: que se respeitem os corpos, pois a mulher tem direito à sua integridade física; que sejam respeitadas as identidades e as histórias destas mulheres, para que suas comunidades e territórios também sejam observadas e respeitadas em sua cultura étnica.

Efetivamente, a essencialidade da participação feminina na luta pela sustentabilidade é fundamental na garantia de direitos e da própria vida, uma vez que há um percentual muito alto de mulheres que chefiam famílias, desenvolvem estudos, atuam socialmente em todos os níveis de produção e que devem ser consideradas no processo do desenvolvimento sustentável (CARVALHO, 2016).

A reflexão a respeito da condição e do reconhecimento da igualdade social da mulher ganha uma nova percepção quando compreendida a sua participação na gestão de problemas ambientais, mais do que nunca essencial para o desenvolvimento social, ambiental e econômico em todo o mundo.

No Brasil, consoante as investigações de Horst e Cunha (2010), a criação das Secretarias Estaduais e Municipais da Mulher, em alguns Estados e Municípios, além da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, ligada à Presidência da República, com *status* de ministério, foram algumas das institucionalizações

históricas das questões relativas à garantia de direitos e proposição de políticas públicas direcionadas às mulheres e às relações de gênero.

Para Dias, Matos e Ogando (2013), é importante considerar questões de gênero também quando são desenvolvidos estudos a respeito de resíduos sólidos. As autoras ressaltam que estudos sobre o meio ambiente devem identificar os conflitos e dinâmicas de poder nas relações de gênero realizadas no contexto da reciclagem. Assim, defendem que sejam reforçadas as pesquisas ao envolver ações no ambiente de reciclagem, tendo estas pesquisas como ponto de partida para a realização de projetos que considerem o empoderamento de mulheres trabalhadoras, nos níveis subjetivo, econômico, simbólico e político.

Sob esse enfoque do empoderamento, mecanismos indutores de ações voltadas para a sustentabilidade, que abordam questões de gênero, têm sido adotados por empresas, enquanto referências. Horst e Cunha (2010) pontuam que entre as referências estão a Agenda 21, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Pacto Global, Tratados, Convenções e regras da ONU e da OIT, reconhecidos como instrumentos legais, que declaram a valorização dos Direitos Humanos das mulheres nas relações de trabalho.

Las mujeres recicladoras enfrentan innumerables obstáculos durante el proceso de reciclaje y no siempre son reconocidas por los beneficios económicos y ambientales que aportan a la ciudad. Además de esto, las mujeres recicladoras por lo general se enfrentan a la (re)producción de relaciones jerárquicas en el hogar, el trabajo, en sus respectivas comunidades y, también en el ámbito interno de sus organizaciones representativas. La adopción de una perspectiva de género en la actividad del reciclaje tiene gran relevancia y requiere, por tanto, abordar múltiples dimensiones de subordinación en las cuales las mujeres recicladoras están sometidas (DIAS, MATOS e OGANDO, 2013, p. 222).

Não trata-se apenas de criar instituições para discutir as ações sem implementá-las. Faz-se importante que as pesquisas realizadas contribuam para impulsionar a promoção humana, especialmente, quando voltadas para superar problemas sociais relacionados a gênero.

Las discusiones que aquí se presentan parten por lo menos de tres dimensiones relacionadas. Primero, un análisis con perspectiva de género es capaz de desvelar las relaciones y estructuras jerárquicas de género, clase y raza. Estas, a su vez, están frecuentemente basadas en modos capitalistas y patriarcales de explotación y legitiman la ya tradicional división sexual del trabajo. Segundo, tal análisis permite comprender cómo las dinámicas de poder y opresión operan en diversos terrenos y de modos distintos. En definitiva, un análisis de género asociado al reciclaje pone encima de la mesa la construcción social e histórica de los roles de género, y fundamenta procesos de empoderamiento femenino, en nuestra opinión

bastante significativos. Lo que influirá en la capacidad de percepción de cómo las desigualdades de género se hacen presentes, y qué herramientas serían necesarias para fortalecer las voces de las mujeres recicladoras, a nivel individual, económico o político (DIAS, MATOS e OGANDO, 2013, p. 222).

Em suma, como sintetiza Luz *et al.*, (2012), há aspectos legais que trouxeram igualdade formal entre homens e mulheres, porém é fundamental desenvolver ações de equidade, de modo que as diferenças sejam respeitadas, pois há peculiaridades de homens e mulheres que necessitam ser consideradas, especialmente no mundo do trabalho, para que assim os direitos sejam efetivamente concretizados.

Ao tratar da relação entre ambientalismo e feminismo, constatam-se muitas convergências. A acentuação dos problemas ambientais no último século, em termos de abrangência, escala e gravidade, se deve aos mesmos fatores que levam à exclusão social da mulher e às violências de gênero. Principalmente ao caráter de subalternidade e objetificação. O projeto civilizatório da Modernidade vem tratando a Terra da mesma forma que a mulher. A exploração e busca de dominação da Terra, com seus ecossistemas e seres, se expressa também na relação com as mulheres, sendo perpetrada especialmente por homens e pela perspectiva da cultura patriarcal. Nesse contexto, não à toa as mulheres mais excluídas socialmente no globo são exatamente aquelas vinculadas aos cuidados com a natureza, seja por suas práticas culturais de sobrevivência, seja por suas atividades profissionais.

Assim, o cuidado ambiental se identifica culturalmente e economicamente com a proteção de mulheres indígenas, ribeirinhas, camponesas, quebradeiras de côco e outros tipos de extrativismo comunitário. Defender essas mulheres é defender a Terra. E defender a Terra requer respeitar as mulheres.

A superação do domínio e da cultura patriarcal é elemento essencial na busca pela construção de sociedades sustentáveis, em múltiplos sentidos.

3.5 A QUESTÃO AMBIENTAL

O mundo contemporâneo há bem pouco tempo deu-se conta da necessidade de refletir sobre as relações humanas com o restante do meio ambiente (BOFF, 1999). Assim, estudar a questão ambiental e sua relação com outras indagações que permeiam as desigualdades sociais é fundamental para compreender os processos da sustentabilidade, em todos os seus níveis de envolvimento social.

A questão ambiental requer discutir a relação entre educação e meio ambiente, contextualizando o cenário de crise em várias dimensões: econômica, política, cultural, social, ética e biológica (TORRES, 2012). Para Boff (1999), a crise ambiental não é um problema isolado, trata-se de uma discussão generalizada sobre a gravidade da degradação das relações homem/natureza em todo o mundo.

Guimarães (2000) pontua que o mundo passa por modificações no seu clima, destacando que apesar da realidade do aquecimento global estar gerando catástrofes em todo o planeta, os meios de produção tendem a degradar o ambiente e não assumem a responsabilidade, continuam desmatando, explorando, utilizando tecnologias nocivas ao ecossistema, em nome de um conforto que não será duradouro.

Para Boff (1999), o consumo não se dissocia do meio ambiente, quer seja pela exploração de recursos para gerar bens, quer seja pelos resíduos gerados que podem contaminar o meio ambiente. O consumo é uma ação individual e inerente ao ser humano, pois este depende da natureza. Porém, este modelo de sociedade urbano-industrial e pós-industrial da Modernidade tem como característica governar a produção e querer controlar a natureza. De acordo com Ruppenthal (2014), trata-se de uma relação dinâmica que dá origem a uma nova organização social e político-econômica, baseada na exploração dos resíduos sólidos na tentativa de evitar a exploração de recursos e melhorar o aproveitamento do que já foi explorado.

A Constituição do Brasil prevê que o meio ambiente seja protegido e respeitado, o que implica na necessidade da Gestão Ambiental como atividade voltada para o uso e o planejamento de recursos ambientais, segundo Boff (1999). Como consequência, o propósito do planejamento ambiental é reduzir, eliminar ou prevenir danos ao meio ambiente, conciliando a utilização dos recursos e sua proteção para que a sustentabilidade se torne uma ação real (MAIA *et al.* 2013).

Entretanto, não basta que sejam estabelecidas políticas públicas, faz-se fundamental que a sociedade entenda e se comprometa com a causa ambiental, que as pessoas estejam engajadas em defesa da vida. A ciência pode dedicar-se a novas descobertas e à promoção da vida com qualidade, a partir do momento que todos estejam movidos para buscar prosperidade sem destruir os recursos naturais, ou seja, produzindo de maneira sustentável.

Nos pressupostos de Correa (2001), o cuidado ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas

democráticas de atuações, baseadas em práticas interativas e dialógicas. Nesse sentido, inegavelmente, determinadas atuações como: projetos, gestão ambiental, educação ambiental, respeito à legislação e fiscalização ambiental, se consubstanciam no objetivo de criar novas atitudes e comportamentos, diante do consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos (MANDARINO, 2000).

Assim, os sujeitos necessitam transformar-se para ter condições de analisar a natureza, em um contexto entrelaçado de práticas sociais, parte componente de uma realidade mais complexa e multifacetada (GUIMARÃES, 2000). Não há como superar uma relação pouco harmoniosa entre os indivíduos e o meio ambiente mediante práticas localizadas e pontuais, muitas vezes distantes da realidade social (MANDARINO, 2000).

A ação ambiental perpassa vários campos de conhecimento, o que a situa como uma abordagem multidisciplinar, já que a complexidade ambiental representa uma rede de conceitos heterogêneos, na qual o conhecimento, as noções e os conceitos têm origem em vários campos de saber, como nos aponta Boff (1999).

A cidadania liga-se a uma nova forma de relação ser humano/natureza, e a sua dimensão cotidiana leva a pensá-la como somatório de práticas e, conseqüentemente, entendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para o conjunto da sociedade (DANSA; MOURÃO, 2000).

À luz dos conceitos de Boff (1999), a sociedade capitalista polui a natureza pelo consumo exagerado de produtos industrializados e tóxicos que são descartados, estes acumulam-se no ambiente, causando danos ao planeta e à própria existência humana. Inquestionavelmente há produção de resíduos em larga escala, não só no sentido de resíduos sólidos, mas também no sentido social: miséria, fome e exclusão caracterizam a sociedade de consumo que vem do século passado e avança neste início do terceiro milênio.

Não se pode separar a sociedade da natureza, pois a natureza não é um espaço passivo à disposição do homem, como tem sido entendido durante os últimos 4 (quatro) séculos, mas feita de movimentos dinâmicos, cíclicos, em que a inter-relação e a interdependência garantem sua reprodução e manutenção (DANSA; MOURÃO, 1998). Nesse contexto há que se discutir as questões ligadas ao papel do Estado, da sociedade civil e da Educação no processo de gestão ambiental e, particularmente, dos resíduos sólidos urbanos (GUIMARÃES, 2000).

Segundo Guattari (1998), faz-se necessário compreender a construção de políticas públicas, como um processo que envolve necessariamente a existência de espaços e redes de articulação entre o poder público e a sociedade civil.

Trata-se de um processo que viabiliza a reconstrução social, a partir da busca da autonomia organizativa das comunidades locais, com base nas necessidades compartilhadas de sobrevivência, de saúde psicofísica e socioambiental, as quais podem e devem ser o ponto de partida para uma interação entre ecologia, ética e política (BOFF, 1999).

Carvalho (1998) comenta que o Brasil adota providências, ao visar à criação de um aparelhamento jurídico que possibilite a regulação dos resíduos, por exemplo. A lei que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos sugere que esta política seja desenvolvida, em consonância com as Políticas Nacionais de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos, de Saneamento e de Saúde, de acordo com os objetivos, princípios, fundamentos, diretrizes, instrumentos, planos e programas adotados na lei (BRASIL, 2010). Esta política prevê regulamentações e sanções pelo seu descumprimento (AGENDA 21, 2002).

Todavia, a gestão dos resíduos sólidos urbanos, do ponto de vista da sustentabilidade, possui pontos críticos, enquanto Ecologia Urbana, representada pela dinâmica que sustenta a vitalidade do ecossistema socioambiental urbano, nas considerações de Eigenheer (1998).

Convém destacar que as grandes cidades contemporâneas são ecossistemas em constante ameaça de colapso, devido ao crescimento desordenado e à enorme pegada ecológica que suscitam para sua reprodução (alimentos, insumos externos como água, lixo, energia, extração de matérias-primas, impermeabilização do solo, emissão de gases, etc.), sem que haja reposição ou correção eficaz desses efeitos (EIGENHEER, 1998).

Por consequência, o aumento do lixo urbano nos últimos 40 anos deve-se à produção indiscriminada de embalagens não recicláveis (multiplicadas principalmente através do sistema de franquias), aos hábitos alimentares artificializados (*fast-food* e congelados), ao lixo doméstico, industrial, comercial, e dos serviços de saúde (MOURO, 2017).

Nesse contexto, desenvolve-se na contramão do modelo vigente, de desenvolvimento econômico, uma vertente sustentável que promove a construção social de pessoas, em situação de vulnerabilidade e que fazem da coleta seletiva e

da descoberta da reciclagem o seu meio de vida e subsistência. Sob esse aspecto, a necessidade de preservar-se o meio ambiente conduziu para o reconhecimento da utilidade da ação dos coletores de recicláveis, de acordo com as ponderações de Valin e Dias (2017).

Em relação à conscientização ambiental, é claro e importante o que se prevê no art. 7º da Lei Nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos: “integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (BRASIL, 2010).

Contudo, as políticas públicas para o setor da reciclagem não adotam como ponto de partida um conhecimento objetivo da complexidade do sistema socioeconômico que gera os resíduos e, portanto, já partem de um desconhecimento sobre os pontos críticos, como aborda Mouro (2017).

Dessa forma, estas propostas tendem a permanecer atreladas à lógica de mercado, sendo automaticamente orientadas pela ética que acompanha essas relações, e, assim, deixam de promover qualquer mudança significativa de valores e práticas que possam reverter à insustentabilidade do padrão vigente (DANSA e MOURÃO, 1998).

Uma ideologia voltada para a reciclagem exige uma atitude crítica, quanto aos valores e a hierarquia de necessidades, definidas no Fórum Global 92: 1º reduzir; 2º reutilizar; 3º reciclar, privilegiando a racionalidade de mercado e descuidando-se da dimensão educativo-comunicativa que é o instrumento básico para priorizar a redução e reutilização na hierarquia dos valores da gestão (LEAL, 2012).

Nesse âmbito, tanto as unidades domésticas, que geram lixo pelo consumo, quanto as empresas, que geram lixo no processo de produção e colocação no mercado, não são atingidas por propostas concretas de mudança dos hábitos de consumo e produção, como alude Assunção (2017).

Os projetos voltados para a implementação e a inserção dos catadores no sistema de gestão estão pautados pelo viés da terceirização, fazendo com que os mesmos se encontrem sempre sob o controle da indústria da reciclagem e com pouca margem de negociação quanto aos preços de mercado (MOREIRA, 2013).

As políticas públicas para o setor da gestão de resíduos sólidos não apresentavam a intenção explícita de gerar novas formas organizativas, capazes de dar autonomia, consciência crítica e poder de modificar a qualidade de vida dos

indivíduos e grupos ligados aos serviços de catação, separação e comercialização do lixo urbano (SORRENTINO, 2005).

Para Mandarino (2000), a incorporação da dimensão participativa nas políticas públicas para o setor de resíduos sólidos urbanos deve ser entendida não como simples busca da concordância da população a modelos pré-definidos, mas como busca consequente de uma verdadeira responsabilização de todos os atores envolvidos no processo de gestão.

Segundo a socióloga Maria da Glória Marcondes Gohn, desde meados dos anos de 1980, os catadores de reciclados iniciaram uma organização em cooperativas e associações para organizar o setor e obter o reconhecimento da atividade coletora de resíduos como profissão. Dessa organização surgiu o Movimento Nacional dos Catadores de Reciclagem, que se apresenta como um movimento social que luta por melhores condições de trabalho e reconhecimento, cobrando a valorização social e ambiental do trabalho de catador.

Ao analisar a racionalidade econômica que, envolve o tratamento dos resíduos sólidos, conclui-se que as medidas positivas geradas pelas discussões político-científicas ignoram os prós e contras da gestão de resíduos, haja vista que a minimização da geração de lixo e a realização da reciclagem evitam poluição e reduzem a extração de matérias primas dos ambientes naturais, porém deixa-se de estimar os impactos que tais ações conduzem, de efeito direto nas atividades econômicas. Sendo assim, de acordo com Moreira (2013) torna-se fundamental que sejam calculados os impactos econômicos da reciclagem sobre a economia social, informando a sociedade sobre as estimativas de recursos preservados com estas ações e o valor econômico dos mesmos.

Boff (1999) pontua que governos desenvolvem, socioambientalmente, novas políticas de defesa do crescimento econômico, com base na igualdade social e conservação ambiental. Ao complementar, Sorrentino (2005) comenta que diretrizes ambientais, normas técnicas e selo de qualidade são indicadas e aceitas pelas empresas, adotadas para se enquadrarem a moldes legais, serem aceitas pelo comércio internacional e terem em seus produtos e serviços o valor ambiental agregado (SORRENTINO, 2005). Entretanto, ainda não se concretizaram os preceitos ambientais postos nos estudos dos últimos 30 anos. Exemplo disso é a afirmação de Mandarino (2000) de que o lixo passou a ser gerido de forma mais consciente, fazendo com que os governantes tomem medidas para diminuir os

impactos associados a aglomerados de restos, que num primeiro momento eram inúteis e que num segundo momento, reforçado pela falta de matéria-prima disponível, são vistos como alternativas de geração de divisas, porém ainda há muitas cidades com lixões a céu aberto que não desenvolvem a coleta seletiva.

Com a intenção de chamar a atenção para este problema, Moreira (2013) enfatiza que, cuidar do lixo deveria tornar-se missão político-econômica para os governos e compromisso fundamental de cada ser humano com o meio ambiente e com as gerações futuras. Mas estas políticas no Brasil, ainda não são concretas e necessitam ser direcionadas para se tornar uma realidade socioambiental.

A investigação sobre a motivação das pessoas para trabalhar na coleta seletiva aponta para a luta pela subsistência e a forte presença feminina neste ambiente configura-se em decorrência da desigualdade de gênero, pois muitas mulheres veem-se obrigadas a adaptar-se à atividade de reciclagem em razão da vulnerabilidade social, de acordo com as investigações de Melo (2011).

Nesse sentido, é importante analisar como ocorrem as relações de gênero nos ambientes de coleta e separação de recicláveis, pois verifica-se que esta atividade, segundo Assunção (2017), é marcada pelo predomínio da presença feminina.

No Brasil, no início desta década, cerca de 400.000 pessoas se declararam como catadores em sua ocupação principal, as mulheres representavam 31,1% do total. Porém, esse percentual pode ter sido subestimado em função de, em muitos casos, as mulheres compreenderem a reciclagem como uma atividade complementar em relação às demais, como as domésticas. Nessa direção, em função das condições econômicas e sociais da população brasileira, identifica-se um crescimento do contingente de catadores de materiais recicláveis no país (COELHO et al., 2016, p. 02).

Embora apareçam contradições na quantidade de mulheres que atuam como recicladoras, esta surge da ausência de reconhecimento da reciclagem como função pelas próprias mulheres e pela sociedade em geral, que não consideram a coleta seletiva como uma ocupação legal, mas sim um meio de sobrevivência que não pode ser considerado profissão.

Resta compreender o porquê de tantas mulheres trabalharem nesse ambiente, perpassando os princípios de cooperação, valores e ressignificação do trabalho e não declararem essa atividade. Muitas mulheres possuem múltiplas atribuições, porém isso não justifica não se autodeclararem coletoras de recicláveis.

É relativamente comum que estudos relacionados ao meio ambiente e

ecologia partam de bases teóricas e conceitos que não consideram relações de gênero, concebendo ações de homens e mulheres que distorcem as histórias e processos políticos, resultantes das lutas sociais e ambientais. Conseqüentemente, as mulheres são consideradas como seres passivos ou impotentes. Porém, é importante julgar os dados reais que indicam que as mulheres participam de organizações ambientais mais que os homens e muitas são líderes de movimentos locais ligados às lutas ambientais (DIAS, MATOS e OGANDO, 2013).

3.6 A MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO DA MULHER NO CONTEXTO AMBIENTAL

Mouro (2017) pontua haver particularidades na relação que as mulheres estabelecem com o ambiente. Assim, é importante compreender como o gênero feminino histórica e culturalmente se relaciona com a natureza e como essa relação contribui para a construção da sociedade. Nesse sentido, inclusive, importa compreender que a relação de cuidado feminino com o ambiente não pode ser generalizada, uma vez que atualmente também muitas mulheres participam de meios de produção que degradam o meio ambiente através da superexploração de bens ecológicos, uso de agrotóxicos e outras agressões.

Lagos et al. (2014) observam que o papel da mulher para a sustentabilidade vem ganhando espaço nas discussões, de tal forma que na Rio+20 organizou-se um evento paralelo denominado ONU Mulheres. A associação entre mulher e meio ambiente iniciou-se com a criação do conceito de ecodesenvolvimento, ainda na década de 1970, quando passou-se a relacionar mulheres e cuidado ambiental, porém essa relação só torna-se real quando a mulher se posiciona ambientalmente, pois muitas mulheres adotam a lógica da sociedade patriarcal e a ideologia neoliberal, o que não condiz com um posicionamento ecológico.

Países subdesenvolvidos objetivaram a diminuição dos impactos ambientais (ALVARO, 2018). E, nesse aspecto, as mulheres ofereceram contribuições históricas para a construção da sustentabilidade, seja em pesquisas científicas, em debates em defesa do meio ambiente em conferências internacionais, no desenvolvimento da agricultura familiar voltada para a agroecologia ou mesmo na coleta seletiva de reciclados (GUEDES e INOCÊNCIO, 2013).

Angelin (2014) destaca o enfoque dos movimentos ecofeministas, das teorias da redistribuição e do reconhecimento de gênero, apontando a motivação das

mulheres a proteger o meio ambiente, no entanto, questiona-se se seria uma predisposição natural ou uma construção cultural. Investiga se existe alguma relação entre exploração e dominação da natureza diante da dominação e da subordinação das mulheres nas relações de gênero.

No entendimento de Valin e Dias (2017), o ecofeminismo representa a integração entre a ecologia e o feminismo, com o propósito de desenvolver uma discussão a respeito da opressão das mulheres e a destruição da natureza. O ecofeminismo analisa a sobrevivência da espécie humana, das espécies de vegetais e animais que se compromete por causa da crise mundial, percebida pela análise do meio ambiente, das relações sociais, do uso das tecnologias, dos efeitos da economia na vida das pessoas, da política e da saúde.

Um dos grupos profissionais mais relevantes para a questão ambiental é representado por mulheres catadoras de recicláveis (MOREIRA, 2013), haja vista que o trabalho realizado por estas mulheres protege o meio ambiente e promove a limpeza das cidades em geral. A catação de recicláveis impacta sobre a geração de empregos e, muitas vezes, sustenta famílias que sobrevivem com dignidade, afirmação e luta, por isso as mulheres catadoras representam um papel central no universo dos catadores de recicláveis, conforme enunciam as autoras Vallin e Dias (2017).

Segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis – MNCR (2020), no Brasil, cerca de 70% dos profissionais que se dedicam à reciclagem são mulheres. É um trabalho pesado que não termina quando o expediente da associação ou cooperativa está encerrado. A maioria destas mulheres exerce o papel de mãe, cuida dos filhos e da casa a qual provê (ASSUNÇÃO, 2017).

Identificou-se que o trabalho nas associações e cooperativas é realizado, majoritariamente, por mulheres, de acordo com Dias e Fernandes (2013). No Brasil, um estudo em pequena escala revelou que 56% dos membros das organizações de catadores e catadoras são mulheres, mas mesmo assim existe uma divisão sexual das atividades: os homens trabalham na prensa, cabendo às mulheres a triagem dos materiais, uma lógica entre “trabalho pesado” e “trabalho leve” usada para justificar as diferenças de remuneração, como nos relembra Mouro (2017).

Considera-se que as relações de gênero no mercado de trabalho são desiguais em todo o mundo (MELO, 2011). De acordo com Moraes e Gassen (2004), pesquisa realizada pela ONU indica que as mulheres executam 2/3 do trabalho

desenvolvido no mundo, porém recebem somente 1/3 dos salários e 1/10 da renda mundial. A pesquisa também indica que 2/3 das pessoas analfabetas no mundo são mulheres e apenas 1/100 das propriedades do mundo pertencem as mulheres. Além disso, estima-se que 70% das pessoas que vivem na pobreza são mulheres, refletindo uma desigualdade acentuada para os tempos atuais, na conceituação de Nowak (2020).

Segundo Connell e Pearse (2015), as mulheres são mais vulneráveis aos efeitos das mudanças causadas pelos impactos ambientais, referindo-se a uma sobrerrepresentação entre os que vivem na pobreza, uma vez que estas possuem como papel social atuar como cuidadoras e provedoras do alimento, além do trabalho na produção agrícola. Sob essa ótica, a coleta seletiva é um fator importante para toda a humanidade, mas apresenta maiores impactos para as mulheres diante da desigualdade de gênero, como enfatiza Coelho et al.(2016):

[..] o trabalho de mulheres em atividades de catação de materiais recicláveis, sua relevância se justifica na medida em que essas trabalhadoras comumente exercem sua atividade laboral desprovidas de acesso e da efetivação de direitos sociais, como a saúde. Nessa perspectiva, reitera-se a necessidade de se considerar a ligação entre a precariedade que permeia o trabalho com materiais recicláveis e as questões de gênero (COELHO et al., 2016, p. 02).

Assunção (2017) considera que a profissão de catador(a) é uma inclusão diferenciada ou perversa, representada pela inserção social dos excluídos, dos marginalizados, daqueles que não são reconhecidos na sociedade do trabalho, sendo identificados apenas como catadores de materiais recicláveis. Nesse contexto, faz-se importante a investigação sobre as intersecções entre trabalho e gênero em associações e cooperativas de trabalhadoras e trabalhadores de materiais recicláveis.

Coelho et.al (2016) realizou uma pesquisa para caracterizar o trabalho feminino, demonstrando a precariedade e os efeitos da informalidade na vida das mulheres catadoras, pois o trabalho associado em cooperativas não possui registro profissional e reforça a insegurança laboral e de vida futura, além de muitas vezes essas mulheres desenvolverem jornada dupla de trabalho e ainda adverte:

Na investigação dos aspectos de vida e trabalho que se articulavam à saúde das catadoras, emergiram as questões referentes à divisão do trabalho doméstico entre os membros da família. Como mostram os dados

sociolaborais, a maioria das catadoras possuem companheiro e filhos (COELHO et al., 2016, p. 02).

De acordo com Moreira (2013), o trabalho de catação de material reciclável vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade, por ser uma ação de reinserção da matéria-prima secundária nas cadeias de produção e consumo. No entanto, esse trabalho necessita do apoio de instituições governamentais, regulamentação legal e ambiental, pois os trabalhadores atuam em forma de economia solidária, sendo um número considerável de mulheres presentes neste tipo de atuação (MOREIRA, 2013).

Coelho et, al. (2016) discorre em suas investigações sobre a feminização do trabalho, afirmando que este está acompanhado da precariedade. A ação de coletar materiais recicláveis apresenta-se como alternativa frente ao desemprego e à exclusão do mercado de trabalho formal (MELO, 2011).

Infelizmente, a falta de oportunidades e de qualificação profissional têm conduzido muitas pessoas, especialmente mulheres, para o trabalho com resíduos sólidos, representando uma possibilidade de promover sustento para a família, como aborda Moreira (2013), pois o fato de muitas catadoras terem atuado em empregos tipicamente femininos e de baixo reconhecimento social, como mostram os dados sociolaborais, reforça a interface entre a feminização do trabalho e a precariedade (VALIN; DIAS, 2017).

Nas últimas décadas, a coleta de recicláveis tornou-se fonte rentável, o que transformou o lixo em resíduo e o coloca como mercadoria. Assim, a reciclagem veio ao encontro da necessidade de sobrevivência de boa parte da população periférica. Nessa conjuntura, a ação de coletar resíduos tornou-se economicamente uma forma de autoemprego e geração de renda (MOREIRA, 2013).

Ademais, a indústria da reciclagem foi viabilizada por ser sua triagem uma atividade de custo mínimo, pois é realizada por trabalhadores desocupados que são convertidos em catadores e que aceitam baixa remuneração, isso permite investimentos e tecnologias que contribuem para o surgimento de uma produção de reciclados em larga escala (VALLIN e DIAS, 2017).

De acordo com Moreira (2013), muitas catadoras apresentam trajetórias de vida marcadas pela exclusão do mercado de trabalho e pela falta de oportunidades. Pesquisas realizadas por Dias e Fernandes (2013); Dias, Matos e Ogando (2013); Assunção (2017) e outros demonstram que, dentre os motivos que levaram as

catadoras

a trabalhar com reciclagem, destaca-se a necessidade de renda associada à dificuldade em conseguir trabalho.

Carvalho (2016) discorre acerca da trajetória da mulher na sociedade, sua inserção no mercado de trabalho e suas relações profissionais, visto que as mulheres colecionam na sua história uma luta pelo pleno exercício da cidadania (direitos de igualdade entre os gêneros), o recorrente desafio de articular trabalho remunerado e responsabilidades domésticas e familiares.

Frequentemente, as catadoras demonstram em pesquisas, como as realizadas por Coelho et al. (2016), Assunção (2017), Dias, Mattos e Ogando(2013), entre outras, a preocupação em relação ao futuro, com a possibilidade do adoecer, do não mais poder trabalhar e, portanto, com o fim da renda mensal não obterem outro meio de sustentação (VALIN e DIAS, 2017). Nesse sentido, este é o motivo de tais mulheres estarem organizadas em torno da reivindicação para a seguridade social. A tentativa é de manter a contribuição mensal ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que é prejudicada por elementos, como o baixo rendimento mensal, ocasionando dificuldades para manter a continuidade das contribuições previdenciárias (PNPM-BRASIL, 2008).

Para Guedes e Inocêncio (2013), a sustentabilidade deve ser tratada de forma a superar a mera gestão dos recursos naturais, pois deve incluir questões referentes às populações que sofrem com injustiças socioambientais por razões financeiras, raciais, étnicas ou de gênero.

4. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento de uma região exige envolvimento em políticas públicas capazes de modificar e intervir na qualidade de vida e em melhorias para a toda a população. Assim, este capítulo está voltado para a análise do desenvolvimento da região oeste no âmbito que envolve a atuação da ACARESTI, pois parte do conhecimento das ações de desenvolvimento da região, do município de Santa Terezinha e da Associação em estudo.

A contextualização das ações de desenvolvimento se inserem na importância de se analisar como a administração pública atua no desenvolvimento da coleta seletiva, define e relaciona a sua importância no desenvolvimento social da região.

Para Lima *et al.*, (2002), pode-se entender o desenvolvimento regional como a união entre as riquezas naturais da região, com o fator humano (cultura, costumes, práticas de trabalho, etc.), adaptando a economia às particularidades locais. Assim, são traçados planos para a produção de cada região, de forma a promover desenvolvimento dinâmico, o qual contribua para a economia nacional e mundial. O autor pontua que a ideia do desenvolvimento regional e seus conceitos são polêmicos e distintos, uma vez que o desenvolvimento, no sentido convencional, é voltado apenas aos aspectos econômicos. Nessa linha, este modelo de amplificação, centrado na produção, desconsidera o bem estar humano, o qual é visto como consequência da economia e da produção.

De acordo com Druciaki (2013), o planejamento regional contribui para direcionar a produção do espaço urbano e sua organização, compreendendo a configuração das relações entre os diferentes agentes que atuam no território estudado, como por exemplo, os agentes que representam o estado, os detentores dos meios de produção, os promotores imobiliários, e a sociedade em geral. Isso significa que um planejamento regional, ao incluir de fato todas essas participações, possibilita delinear estratégias e ações para o espaço urbano e regional.

Em conformidade com Desbiens e Ferrera de Lima (2004), o desenvolvimento regional é um tema a ser estudado, porque favorece a indicação de parâmetros para as ações de gestão que possam propiciar melhoria na qualidade de vida social, econômica e ambiental para todos os municípios. Ademais, as intervenções da sociedade, no tempo e no espaço determinam os aspectos

históricos, geográficos e sociais, assim torna-se necessário analisar as implicações de tais ações no progresso de uma região (LIMA et al, 2002).

Por conseguinte, o crescimento regional contribui para elevar o nível de vida da população, por meio de melhorias no nível da renda que deve superar a escalada demográfica (MARTINEZ, 2003). No entanto, faz-se importante considerar que, nem sempre uma região com Produto Interno Bruto (PIB) elevado promove a melhor distribuição de renda e garantias de crescimento de produção, logo decorre-se a necessidade de se produzir com sustentabilidade (DESBIENS e FERRERA DE LIMA, 2004).

Em consonância com Martinez (2003), o estilo de desenvolvimento é mais do que uma imposição de uma determinada corrente de pensamento econômico, de grupos com poder, pois sua reprodução só acontece em virtude da participação popular no sistema, seja esta consciente ou inconsciente, mas de forma a representar o que se faz, como e onde se faz.

O desenvolvimento deve ir além de gerar riquezas, deve gerar qualidade de vida e esta passa por geração de empregos e atendimento das necessidades essenciais da população. Existem alguns aspectos que devem ser observados para se alcançar o desenvolvimento, ou seja, faz-se necessário garantir oportunidades sociais, transparência e segurança social. Nesse aspecto, a educação é premissa fundamental de permissão de acesso da população local ao crescimento global, pois o capital humano é fator de produção e solução para problemas. O retorno trazido por um cidadão que receba as condições necessárias para atuar no mercado de trabalho será da ordem de um para dez, porque esse cidadão passa a gerar rendas suficiente para outras dez pessoas (DESBIENS e FERRERA DE LIMA, 2004).

O processo de crescimento e desenvolvimento é desencadeado por uma sequência de fases que criam as condições necessárias para continuar ampliando-se. Assim, de acordo com Druciaki (2013), o desenvolvimento regional acontece mediante a descentralização de políticas regionais de crescimento da base econômica, que envolvam a força de trabalho e os setores de produção de riquezas.

No entanto, segundo Guattari (1998), para se dizer que o desenvolvimento de uma região é sustentável faz-se indispensável que sejam avaliadas cuidadosamente as dimensões ambientais, econômicas e sociais. Efetivamente é imprescindível entender e respeitar o meio ambiente como um todo, compreender que o ser humano faz parte do sistema, e que se deve controlar e melhorar os recursos

naturais, seguindo suas delimitações.

A dimensão ambiental coloca em primeiro lugar os aspectos da reprodutibilidade, das relações entre as organizações e seu meio ambiente. Da mesma forma, na dimensão econômica promove-se a criação de empregos e renda, abrangência do mercado de trabalho, busca-se avanços sustentáveis, com estabilidade econômica, melhoria da infraestrutura e a ampliação da produtividade em todas as áreas (LIMA et al, 2002).

Enfim, na dimensão social deve-se garantir que todos tenham as mesmas condições de acesso a serviços de boa qualidade e bens, os quais são essenciais para uma vida digna, para construir uma sociedade do ser, onde exista igualdade na distribuição da renda, que melhore significativamente os direitos e situações da maioria da população, diminuindo a proporção desigual entre os padrões de vida de privilegiados e não privilegiados (DESBIENS e FERRERA DE LIMA , 2004).

Decerto entende-se que, mesmo passando-se duas décadas do terceiro milênio e que as dimensões do desenvolvimento sejam do conhecimento amplo, ainda é insipiente o cuidado para que proporções mais equitativas sejam colocadas na base do engrandecimento (MARTINEZ, 2003). As políticas de expansionistas avançam e retrocedem, de acordo com o interesse das ideologias eleitas para exercer o poder, oscilando entre princípios socialistas e neoliberais, dentro do conceito político internacional (DESBIENS e FERRERA DE LIMA , 2004).

No Estado do Paraná o território é dividido em macrorregiões que se organizam para direcionar e promover a produção, os investimentos, os fluxos migratórios e outras variáveis socioeconômicas. A união dos municípios contribui para fortalecer politicamente cada região do Estado e busca valorizar a produção específica de cada espaço regional. Entretanto, o Paraná ainda possui muitos eixos não dinamizados, muitas partes desprivilegiadas no que tange a uma equidade socioeconômica (LIMA et al, 2002).

Mediante apontamentos de Silva Neto (2005), a concentração em eixos de desenvolvimento no Paraná apresentaria uma estratégia de planejamento regional, estruturada a partir de objetos técnicos (aeroportos, ferrovias, portos fluviais) em um sistema de transporte e comunicações que interligasse as cidades pólos.

Para Druciaki (2013), as cidades pólos dinamizam e promovem o crescimento regional em sua área de influência, entretanto, o planejamento desse desenvolvimento é reformulado cada vez que ocorre mudança de gestão. Nesse

aspecto, as associações de municípios, consórcios municipais e outras instituições afins, ultrapassam os limites das regionalizações institucionalizadas, como por exemplo a AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná).

4.1 SUSTENTABILIDADE E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento econômico, na perspectiva do crescimento sustentável engloba a evolução positiva dos indicadores econômicos, as melhorias nos indicadores sociais e a preservação do ecossistema, porém, na prática, não apresenta condições e funcionamento suficientes para estabelecer um equilíbrio social e ambiental, pois os meios de produção, da maneira como são explorados, promovem degradação ambiental e, mesmo em locais onde se deseja reverter essa degradação, em favor da produção orgânica e da conservação ambiental, ainda se encontra muita dificuldade em realizar este intento, pois a visão que se tem de desenvolvimento ainda é uma visão neoliberal, centralizada no lucro, à qual não considera os efeitos da conservação ambiental como rentável (ALCÂNTARA e SAMPAIO, 2017).

Analogamente, Koch-Gonzalez e Rau (2019) consideram que o equilíbrio entre os indicadores globais contribui para reduzir as disparidades socioeconômicas e a degradação dos recursos naturais, os quais são também insumos produtivos e bens de consumo da população. Podem ser usados como indicadores os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) estabelecidos na Conferência Mundial de Meio Ambiente Rio+20 em 2012, para serem alcançados até 2030, e por isso também denominados de Agenda 2030: erradicação da pobreza, fome zero, agricultura sustentável, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, água potável e saneamento, energia limpa e acessível, trabalho decente e crescimento econômico, indústria, inovação e infraestrutura, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis (DRUCIAKI, 2013).

Outros indicadores vem sendo estudados como índices de mensuração da qualidade de vida dos países, estes não se baseiam em indicadores de expectativa de vida, educação e produção interna bruta voltados para a produção de riqueza, mas também para o grau de satisfação da população relacionada à disponibilidade de bens públicos. Neste aspecto, a Felicidade Interna Bruta – FIB e o Balanço do

Bem Comum – BBC exemplificam novos tipos de indicadores de qualidade de vida em sociedade (ALCANTARA e SAMPAIO, 2017), apontando para modelos econômicos que superem as contradições do capitalismo.

Com efeito, o desenvolvimento regional realiza-se a partir da união dos municípios, com parceiros que possuem interesse no desenvolvimento da região. Um exemplo de parceria se dá entre prefeituras da área de abrangência da Itaipu Binacional e esta empresa, que vem investindo em responsabilidade socioambiental, visando minimizar os impactos causados pela construção e inundações em áreas de plantio, o que alterou a extensão territorial de vários municípios. Investimentos econômicos são destinados por lei, para favorecer o crescimento social e ambiental, além de melhorar a qualidade de vida dos moradores dos municípios afetados pela hidrelétrica (SILVA NETO, 2005).

Nas últimas décadas a inclusão social vem sendo amplamente comentada e refere-se à possibilidade de dar a todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, os mesmos direitos e oportunidades. Assim, portadores de deficiências físicas, motoras e cognitivas, grupo de pessoas menos favorecidas, seja pelas condições sociais ou estigmatizadas por preconceito como negros, indígenas, homossexuais, transexuais e pessoas com pouco ou nenhum recurso financeiro, ou seja, pelas pessoas que não atendem ao padrão criado pela sociedade (DESBIENS e FERRERA DE LIMA, 2004).

O Brasil é um país formado sobretudo por diversas etnias. As diferenças, tidas como herança do colonialismo, ainda são vistas de maneira equivocada, fazendo com que a inclusão social seja uma necessidade ainda bastante sentida. Iniciativas como leis de inclusão escolar, cotas nas universidades, criação de estatutos de idosos, lei de proteção à mulher, estatuto da criança e do adolescente, e outras medidas foram adotadas para combater os preconceitos, assegurar e promover o direito de igualdade perante a sociedade, incluindo acessibilidade, aproximação à informação, participação na vida pública e política, entre outros (RUPPENTHAL, 2013).

Igualmente, organizações não Governamentais (ONGs), fundações e instituições sociais contribuem na busca da igualdade social. A proposta da inclusão social visa desenvolver ações que permitam a participação social a todos, garantindo vida digna, independentemente das condições postas. Há grupos específicos que são alvos constantes de ações de inclusão social, tais como: integração de

moradores de rua, colocação social de ex-presidiários, inserção escolar, incorporação por meio do esporte e outras direcionadas a grupos específicos (ALCÂNTARA e SAMPAIO, 2017). Considera-se fundamental que sejam abertas oportunidades de trabalho, de estudo, de moradia digna e lazer a todos os cidadãos, como bem prevê e determina a Constituição Federal de 1988, além da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No que se refere à gestão de resíduos sólidos, desde que esta atividade tornou-se reconhecidamente de valor para a preservação do meio ambiente, vem sendo organizada por cooperativas, associações e reconhecida socialmente como trabalho. Observa-se que há uma quantidade maior de mulheres que realizam a coleta de materiais recicláveis, como bem postulam Dias; Fernandes (2013); Dias, Matos e Ogando (2013) e Assunção (2017), envolvendo, portanto, uma questão de gênero. Isso deve-se ao fato de as mulheres contarem com menos oportunidades de trabalho e de haver, nesse tipo de trabalho, flexibilidade de horário, para que possam realizar o cuidado dos filhos e do lar (ASSUNÇÃO, 2017).

Os modelos tradicionais de desenvolvimento não privilegiam a ação de busca de igualdade de gênero, não se voltam para a sustentabilidade ambiental e para a inclusão social, pois se pautam apenas pela economia e pela centralização da produção no trabalho (DIAS e FERNANDES, 2013). Assim, de acordo com Lima et al., (2002) considera-se que a organização de associações, cooperativas e as medidas de inclusão social, voltadas para a sustentabilidade do ecossistema são determinantes para os modelos regionais de crescimento.

Por conseguinte, desenvolver qualidade de vida é formar conhecimento sobre o estabelecimento das relações equilibradas, tanto com o meio natural, quanto com os outros seres humanos e consigo mesmo. Para que uma região apresente desenvolvimento sustentável, faz-se imprescindível que a sociedade em geral, atue no sentido de reduzir as desigualdades sociais e ambientais, que os trabalhadores encontrem amparo no atendimento aos ditames da Constituição, a qual prevê direitos sociais, em seu art. 5º e acima de tudo, que a sociedade em geral possa construir conhecimentos, capazes de influenciar a vida das pessoas para viver bem (RUPPENTHAL, 2014).

4.1.1 Situando Santa Terezinha de Itaipu no contexto regional

O desenvolvimento regional, no qual está situado o campo desta pesquisa, representado pela ACARESTI, está relacionado ao município de Santa Terezinha de Itaipu, localizado no extremo Oeste do Estado do Paraná. Sob esse aspecto, no início do século XX surgiram os primeiros núcleos populacionais, formados por pessoas que exploravam a erva-mate. Somente após 1950, com a Colonizadora Cricúma, que fundou um acampamento em 1952, então os primeiros moradores vieram povoar o que seria a vila Santa Terezinha (PMSTI, 2020).

Em 1959, a Lei Municipal nº 230, de 29/10/1959 criou o distrito de Santa Terezinha, pertencente ao município de Foz do Iguaçu. No ano de 1982, com a conclusão das obras da Usina de Itaipu, a população do distrito já somava quase doze mil. Logo houve a emancipação e Santa Terezinha, a qual tornou-se o Município de Santa Terezinha de Itaipu, através da Lei Estadual n.º 7.572, de 3 de maio de 1982, acontecendo a instalação oficial do Município em 1º de fevereiro de 1983 (PMSTI, 2020).

A Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP, (2020) resulta da regionalização e organização dos municípios do oeste do Estado do Paraná e indica um modelo de gestão, onde os municípios se unem para defender interesses comuns, sendo Santa Terezinha de Itaipu um dos municípios componentes dessa entidade.

Mais precisamente, a AMOP foi criada em 1969, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico, social e administrativo dos municípios, de sua área de abrangência, através da ampliação, do fortalecimento da capacidade administrativa e da promoção de instrumentos de cooperação, entre os municípios e com os governos federal e estadual. Inicialmente, a intenção de edificar essa entidade partiu do interesse de pavimentar a principal rodovia da região, a BR 277, entre Cascavel e Foz do Iguaçu, que na época era estrada de chão batido e atrasava o crescimento regional. Essa foi a primeira bandeira de luta da AMOP, vencida com êxito, e em seguida outras vieram, como a conquista da universidade gratuita (Unioeste), o Hospital Regional, hoje (Hospital Universitário), a duplicação da BR 467, o fomento ao turismo, à agroindústria, às exportações e ainda bandeiras que não foram totalmente desfraldadas, como o Aeroporto Regional do Oeste do Paraná, a duplicação total da BR 277 e outros temas polêmicos (AMOP, 2020).

Com o passar dos anos, a AMOP foi se consolidando, como um centro de excelência na prestação de serviços aos 54 municípios associados, o que a

configura como a maior entidade municipalista do Paraná, não apenas pelo número expressivo de municípios, mas pela dimensão avantajada da área territorial abrangida (AMOP, 2020).

Convém lembrar que a AMOP substituiu a extinta Associação Educacional do Oeste do Paraná (Assoeste) e em seu lugar criaram-se iniciativas educacionais e o Departamento Pedagógico, responsável pela instituição de uma ferramenta para alunos, pais e professores, além do Currículo Único das Escolas da Rede Pública Municipal, um documento que reúne diversas disciplinas, em uma linguagem direcionada, adaptada ao conhecimento e às peculiaridades dos moradores dessa região (AMOP, 2020).

Surpreendentemente, a entidade se destaca também no âmbito cultural. Foi pioneira em organizar um evento que celebra os talentos musicais regionais, o Fermop (Festival de Música dos Municípios do Oeste do Paraná) e o Prêmio AMOP de Jornalismo, que incentiva e reconhece a produção jornalística regional. Também é responsável pela criação, em parceria com nove instituições de ensino superior da região, de 177 cursos profissionalizantes, voltados ao aprimoramento de servidores públicos municipais. Por fim, a união municipalista, busca fortalecer a luta pela liberação de recursos, junto à União, visando o progresso regional (AMOP, 2020).

Destaca-se ainda que, estudos de bases são realizados pela AMOP, em cada município, para levantar as possibilidades de investimentos, melhorar as condições socioeconômicas de cada município, fortalecer as micro e pequenas empresas, incentivar ações associativas, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, conscientizar a comunidade na busca do autodesenvolvimento e instrumentalizar líderes para desenvolverem ações práticas, em benefício de suas comunidades (AMOP, 2020).

Dentro da Associação dos municípios há a subdivisão da Associação dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, o que justifica o aparecimento de ações de responsabilidade socioambiental pela Itaipu Binacional na região. Verifica-se assim que os municípios atingidos pela barragem da Hidrelétrica de Itaipu situam-se numa faixa de fronteira, caracterizando uma dimensão sócio-espacial peculiar, pois após a construção da usina de energia sofreram mudanças geográficas em sua extensão territorial (SILVA, TONDO e LIMA, 2007). Com o intuito de esclarecer, os municípios lindeiros são: Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato

Bragado, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguçu e Terra Roxa.

Portanto, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, considerada a maior em operação no mundo, é um empreendimento binacional desenvolvido pelo Brasil e pelo Paraguai, no Rio Paraná. A potência instalada da Usina é de 12.600 MW (megawatts), com 18 unidades geradoras de 700 MW cada. Formado em 1982, com o fechamento das comportas do canal de desvio da hidrelétrica de Itaipu, o lago tem área de 1.350 Km² e profundidade média de 22 metros, podendo alcançar 170 metros nas proximidades da barragem. Ademais possui 66 pequenas ilhas, das quais 44 estão na margem brasileira e 22 na margem paraguaia, conforme enuncia documento da Itaipu Binacional (2020).

Desde o início do século, o município de Santa Terezinha de Itaipu vem desenvolvendo política ambiental para destinação de resíduos sólidos, o que evidenciou a necessidade desse criar uma associação, pois os coletores autônomos eram pessoas mais velhas, com pouca disponibilidade de conduzir os resíduos coletados e armazenados em suas residências até os pontos de venda, assim ao criar a ACARESTI, os coletores tornaram-se associados e passaram a contar com a organização e contribuição do município neste fazer ambiental essencial para o bem estar comum da população.

Esta breve apresentação da região em que Santa Terezinha de Itaipu se insere permite identificar as possibilidades de crescimento da ACARESTI. descrevendo uma perspectiva de motivação para a criação da associação e suas perspectivas sociais e ambientais no contexto regional.

5 ASSOCIAÇÃO ACARESTI

Este capítulo foi construído a partir da pesquisa documental e observacional realizada na Associação dos Catadores de Resíduos Recicláveis e/ou Reaproveitáveis de Santa Terezinha de Itaipu – ACARESTI.

No ano de 2004, o município de Santa Terezinha de Itaipu despertava para a necessidade de transformar a coleta de resíduos em um meio de conservar o meio ambiente, tornando a coleta de resíduos seletiva e encerrando as atividades no lixão municipal. O fechamento do lixão determinou sua substituição pelo aterro sanitário e as pessoas que atuavam ali foram organizadas em forma de associação para desenvolver as suas atividades na área urbana. Assim, os catadores foram organizados em forma de associação para continuar atuando na coleta seletiva de resíduos recicláveis e reaproveitáveis e, desta forma, concretizar um trabalho socioambiental efetivo e reconhecido pela sociedade.

Essa organização deu origem à ACARESTI, a associação dos recicladores que em 2014 firmou parceria com a prefeitura municipal e ampliou a quantidade de associados, a quantidade de toneladas de materiais coletados, selecionados e comercializados, chegando no ano de 2020 a processar 120 toneladas ao mês.

O fluxo do material reciclável dentro da ACARESTI é descrito em sua trajetória a partir do fluxograma cedido pela associação e compreende o processo de gestão dos resíduos desde a sua geração até o seu objetivo final.

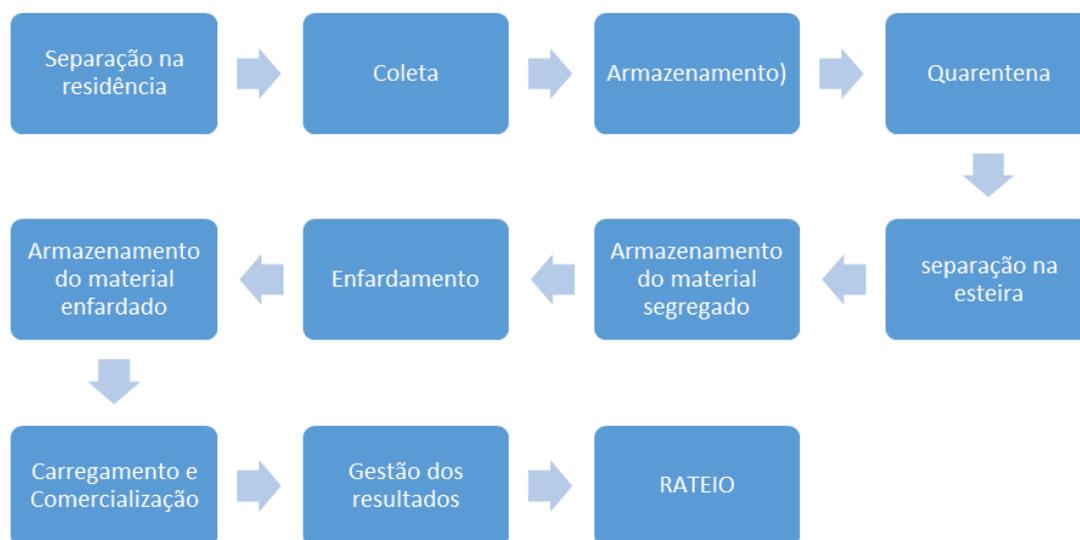


Figura 2: Fluxograma do roteiro do material reciclável na ACARESTI
Fonte: ACARESTI, 2021

A participação comunitária na separação do material reciclável é fundamental, pois esta ação inicia o processo, porém é de pouca valia separar o material no ambiente doméstico se não houver ações de coleta adequada, assim deve haver uma ação conjunta entre a associação, o poder público e a sociedade para que o processo seja realizado a contento.

A coleta é realizada pela associação em conjunto com o município e envolve motoristas e coletores, assim todo o material coletado na cidade é armazenado nas dependências da ACARESTI e permanece em quarentena para evitar que resíduos venham contaminar os trabalhadores, especialmente, em razão da epidemia de Covid-19. Ao completar a quarentena os materiais coletados vão para a esteira de seleção e são separados por tipo de material, separando plásticos, PET, papel, papelão e outros materiais recicláveis. O material segregado neste processo é segregado e armazenado.

O passo seguinte do processo é o enfardamento e armazenamento já definidos os lotes por tipo de material, em seguida é realizado o carregamento e comercialização, os quais acontecem simultaneamente. A gestão dos resultados é realizada na administração da associação e após apurar os resultados é realizado o rateio entre todos os associados.

Entre as atividades desenvolvidas em benefício aos associados encontra-se a realização de treinamentos e cursos preparatórios para o exercício da coleta segura. Geralmente, os cursos de capacitação e treinamento são realizados em ambiente próprio na associação em parcerias firmadas com a prefeitura, a Itaipu, Senai, Senac e outras empresas parceiras.

A ACARESTI tem como atividade econômica principal a consorciação para a recuperação de materiais plásticos, materiais metálicos, recuperação de sucatas de alumínio e outros materiais não especificados, coleta de resíduos não-perigosos, consultoria em gestão empresarial, fabricação de sabões e detergentes sintéticos e comércio varejista de produtos saneantes domissanitários.

Geralmente, a fabricação de sabões acontece como complemento da ação de coletar seletivamente para a reciclagem e reaproveitamento de óleos de frituras usados em lanchonetes e restaurantes localizados no município. O aproveitamento desse tipo de resíduo é uma atividade essencial na conservação do meio ambiente, pois a destinação em local inadequado promove a contaminação da água e do solo.

A transformação em sabão é uma atividade realizada a partir do conhecimento sobre a adição de reagentes que podem tornar os resíduos de óleo solúveis e higienizantes.

A figura 3 expõe produtos confeccionados na Acaresti, voltados para o aproveitamento de resíduos e a conservação ambiental.

Figura 3: Produtos de limpeza fabricados na ACARESTI



Fonte: LEAL, 2020.

A Associação localiza-se na Rua David Anacleto, 493 – Distrito industrial, Santa Terezinha de Itaipu, PR. Atualmente, conta com 58 associados, sendo 32 de sexo feminino e 26 de sexo masculino. Engloba um empreendimento de economia solidária, a qual busca a igualdade entre seus associados, conciliando com as práticas de conservação ambiental, unindo os esforços desempenhados para se obter resultado social, ambiental e econômico. As figuras 4 e 5 exemplificam aspectos da organização da ACARESTI, demonstrando como a associação apresenta-se socialmente, sua composição e as parcerias firmadas.

Figura 4: Entrada da Administração Figura 5: sala de reuniões da ACARESTI



Fonte: LEAL, 2020.



Fonte: LEAL, 2020.

Atualmente, a ACARESTI é considerada um modelo na gestão de resíduos pelo trabalho socioambiental que realiza, sendo considerada como exemplo de inserção social para seus associados (PMSTI, 2020). A organização e a modernidade em sua sede, as parcerias com a prefeitura e outros órgãos públicos demonstram respeito pelo trabalho socioambiental que realiza.

As figuras 6 e 7 apresentam as medidas sanitárias do aterro e os aparatos utilizados na realização da coleta em Santa terezinha de Itaipu.

Figura 6: Aterro sanitário



Fonte: LEAL, 2020.

Figura 7: *Container* para coleta



Fonte: LEAL, 2020.

Em 2014, o sistema de trabalho foi reformulado e a coleta passou a ser desenvolvida pela prefeitura municipal, em parceria com a ACARESTI, o que colaborou para ampliar a quantidade de associados de 20 para mais de 40 pessoas, e a renda média de R\$ 450,00 passou para mais de R\$ 900,00, ampliando a quantidade de material processado de 35t para mais de 75t, já no primeiro mês de atividade.

O crescimento é gradual e em 2020 o número de associados superou 50 pessoas e a renda média de cada associado chega a R\$ 1.850,00, com um processamento médio de 120t mensal.

O aumento de associados em 2020 decorre também da elevação do índice de desemprego em outros setores, causado pela pandemia de Covid-19, assim, mais pessoas buscaram trabalho na associação.

As figuras 8 e 9 apresentam as ações das mulheres associadas.

Figura 8: Seleção de recicláveis



Fonte: LEAL, 2020.

Figura 9: Seleção de plásticos na esteira



Fonte: LEAL, 2020.

A sede da ACARESTI é um espaço físico de aproximadamente 2300 m² de área coberta, sendo 1800 m²: área de processamento e armazenamento de materiais, 200 m²: área de convivência com vestiários (masculinos e femininos), auditório, refeitório, cozinha, escritório e sala de oficinas multiuso.

Enfim, há 300 m² destinado a um espaço de uso geral (local para armazenamento de equipamentos, lavanderia, pequenas descargas de material coletado, processamento de vidros, etc).

Convém ressaltar que todo o material recebido na ACARESTI é selecionado e organizado em fardos e lotes para comercialização. A partir do momento em que o material é coletado pela associação, deixa de ser resíduo para se tornar matéria prima, por isso é tratado e recebe cuidados de segurança.

Esse cuidado é importante para o ambiente de trabalho e implica em maior responsabilidade socioambiental por parte dos associados. A quarentena dos materiais reciclados durante a pandemia teve a finalidade de evitar a contaminação dos recicladores no manuseio do material coletado, evitando a disseminação da doença entre os associados e seus familiares.

As figuras 10 e 11 destacam aspectos da organização do material manipulado na associação.

Figura 10: Fardos de papel



Fonte: LEAL, 2020.

Figura 11: Fardos de resíduos plásticos



Fonte: LEAL, 2020.

Na ACARESTI realizam-se parcerias com outras associações e entidades (públicas e privadas), sendo seus principais parceiros a Itaipu Binacional, a Prefeitura Municipal e suas Secretarias, a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, o Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR Estadual, o Movimento Nacional dos Catadores, Cooperativa dos Agentes Ambientais de Foz do Iguaçu - COAAFI, Fundação Banco do Brasil, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos - ABHIPEC.

A participação das empresas parceiras nas atividades da associação contribui para o seu crescimento e permite que as atividades de coleta seletiva e reciclagem sejam reconhecidas como atividades essenciais tornando a ACARESTI uma cooperativa modelo.

O aproveitamento de energia solar é realizado com a instalação de placas fotovoltaicas na associação, além disso, foram colocadas cisternas para coleta de águas pluviais que é utilizada na higienização dos resíduos sólidos, das *big bags*, descargas de sanitários e higienização do próprio espaço físico da ACARESTI.

A Figura 12 demonstra a placa que marca a parceria entre a ACARESTI e a Prefeitura Municipal. Essa parceria é importante e essencial para as atividades da ACARESTI, determinando as oportunidades de crescimento para cooperativa de coletores de Santa Terezinha de Itaipu.

Figura 12: Placa que identifica a parceria com PMSTI.



Fonte: LEAL, 2020

O Quadro 1 apresenta os equipamentos da ACARESTI.

01	Sistema completo de esteira elevada de triagem para materiais recicláveis
01	Prensa horizontal
02	Prensas verticais
01	Prensa multibox
01	Prensa para materiais não ferrosos
01	Moinho para vidros
01	Empilhadeira
150	Carrinhos para movimentação de <i>big bags</i>

Quadro 1: Equipamentos da ACARESTI

Fonte: Adaptado pela autora de informações da ACARESTI

As ilustrações 13 e 14 apresentam os equipamentos da associação.

Figura 13: Galpão de reciclados



Fonte: Acervo da autora, 2020.

Figura 14: Fardos de papelão prensados



Fonte: Acervo da autora, 2020.

A organização dos materiais no galpão contribui para otimizar o trabalho. A categorização dos reciclados, por tipo ou subproduto auxilia na formação e

montagem dos fardos para a comercialização.

Figura 15: Equipamentos e materiais Figura 16: Carrinhos com *big bags*



Fonte: LEAL, 2020.



Fonte: LEAL, 2020.

O quadro 2 apresenta os custos de manutenção da ACARESTI.

BEM DE CONSUMO	VALOR
Energia Elétrica	R\$ 500,00
Água	R\$ 550,00
Telefonia	R\$ 60,00,
Manutenção de contas	R\$ 100,00,
Honorários contábeis	R\$ 350,00,
GLP para empilhadeira	R\$ 1.100,00,

Quadro 2: Custos de manutenção da Associação
Fonte: Adaptado de informações da ACARESTI

A jornada de trabalho é de segunda a sexta feira das 07 horas e 45 minutos às 11 horas e 30 minutos, e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas e 15 minutos. A estrutura organizacional da ACARESTI conta com um diretor presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e conselho fiscal, composto por 3 membros. As atividades são desenvolvidas com 12 coletores para recicláveis, 9 coletores para o lixo comum, e o restante do grupo de trabalho é dividido internamente, de acordo com a demanda de trabalho na triagem e enfardamento do material coletado.

As figuras 17 e 18 demonstram o desenvolvimento do trabalho desempenhado na ACARESTI.

Figura 17: Operador em empilhadeira Figura 18: Caminhão de reciclados



Fonte: LEAL, 2020.



Fonte: LEAL, 2020.

A ACARESTI possui prêmios ganhos em programas relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, o Quadro 3 apresenta os principais prêmios recebidos pela ACARESTI.

Prêmio Cidade Pró Catador 2015 (Nacional);
Prêmio BNDES de Economia Solidária (2015)
Prêmio Cidades Sustentáveis (2016 Regional);
Prêmio MPT Cidade Pró-Catador Paraná (2018);
Prêmio Gestor Público Paraná.

Quadro 3: Premios recebidos pela ACARESTI

Fonte: ACARESTI, 2020

Efetivamente, todos estes prêmios recebidos levam em observância a relação ACARESTI-PREFEITURA, pois geralmente é avaliado o resultado que se tem, o qual só é possível com a participação das duas frentes, assim há prêmios destinados à prefeitura e também a ACARESTI.

Com efeito, a meta estabelecida pela associação é que todas as residências do Município, sejam alcançadas pela coleta seletiva até 2021, logo isso englobará cerca de 8 mil domicílios, nas áreas urbana e rural.

6. MULHERES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ACARESTI

Este capítulo descreve a população em estudo, definindo o perfil sociodemográfico, a sua perspectiva de vida nos aspectos laboral e social, suas expectativas em relação ao trabalho realizado na ACARESTI, e a inserção social das pessoas envolvidas na atividade de coleta, triagem e separação de resíduos sólidos.

Após a tabulação, os dados são apresentados em tabelas, gráficos e descritivamente para tornar claros os posicionamentos dos associados, diante dos questionamentos da pesquisa. Com isso, buscou-se maior compreensão quanto à razão de mais mulheres se dedicarem ao trabalho de reciclagem e às implicações dessa participação nas relações de trabalho dentro da ACARESTI.

Os dados foram organizados na sequência dos objetivos estabelecidos buscando inicialmente traçar o perfil dos participantes. Em seguida, buscou-se registrar como as trabalhadoras percebem e explicam a divisão do trabalho na ACARESTI, compreendendo se elas concordam, como se identificam, definem e descrevem suas ações dentro da cadeia de trabalho.

A apresentação dos dados em forma de tabelas e gráficos, segue a tabulação do total de participantes da pesquisa, seguido da divisão por gênero e suas porcentagens de 32 mulheres (61%) e 20 homens (39%). As tabelas analisam as porcentagens de homens e mulheres em relação ao todo (52 pessoas), e os gráficos demonstram a comparação dos resultados em relação às respostas de cada gênero (32 mulheres e 20 homens).

A análise do questionário revelou a necessidade de complementação de informações conduzindo para a realização de entrevistas. O tratamento das entrevistas procura respeitar a identidade dos entrevistados, por isso nomeia cada entrevistado com nomes de flores.

6.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E VULNERABILIDADE SOCIAL

Inicialmente, descreve-se o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa, assim como as condições de vulnerabilidade social. Para isso, nesta seção são apresentados os seguintes dados: gênero, idade, cor, estado civil, estrutura familiar, escolaridade, condições de moradia, renda familiar, histórico profissional, local de residência, tipos de assistência social recebida, perfil de gastos.

Tais dados são utilizados para refletir sobre as motivações dos(as) associados(as) por esta escolha ocupacional.

A ACARESTI compreende um grupo de 52 funcionários, sendo 20 do gênero masculino e 32 do gênero feminino, o que demonstra a predominância feminina, conforme o gráfico 1.

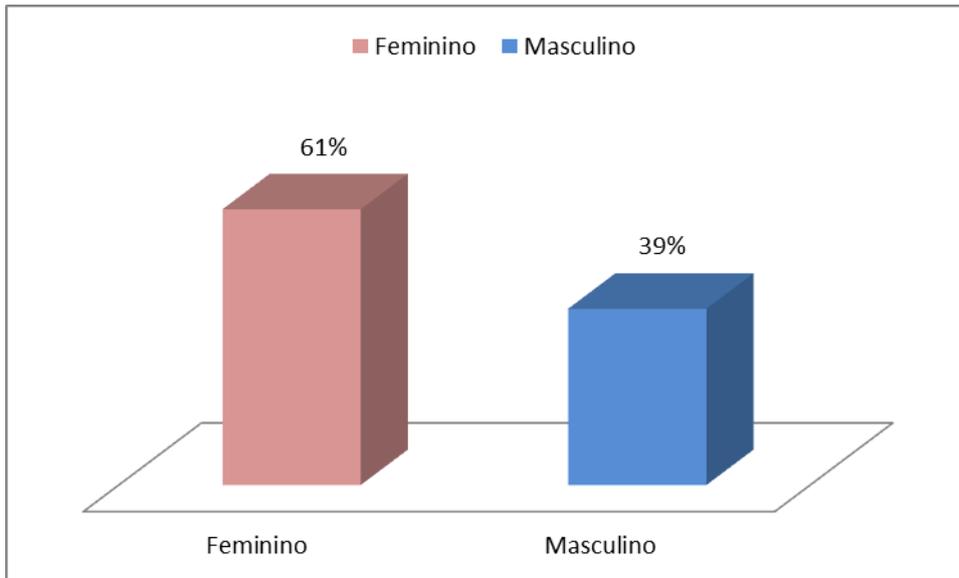


Gráfico 1 – Classificação de Gênero

Fonte: LEAL, 2021

O dado apresentado indica a predominância do gênero feminino no ambiente laboral da ACARESTI e confirma a importância, já identificada na literatura, de investigar como esta presença maior de mulheres incide sobre as ocupações e sobre a distribuição do trabalho no contexto produtivo da associação.

No Brasil, de acordo com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), aproximadamente 75% de seus integrantes são mulheres. Reforçando este dado, estima-se que 59% dos/as catadores/as organizados/as em cooperativas no país, sejam do sexo feminino. No Brasil, ainda são poucos os estudos que discutem as relações de gênero na catação. Alguns estudos chamam a atenção para o fato da cadeia de reciclagem ser sexuada e de haver indícios de uma feminização e racialização na catação (VALLIN, 2016, p. 23).

Ao constatar que a participação na atividade de coleta e separação dos resíduos conta com o trabalho feminino em número maior do que o masculino faz-se necessário analisar porque isso acontece. De acordo com Coelho *et al.* (2016), o trabalho feminino está atrelado à precariedade, a mulher carrega social e culturalmente uma estreita ligação com a responsabilidade pelo lar e pelos filhos.

Assim, para o autor, o trabalho como coletora de recicláveis surgiu como alternativa para as mulheres em situação de desemprego. Vallin e Dias (2017), pontuam que a maioria das mulheres que atua na reciclagem de resíduos sólidos não possui qualificação profissional e encontra neste trabalho possibilidade de promover o sustento de sua família. Nesse sentido, o estudo buscou entender as condições do trabalho feminino na ACARESTI e as motivações para escolha deste trabalho.

Em relação à variável *idade* dos associados da ACARESTI, foi identificado que 50% dos homens associados são mais jovens que as mulheres que atuam na associação, sendo que 15% das mulheres associadas possuem mais de 60 anos, e somente uma mulher relatou receber aposentadoria quando foi questionada sobre os ganhos familiares. É importante considerar que as mulheres mais velhas possuem mais prática de vida e menos conhecimento formal e tecnológico, conforme constatado em observação realizada na ACARESTI. Assim, a idade pode configurar-se um dos fatores relevantes para maior presença de mulheres no ambiente de reciclagem. A tabela 01, a seguir, classifica os associados por idade:

Tabela 01 – Porcentagens de classificação dos associados por idade

	Total de associados por idade	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
20 – 29 anos	14 = 26%	04 = 12%	10 = 50%
30 – 39 anos	10 = 19%	06 = 18%	04 = 12%
40 – 49 anos	12 = 23%	08 = 25%	04 = 12%
50 – 59 anos	07 = 14%	06 = 18%	01 = 5%
Mais de 60 anos	09 = 17%	08 = 25%	01 = 5%

Fonte: LEAL, 2021

A tabela 01 demonstra maior presença de mulheres mais velhas atuando no quadro de associados da ACARESTI. Ou seja, do total de mulheres presentes na associação, 25% encontra-se na faixa dos 40 a 49 anos e 25% tem mais de 60 anos. Somando-se com os 18% entre 50 e 59 anos, compõe-se um total de 68% de mulheres não-jovens no grupo. A maioria dos homens são mais jovens sendo que 50% deles possuem menos de 30 anos. Comparativamente, apenas 5% deles têm mais de 60 anos.

O gráfico 2 representa as porcentagens comparativas de idade entre as 32 mulheres e os 20 homens que compõem o universo de pesquisa.

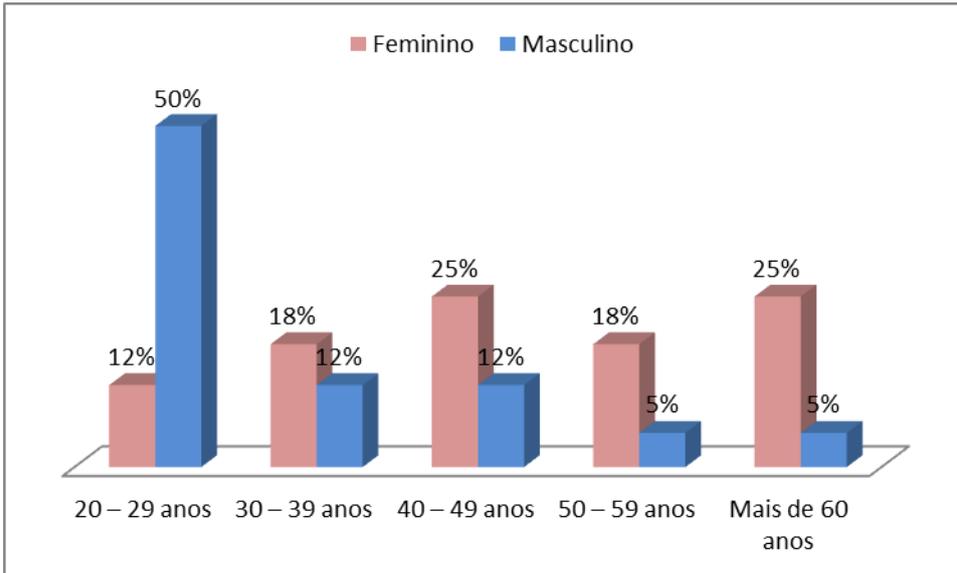


Gráfico 2: Classificação dos associados por idade
Fonte: LEAL, 2021

Somente na faixa etária de 20 a 29 anos (26% do total de associados), os homens superam as mulheres em quantidade. Percebe-se que entre as mulheres que atuam na associação, a maioria possui mais de 30 anos, sendo que há um representativo grupo de mulheres (25% das mulheres) com mais de 60 anos.

Durante a aplicação dos questionários, as mulheres com idade superior a 40 anos que atuam na associação demonstraram que são as mantenedoras de suas famílias e fazem dos ganhos obtidos na associação o meio de subsistência próprio e de seus dependentes. Como se pode ver no gráfico 4, que mostra que 42% das mulheres são desquitadas, divorciadas ou viúvas, e no quadro 4 que mostra que 40% das mulheres não têm companheiro, mas declaram ter filhos. Além do gráfico e do quadro, esta informação se confirma com os dois depoimentos a seguir:

Em entrevista, Azaleia (64 anos), declarou: “... *fiquei viúva aos 26 anos, meu marido morreu no Paraguai, não fiquei aposentada, ele morreu em uma farmácia, não tinha médico, então não sabemos do que morreu, se era malária ou não, nunca mais casei, criei meus 6 filhos sozinha...*”.

Outras mulheres mais jovens também têm a responsabilidade de cuidar dos filhos e o fazem sem a ajuda de companheiro. Camélia (31 anos) declarou em entrevista que está solteira e que mora com as duas filhas pequenas, para poder trabalhar ela contratou uma babá, ela afirma: “*sou separada, tenho as crianças pequenas, não tenho onde deixar, pago uma babá para cuidar das duas, assim fico mais tranquila no trabalho...*”.

A sociedade contemporânea apresenta uma organização segregadora de classes, raças, etnias, culturas e religiosidades, marcando diferenças que nem sempre são conscientes (VALLIN; DIAS, 2017). A consciência de raça e de classe é um fazer cultural que demanda interpretação do mundo, mas acima de tudo, uma consciência de si mesmo e de sua relação com o outro. Assim, é importante entender a relação de cada um com sua cor, pois esta por si só não representa consciência étnica. No Brasil, muitas pessoas são produto da miscigenação e não se veem como negros, brancos ou descendentes de indígenas (COELHO et al., 2016).

Ao identificar a cor de cada participante, a pesquisa buscou reconhecer o peso social relacionado a esta condição, ou seja, como os próprios associados interpretam a influência de sua cor no seu fazer na reciclagem, e como a cor da pele pode influenciar na situação de associado da ACARESTI, seja na adesão à associação, seja na forma como este ou esta associada é tratada (o) na instituição, ou ainda na forma como exerce suas funções. Embora, esta questão não seja o objetivo desta pesquisa, há possibilidade de se estender futuramente a investigação para o aspecto relacionado à percepção de raça dos próprios associados.

Ficou evidente que muitas pessoas não se reconhecem como afrodescendentes. Durante a aplicação do questionário vários associados se perguntavam entre si, e à pesquisadora sobre a cor de sua pele. Para eles, a cor da pele determina se a pessoa é negra, branca ou indígena, porém cultural e socialmente existe a questão étnica que apresenta impacto na vida pessoal e coletiva e aparentemente não é percebida por eles. Entre os associados, 38% das pessoas se consideram brancas, e 9% se reconhecem negras, não há descendentes de asiáticos entre os associados, 50% das pessoas declaram ser de cor parda, ou seja, miscigenados, e somente um homem (2%) afirmou ser indígena. Conforme apresenta a tabela 02 a seguir.

Tabela 02 – Classificação dos associados por cor

	Total de associados 52	Feminino 32 = 61%	Masculino 20 = 39%
Branco	20 = 38%	13 = 40%	07 = 15%
Negro	05 = 10%	04 = 13%	01 = 2%
Amarelo	00 = 00%	00 = 0%	00 = 0%
Pardo	26 = 50%	15 = 47%	11 = 21%
Indígena	01 = 2%	00 = 0%	01 = 2%

Fonte: LEAL, 2021

A cidade de Santa Terezinha apresenta um alto índice de pessoas brancas.

Segundo dados do IPARDES (2012), a população censitária de Santa Terezinha de Itaipu por cor - 2010 é representada na tabela 3, a seguir:

Tabela 3: Censo de cor em Santa Terezinha de Itaipu

COR	NÚMERO DE PESSOAS
Branca	14.490
Preta	650
Amarela	150
Parda	5.547
Indígena	4
Sem declaração da cor	00
TOTAL	20.841

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (2010).

O gráfico 3 demonstra como os associados se reconhecem em relação à sua ascendência étnica. Entre as 32 mulheres, a maioria se reconhece como branca ou parda, entre os homens há também maior reconhecimento de brancos e pardos, um homem se afirma negro e um outro se apresenta como indígena.

A região do município de Santa Terezinha de Itaipu foi povoada inicialmente por imigrantes vindos do Sul do Brasil, somente nos anos 70 e 80 pessoas de outras regiões instalaram-se na região, essa pode ser uma característica étnica da população que justifica a autodenominação branca da maioria dos associados.

A relação das pessoas com a cor é também uma questão cultural, pois o preconceito é um fator de sofrimento para estas populações, o que pode levá-las ao não reconhecimento de sua condição. Embora este assunto seja tratado com maior abertura na sociedade contemporânea, as marcas das relações sociais em relação à cultura étnica permanecem e continuam a trazer sofrimento para muitas pessoas. O Brasil é um país miscigenado, pois brancos migrantes europeus, negros africanos, nativos indígenas e migrantes asiáticos e do Oriente Médio formam uma população com origem cruzada. Neste contexto, o não reconhecimento de cor se apresenta também como uma maneira de evitar a estigmatização social a que estão expostas as pessoas de origem africana por serem descendentes de indivíduos escravizados.

O Gráfico 3 apresenta a comparação de cor reconhecida pelos associados da ACARESTI.

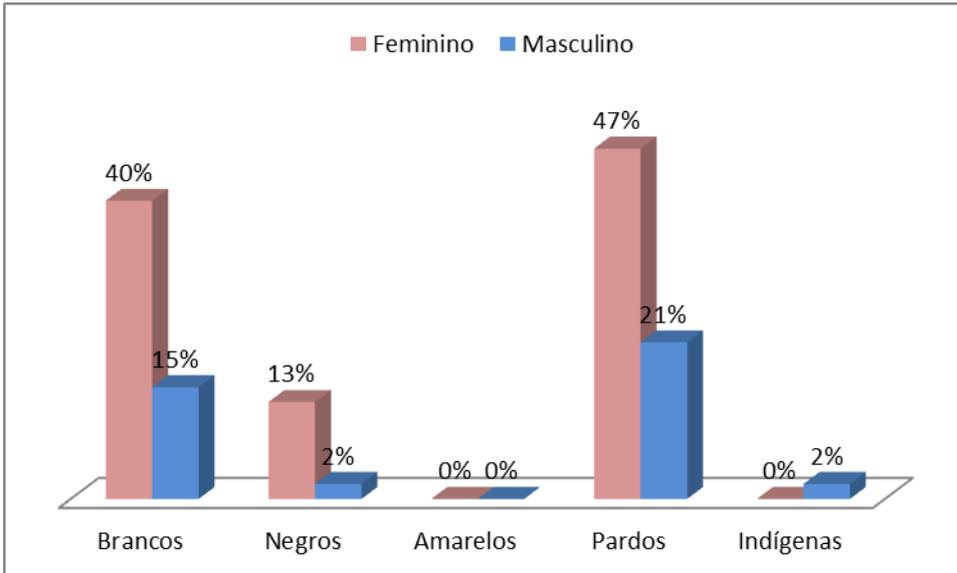


Gráfico 3 – Reconhecimento de raça/cor

Fonte: LEAL, 2021

Existe uma consubstancialidade da perspectiva de gênero com as questões de raça, etnia e classe, pois existe uma diferença em sentir-se branco por ter a pele mais clara e ser social e culturalmente de “raça” branca. Segundo Vallin e Dias (2017), as relações sociais de poder emaranham-se nas práticas sociais. As relações sociais são coextensivas, ou seja, desenvolvem-se, reproduzem-se e se coproduzem mutuamente. Há uma coextensividade das categorias de dominação ao se observar que as mulheres exercem diferentes posições no mercado de trabalho, devido à classe e raça.

As mulheres brancas com alta escolaridade desempenham papéis diferentes daquelas que são de baixa escolaridade e renda. Ainda, as mulheres brancas com baixa renda possuem melhores remunerações se comparadas às negras. Nesse sentido, evidenciam-se os desafios para a superação das classes sexuais, uma vez que o enfraquecimento da divisão sexual do trabalho reforça as relações de raça e de classe. Entende-se também que a divisão sexual do trabalho é utilizada em prol da produtividade e do barateamento da força de trabalho. Logo, o enfraquecimento da divisão sexual do trabalho não se faz compatível com a lógica dominante, devido aos ganhos que sua manutenção representa ao capital (VALLIN, DIAS, 2017, p.7).

Segundo a literatura, a discriminação também coloca a mulher numa condição de vulnerabilidade social, sendo muitas vezes destituída de direitos por não encontrar amparo legal para combater o preconceito racial, religioso e de gênero, e, principalmente, a violência contra a mulher, e isso acontece nas relações de trabalho e nas relações sociais e familiares. É alto o índice de mulheres com união consensual e sem reconhecimento civil legal. Vejamos como essa realidade se

expressa entre as mulheres pesquisadas na ACARESTI.

A definição do estado civil dos associados contribui para identificar questões relacionadas à vulnerabilidade social, que estão implícitas nos aspectos legais de formação das famílias. Embora não esteja definido como preceito constitucional que a formação da família deve seguir o registro civil para obter validade social, considera-se que um alto índice de pessoas não são devidamente esclarecidas em relação aos seus direitos sociais, e não são reconhecidas em sua proteção legal enquanto família (TELES, 2007). É comum que homens que não são legalmente casados abandonem companheira e filhos e não se sintam obrigados a lhes garantir a subsistência, o que nem sempre é reclamado pela mulher, que acaba assumindo o sustento da família sozinha por desconhecer seus direitos (DIAS; OGANDO, 2013).

Na ACARESTI apenas 19% dos associados são unidos legalmente aos seus cônjuges, 34% do total de pessoas possuem união consensual, 21% são solteiros, 7% das mulheres são separadas legalmente, 13% das mulheres são divorciadas e 22% das mulheres são viúvas conforme demonstra a tabela 03. Percebe-se que o número de mulheres que são chefes de família e garantem a subsistência de seus filhos com este trabalho é alto, especialmente, as mulheres com baixa escolaridade e idade mais avançada, como se vê nos gráficos 4 e 5, e conforme vimos nos depoimentos da viúva Azaleia (64 anos) e de Camélia (31 anos), separada com duas filhas. A tabela 4 apresenta o estado civil dos associados em porcentagens relacionadas ao total de associados.

Tabela 04 – Classificação do estado civil dos associados

	Total de associados	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
Casado (a)	10 = 19%	05 = 15%	05 = 25%
União Consensual	18 = 34%	09 = 28%	09 = 45%
Solteiro (a)	11 = 21%	05 = 15%	06 = 30%
Desquitado(a) ou separado(a) judicial	02 = 4%	02 = 7%	00%
Divorciado(a)	04 = 8%	04 = 13%	00%
Viúvo(a)	07 = 14%	07 = 22%	00%

Fonte: LEAL, 2021

As porcentagens declaradas de estado civil dos associados, demonstram que 42% das mulheres que trabalham na associação são as responsáveis por suas famílias, pois são viúvas, divorciadas e desquitadas.

De acordo com Dias e Ogando (2013), catadoras e catadores enfrentam

desafios em relação ao manuseio de resíduos, essa atividade que nem sempre é reconhecida pelos benefícios ambientais e econômicos que traz para uma cidade, além disso, as mulheres recicladoras ainda enfrentam um fardo adicional ao lidar com as relações de gênero hierarquizadas em casa, no ambiente de trabalho e em suas respectivas comunidades.

As questões relacionadas a gênero são discutidas com maior intensidade desde o século passado, no entanto, as políticas de proteção ao direito das mulheres, especialmente em busca da igualdade ainda estão longe de alcançar o seu objetivo. Isso é perceptível quando as investigações dessas condições são desenvolvidas nas camadas mais baixas da população, pois socialmente, as mulheres trabalhadoras das classes pobres enfrentam maior discriminação, assumem maiores responsabilidades em relação à família e enfrentam grandes dificuldades em contornar a pobreza.

As trabalhadoras enfrentam ameaças crescentes aos seus meios de subsistência e estigmatização da sociedade. Essas injustiças incluem um status distinto que as expõe a estereótipos degradantes, assédio, falta de direitos plenos e falta de acesso a recursos e esferas relevantes de tomada de decisão como parte de suas vidas diárias. Essas injustiças são sustentadas por dicotomias fixadas em estigmas culturais, como pureza / impureza, limpeza / sujeira e ordem / desordem (DIAS e OGANDO, 2015, p. 53).

O gráfico 4 demonstra, em comparação entre os gêneros, que há mais homens solteiros atuando na coleta e que somente mulheres declararam ser desquitadas, separadas, divorciadas ou viúvas.

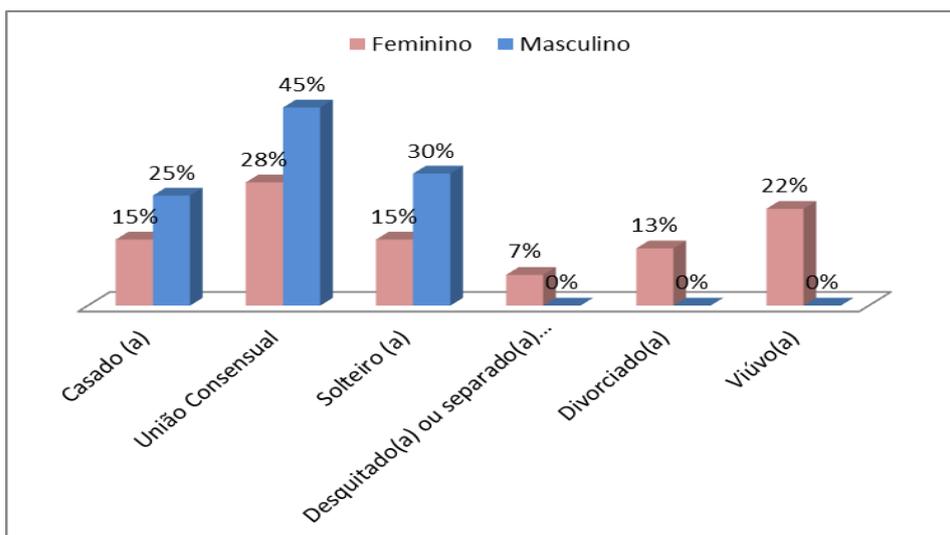


Gráfico 4 – Estado Civil dos associados
Fonte: LEAL, 2021

Conforme se pode perceber, a maioria das famílias não são legalmente

constituídas, o que contribui para o desamparo de menores e mulheres, pois segundo Vallin e Dias (2017), são pessoas com pouco conhecimento e consciência de seus direitos legais, o que, considerando a tendência nacional, contribui para que estas mulheres se tornem as únicas responsáveis pela subsistência familiar.

Quanto à escolaridade, é alto o índice de analfabetos, analfabetos funcionais e pessoas com baixa escolaridade. Durante a aplicação dos questionários, os associados de baixa escolaridade necessitaram de ajuda para responder aos questionamentos. Percebe-se que muitas pessoas se sentem envergonhadas por não saber ler e escrever e as causas apresentadas para esta ausência de conhecimento estão relacionadas às dificuldades sociais. Algumas mulheres mais velhas declararam que não foram incentivadas pelos pais para estudar, outras abandonaram a escola para se casar e com a vinda dos filhos ficou mais difícil retomar os estudos. Consideram estar muito velhas para retomar a essa jornada. A responsabilidade social das mulheres de classe baixa, por uma questão cultural e psicológica, não envolve o autodesenvolvimento, mas o de sua família e de seus dependentes.

Entre os homens que atuam na associação não há analfabetos, e a escolaridade dos homens é maior, proporcionalmente a das mulheres, contribuindo para acentuar a desigualdade de gênero. A tabela 05 compara homens e mulheres em relação à população total de associados quanto à escolaridade, evidenciando maioria de associados com pouca escolaridade e estudos incompletos, sobretudo entre as mulheres.

Tabela 05 – Classificação da escolaridade dos associados

	Total de associados	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
Analfabeto	08 = 15%	08 = 25%	00 = 00%
Sabe ler e escrever	06 = 12%	02 = 6%	04 = 20%
Fundamental Incompleto	16 = 30%	12 = 38%	04 = 20%
Fundamental Completo	03 = 6%	01 = 3%	02 = 10%
Médio Incompleto	13 = 25%	07 = 22%	06 = 30%
Médio Completo	03 = 6%	02 = 6%	01 = 5%
Superior Incompleto	02 = 4%	00 = 00%	02 = 10%
Superior Completo	01 = 2%	00 = 00%	01 = 5%
Pós-Graduação	00%	00 = 00%	00 = 00%

Fonte: LEAL, 2021

A formação escolar é responsável pela integração das classes vulneráveis no mercado de trabalho. Camélia (31 anos) em entrevista afirmou que não ter concluído

os estudos não permitiu que ela fosse contratada como recepcionista em oportunidades anteriores. Não se têm notícias de que a associação ACARESTI desenvolva algum incentivo para seus associados estudarem, também a municipalidade não desenvolve este tipo de ação que pode levar os associados a melhorar a sua condição de trabalho.

As condições de trabalho são muito parecidas em associações e cooperativas de reciclados em diferentes regiões do país.

Os catadores exercem sua atividade na informalidade e sem os atributos de um trabalhador registrado, o que se considera uma dimensão importante de precariedade, pois estão desprotegidos das inseguranças que atingem essa atividade (sem renda mínima, proteção contra acidentes ou problemas de saúde). Ressalta-se que a ocupação de catador não é uma livre escolha, mas, sim, o processo de exclusão do mercado de trabalho formal que os direcionam para atividades informais, na busca por obtenção de renda e garantias de sobrevivência (NASCIMENTO, 2018, p. 28).

No entanto, as informações obtidas na pesquisa possibilitam direcionar as ações ambientais da associação, qualificar as condições de coleta e seleção, além de conduzir os associados a desenvolver ações que levem a melhorar o desempenho da associação e, conseqüentemente, melhorar os seus ganhos, pois é de senso comum que a alfabetização contribui para melhorar a vida das pessoas, tornando-as mais esclarecidas e abrindo caminho para se perceberem cidadãos.

A comparação entre os gêneros, em relação à situação de escolaridade dos associados da ACARESTI, demonstra que as mulheres possuem menor escolaridade que os homens, pois não há homens analfabetos, há mais homens que sabem ler e escrever e com ensino fundamental completo. Além disso, somente entre os homens há colaboradores com formação de nível superior, refletindo uma desigualdade de gênero em relação ao acesso à educação, uma condição que também é cultural, pois as mulheres mais velhas declararam que não tiveram acesso à escola devido à necessidade de trabalhar e contribuir com a renda familiar.

De acordo com Vallin (2016), os trabalhadores que atuam na coleta e reciclagem enfrentam diversos desafios relacionados ao ambiente de trabalho, mas sem dúvida a baixa escolaridade é fator determinante para a exclusão no mercado de trabalho convencional em empresas de comércio, hospedagem, e de prestação de serviços, além de contribuir para a desqualificação profissional destes trabalhadores.

A ausência de escolaridade é fator determinante para que os trabalhadores aceitem atuar como trabalhadores informais (diaristas, cortadores de grama, jardinagem, ajudantes de construção, lavadeiras, entre outros), a falta de conhecimento leva as pessoas a trabalhar pelo ganho imediato que não supre as suas necessidades verdadeiramente e não garante o dia de amanhã, o mediatismo é característico daqueles que não preveem e nem garantem o futuro.

Neste contexto, infere-se que o setor de coleta de resíduos sólidos seja uma alternativa para pessoas com baixa escolaridade, porém isso não representa uma verdade absoluta. O serviço de seleção de resíduos exige um mínimo de capacidade de identificação dos produtos coletados, mas é necessário um mínimo de conhecimento matemático e de raciocínio lógico para conseguir calcular quantidades e valores resultantes do trabalho, isso indica que mais do que vivências no setor de coleta e seleção de resíduos sólidos é necessário incentivar as pessoas a desenvolver habilidades de leitura e cálculos, para que ocorra um bom desempenho no seu fazer de associado na ACARESTI.

O município de Santa Terezinha possui escolas regulares e à distância com cursos de ensino fundamental e médio, cursos técnicos sem custos, além de nível superior à distância e privado, que podem ser um incentivo para os associados, especialmente os mais jovens. Possivelmente este tipo de investimento auxiliaria a motivar a adesão a planos de previdência, a buscar projetos de motivação interna que contribuam para melhorar a produção e ampliar a área de ação da associação.

A importância do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas é tema recorrente na sociedade, sendo que a adoção de políticas públicas de incentivo à educação um dos mais importantes aspectos do desenvolvimento social.

A baixa escolaridade ou mesmo a ausência de conhecimento técnico/científico é um fator determinante para a distribuição de cargos e funções na associação. A identificação do cargo/função desempenhado na associação foi realizada seguindo o organograma apresentado pela administração da ACARESTI.

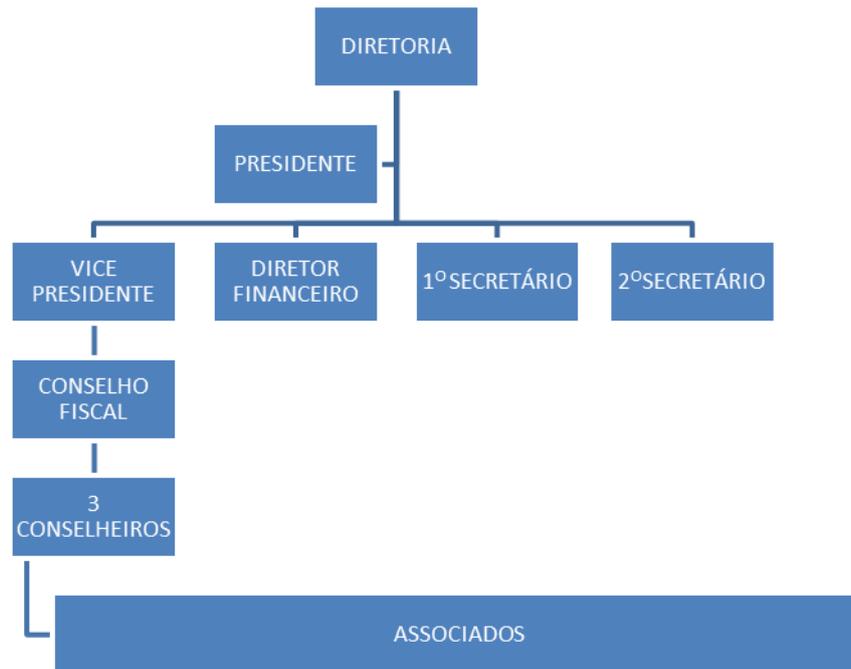


Figura 18: Organograma da estrutura administrativa da ACARESTI
 Fonte: ACARESTI (2020)

A diretoria da ACARESTI é formada por um presidente e um vice-presidente, um diretor financeiro, o primeiro secretário e segundo secretário, além de contar com um conselho fiscal com três conselheiros que deliberam sobre as ações da associação. Ao responder o questionário, estes associados indicaram que possuem maior escolaridade, sendo que o diretor presidente da associação é graduado e cursa pós-graduação em engenharia ambiental, e outros associados possuem nível médio.

Sobre a distribuição de cargos e funções na ACARESTI, o Gerente Geral afirma:

Sempre se prioriza as afinidades que cada um tem em determinado trabalho, busca compreender as limitações de cada um, e propiciar a posse de trabalho que elas consigam executar, porém elas não têm postos fixos de trabalho, pois se modifica de acordo com necessidades do grupo.

A associação mantém um quadro mínimo de 12 coletores, de 4 a 8 profissionais que atuam como organizadores de pátio e boca de esteira, 19 colaboradores atuam diretamente na esteira e entre 2 a 6 trabalhadores atuam nas prensas. Segundo a administração, não há um limite definido para a atuação específica em apenas uma função, todos atuam alternadamente em diferentes atividades, assim, quem está na prensa hoje, amanhã poderá estar na triagem ou

como coletor, sem definição fixa para as ações.

Sobre as causas que determinam a distribuição de funções na ACARESTI, o Gerente Geral declara:

Um associado que tenha alguma limitação em questão de saúde, limitação de fazer força, esta pessoa não irá executar um trabalho que exija força, por exemplo: carregar uma *big bag* pesada, ou até mesmo ir para caminhão fazer a coleta, geralmente iremos deixá-la na esteira, onde o trabalho é menos pesado e assim não agravará mais sua saúde.

A tabela 06 apresenta as funções de acordo com as atividades desenvolvidas na ACARESTI. Essas funções não aparecem no organograma por serem funções que os associados realizam em forma de rodízio e não caracterizam cargos efetivos nas atividades da empresa. Nesta tabela é possível perceber a distribuição de cargos em relação ao total de associados.

Tabela 06 - Cargo/ função que desempenha na Associação

	Total de associados	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
Auxiliar de Serviços Gerais	06 = 11%	05 = 15%	01 = 5%
Triagem	01 = 2%	01 = 3%	00 = 00%
Catador	21 = 40%	07 = 21%	14 = 70%
Separador de sucata	01 = 2%	01 = 3%	00 = 00%
Classificador	09 = 17%	08 = 25%	01 = 5%
Abastecedor de esteira	05 = 10%	05 = 15%	00 = 00%
Prensa	04 = 8%	03 = 9%	01 = 5%
Secretaria / administrativo	04 = 8%	02 = 3%	02 = 10%
Vendedor	01 = 2%	00 = 00%	01 = 5%

Fonte: LEAL, 2021

Ao analisar as informações sobre cargos e funções apresentadas pelos associados compreende-se que os trabalhos de catador, de vendedor e dos setores administrativos são desempenhados na maioria dos casos pelos homens.

As mulheres atuam na produção e, demonstram satisfação em suas funções, como bem disse a Azaleia (64 anos): *“Acho tudo bom, não sei dizer, ainda se não tiver brigas, tudo na amizade está tudo certo, não falta nada...”*.

As mulheres se destacam na realização dos serviços gerais, na triagem, na separação de sucata, classificação, abastecimento de esteira e na prensa. A maioria das participantes da pesquisa declararam-se satisfeitas com as atividades que executam e com a divisão do trabalho.

O gráfico 6 demonstra uma comparação da distribuição das funções na ACARESTI. Participaram desta pesquisa 32 mulheres e 20 homens e, embora não haja cargos definidos na ACARESTI, nota-se que há funções que são consideradas específicas para mulheres e outras específicas para homens.

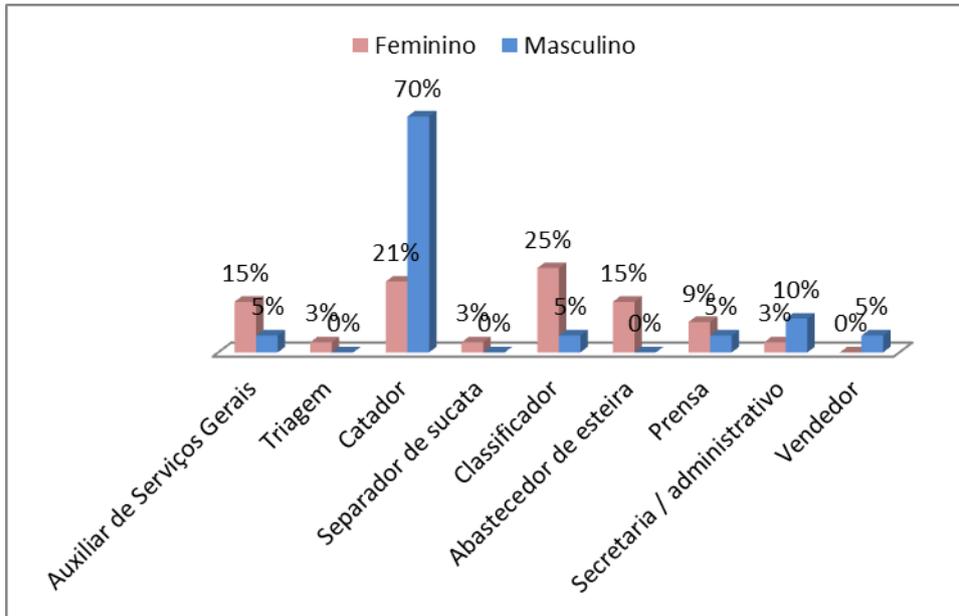


Gráfico 6 – Distribuição de cargos na ACARESTI
Fonte: LEAL, 2021

As funções que são desempenhadas somente por homens são a condução de empilhadeiras e de veículos e a comercialização da produção de reciclados. Há funções que são desempenhadas somente por mulheres, como é o caso da seleção de resíduos e o trabalho de esteira. E outras que homens e mulheres desenvolvem juntos, como o enfardamento de reciclados para comercialização. As mulheres entrevistadas declararam que gostam de atuar na seleção de reciclados e não demonstram interesse em trabalhar com empilhadeiras, condução de caminhão de coleta e comercialização de reciclados, por considerarem que estas atividades demandam força e conhecimentos que elas ainda não dominam.

As mulheres que chefiam famílias declararam que necessitam de trabalho para garantir a subsistência de sua família. Há famílias que, além dos filhos, possuem pessoas agregadas, geralmente idosos, que residem e dependem economicamente do associado (a), além de necessitar de cuidados.

Um dos aspectos sociais determinante de dificuldades de subsistência das famílias de baixa renda está relacionado ao número de pessoas que dependem

economicamente da pessoa associada à ACARESTI, o que, segundo a associação, justifica os convênios com empresas para distribuir cesta básica e prestar assistência a estas famílias, como a ajuda recebida da Itaipu Binacional, já citada no capítulo 5 deste estudo.

O quadro a seguir apresenta os associados que possuem companheiros ou cônjuges, assim como o número de filhos e de pessoas que residem na mesma casa do associado/a. As informações prestadas pela ACARESTI, no cadastro dos associados e no estatuto da associação, não identificam o estado civil dos associados, nomeando somente os companheiros sem nomear a situação legal dos casais identificados. Assim, a tabela identifica os associados que possuem companheiros e filhos, embora esteja claro que há associados que não possuem companheiro(a), mas possuem filhos, e outros que tem companheiro(a), mas não têm filhos, porém na sua família existem agregados ou idosos que dependem desses associados. Segundo o relatório cadastral cedido pela ACARESTI (2020), há 07 famílias que abrigam idosos como dependentes.

O quadro 04 identifica os associados que têm companheiro(a)s e os que não têm, indica o número de filhos e o número de pessoas que residem junto com cada associado.

Quadro 04: Dependentes, companheiros e pessoas que moram com associados

ASSOCIADO/A	COMPANHEIRO	Nº DE FILHOS	Nº DE PESSOAS NA RESIDÊNCIA
Associado	sim	1	3
Associada	sim	0	3
Associado	sim	0	3
Associado	sim	4	6
Associado	sim	2	4
Associado	sim	1	4
Associada	sim	0	2
Associada	sim	0	3
Associado	sim	0	3
Associada	sim	1	3
Associado	sim	0	5
Associado	não	0	2
Associado	sim	2	5
Associado	sim	1	3
Associada	sim	0	3
Associado	sim	0	4
Associada	não	1	5
Associada	não	1	2
Associado	sim	3	7
Associada	sim	0	4
Associado	não	2	4
Associada	não	0	4
Associado	não	0	2

Associado	sim	0	2
Associado	sim	0	2
Associado	sim	3	5
Associada	não	3	5
Associada	não	0	1
Associada	sim	3	5
Associada	não	1	2
Associada	não	4	5
Associada	sim	2	4
Associada	não	0	2
Associada	sim	1	3
Associada	sim	1	3
Associada	sim	3	5
Associada	sim	3	7
Associada	sim	4	8
Associada	não	0	1
Associada	sim	1	7
Associada	sim	2	4
Associado	sim	0	2
Associada	sim	3	4
Associada	não	0	1
Associado	não	0	5
Associado	sim	2	4
Associada	sim	3	5
Associada	não	0	1
Associada	não	1	3
Associada	sim	0	2
Associada	sim	2	4
Associada	não	2	5
Associada	não	0	2
Associado	sim	1	3
Associado	sim	1	3
Associada	sim	1	3
Associado	sim	1	3
Associado	não	2	3

Fonte: Adaptado por LEAL (2021) do Cadastro Funcional da ACARESTI

Famílias numerosas exigem maiores recursos econômicos, o que nem sempre é realidade para as famílias associadas. Em observação no ambiente da ACARESTI e entrevista com o Gerente Geral (2021), a Associação considera que se devem desenvolver políticas sociais de amparo a essas famílias, tais como: distribuição de cestas básicas, incentivos para manter as crianças na escola, capacitação para que os associados possam desempenhar suas funções em segurança, assistência de saúde em caso de acidentes de trabalho entre outras medidas já adotadas na associação. Crianças em idade escolar exigem cuidados e atenções, da mesma forma, idosas necessitam de cuidados e manutenção da qualidade de vida para evitar doenças. É importante considerar que quanto maior o número de pessoas, maior será a carência de recursos, pois a maioria declarou no

questionário ser a única fonte de renda da família.

Os resultados desta questão demonstram a clara situação de vulnerabilidade social da maioria dos associados da ACARESTI, apresentando a situação socioeconômica dos trabalhadores da seleção de reciclados naquela localidade.

Tabela 07 – Porcentagem de pessoas que moram na mesma casa do associado

Número de moradores	Total de associados	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
01	6 = 12%	05 = 15%	01 = 5%
02	12 = 24%	05 = 15%	07 = 35%
03	17 = 30%	10 = 31%	07 = 35%
04	03 = 6%	03 = 9%	0%
05	08 = 16%	05 = 15%	03 = 15%
06	03 = 6%	02 = 6%	01 = 5%
07	02 = 4%	01 = 3%	01 = 5%
08	01 = 2%	01 = 3%	0%

Fonte: LEAL, 2021

Em estudo realizado sobre a realidade das mulheres catadoras, Moreira (2013) pontua que a maioria das mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado com a casa e com os filhos, o que se torna um fato complicador na busca por emprego, pois não há a quem delegar as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos. As creches da rede pública são insuficientes para atender toda a demanda e, nestes casos, os filhos pequenos ficam sob o cuidado dos filhos mais velhos, de avós ou outros parentes para que a mulher possa ter um trabalho remunerado fora de casa.

Tais agravantes na situação da desigualdade de gênero são representadas, principalmente, pelo fato dos homens não apresentarem esta preocupação, pois entre os homens que participaram da pesquisa, nenhum relatou cuidar sozinho de filhos menores. Em entrevista, Lírio, paraguaio (23 anos), declara que a esposa se separou, mas levou o filho de volta para o Paraguai. Lírio (23) comenta cabisbaixo: *Ela me deixou ... não quis mais morar no Brasil, e levou meu filho... ele caiu, cortou a testa, precisou de cirurgia...* (faz cara de triste, a voz embarga), ele envia dinheiro para o filho, para sua mãe, permanecendo sozinho no Brasil.

Em entrevista, Azaleia (64 anos) declara que na sua casa residem cinco pessoas, pois moram com ela o filho, nora e os netos, mas que só ela e o filho trabalham, uma vez que a nora tem um bebê e não pode trabalhar. Azaleia (64) diz: *Eu e meu filho mantemos a casa, o bebê ainda é pequeno, minha nora não pode*

trabalhar, eu também ajudo a cuidar dos meus netos, saio cedo do trabalho, isto é bom, dai posso arrumar a casa, cuidar deles.... o dia se faz longo...

A associada Camélia (31 anos) mora com duas filhas e teve que contratar babá para cuidar das meninas, pois ela depende do seu trabalho para sustentá-las.

O gráfico 7 apresenta a quantidade de pessoas que residem na mesma casa do associado, sendo seu dependente ou não. Trata-se de uma comparação da declaração de homens e mulheres a respeito desta questão.

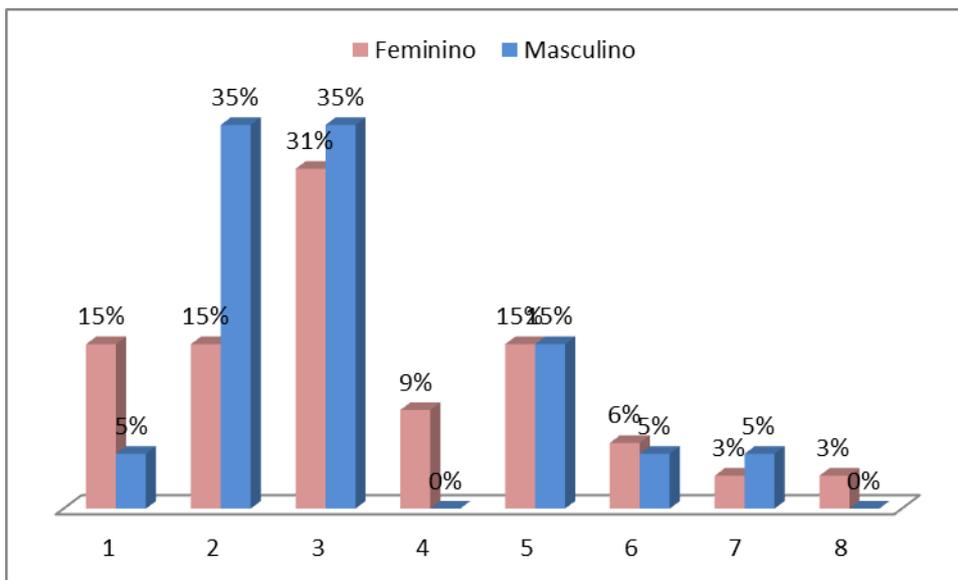


Gráfico 7 – Pessoas que residem com o associado
Fonte: LEAL, 2021

O gráfico demonstrou que as famílias dos associados em estudo não são em sua maioria numerosas. Ou seja, com muitos dependentes, que colocam mais de quatro pessoas dependendo de um só ganho, embora 28% dessas famílias sejam formadas por 5 pessoas ou mais. A demanda de recursos econômicos em famílias com mais de cinco pessoas é maior, e quando somente uma pessoa trabalha a subsistência se torna precária. Por isso, tornou-se importante verificar entre os associados o número de pessoas que residem na mesma casa e que dependem economicamente do associado.

Da mesma forma, a investigação sobre o número de pessoas que residem com o associado e que são independentes porque trabalham se tornou uma necessidade para entender como as famílias que atuam na reciclagem obtêm sua subsistência.

O associado Antúrio (38 anos) declarou em entrevista que na sua casa

residem 8 pessoas entre filhos, nora e netos, mas que só ele e a esposa trabalham para sustentar a família, ambos são associados na ACARESTI.

A tabela 08 apresenta o resultado da questão que aborda quantas pessoas trabalham em cada família, sendo que 50% dos associados têm a ACARESTI como única fonte de renda, 44% dos associados têm em casa apenas dois trabalhadores, em duas famílias há 3 trabalhadores e somente um declarou que na sua casa há 4 trabalhadores ou mais.

O resultado desta questão demonstra que mesmo nas famílias numerosas há pouco ganho. Disso depreende-se que as dificuldades econômicas, os índices de desemprego no mercado de trabalho e, mesmo, a baixa escolaridade e capacitação para a inserção no mercado, parecem ser fatores relevantes para a escolha do trabalho realizado pelos associados.

Durante a pesquisa por questionário, seis mulheres, o que representa 18% das mulheres e 11% do total de associados, afirmaram que as condições de vulnerabilidade social são decisivas na escolha por atuar no ramo da seleção de resíduos sólidos.

No entender de Silva (2011), existe um processo de informalidade onde estas mulheres reconhecem no autoemprego o processo de estratégia de sobrevivência, representando alternativa de inserção no mercado de trabalho para mulheres que não tem oportunidade de obter vínculo empregatício formal. Neste aspecto, as cooperativas de catadores, em geral e não apenas na ACARESTI, refletem uma reorganização capitalista do trabalho assalariado, caracterizada pela vulnerabilidade, que inclui insegurança, instabilidade, falta de regulamentação, flexibilização dos contratos de trabalho e baixo rendimento para estes trabalhadores.

A ACARESTI atua como associação, onde os associados fazem retiradas mensais do valor da produção, não há contrato de trabalho e, segundo o Gerente Geral, não há uma orientação aos associados para a contribuição previdenciária como autônomos.

Atualmente, o mundo se encontra em crise e o desemprego virou regra ditada em todo o mundo, há muitas famílias sem trabalho e a coleta seletiva e reciclagem tornou-se recurso para a sobrevivência de muitas. O período de dificuldades e crise que surgiu com as mudanças políticas no país foram agravados com a pandemia de Covid-19.

O gráfico 8 representa os índices de trabalhadores em cada família,

demonstrando que a maioria das famílias contam com os poucos ganhos de um ou dois associados.

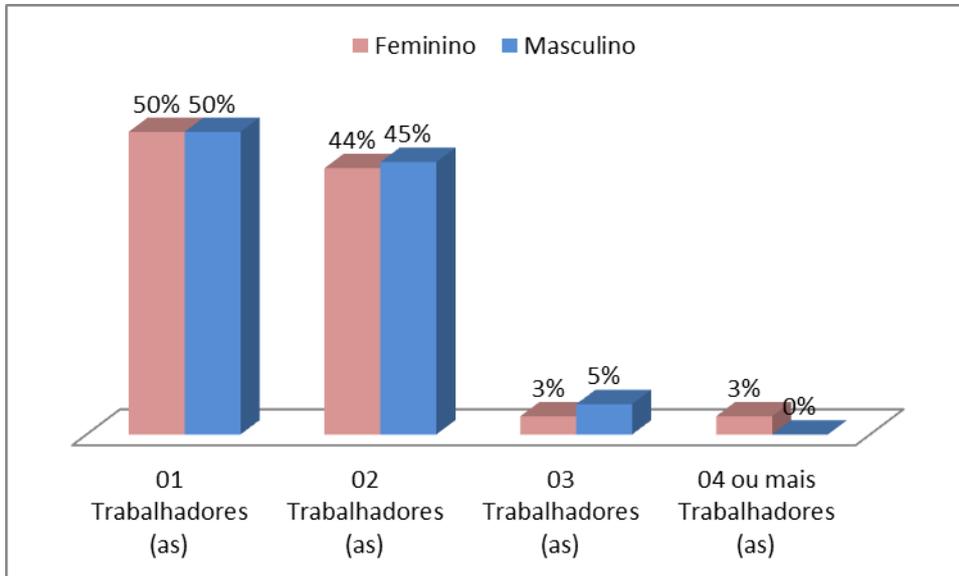


Gráfico 8 – Número de trabalhadores na mesma família
Fonte: LEAL, 2021

O rendimento familiar dos associados é baixo, a maioria conta apenas com o salário mínimo, com poucas variações, chegando até a dois salários, que atualmente, tem o valor de R\$ 1.100,00, o que implica em constatar que estes trabalhadores ganham até R\$ 2.200,00 mensais. A cesta básica da região Sul do Brasil, segundo o DIEESE (2021), custa em média R\$ 650, 00 para alimentar uma família de 4 pessoas. O valor mínimo de um aluguel em Santa Terezinha de Itaipu, para uma residência com dois quartos em áreas de baixa renda é R\$ 800,00, o que indica as dificuldades que os associados enfrentam para sobreviver com os valores que recebem na associação. Somente 17% entre os 52 associados que participaram da pesquisa obtém ganhos de mais de 3 salários mínimos.

A condição de vulnerabilidade social previamente existente dos membros da associação, conforme indicado pelos dados já trazidos, não é plenamente resolvida com o trabalho na associação. Os contratos de trabalho em regime CLT teriam garantias futuras de assistência previdenciária e aposentadoria. Porém, o regime jurídico de associação é distinto da CLT:

Não há vínculo empregatício, por serem membros associados, não são empregados ou funcionários, quer seja da associação ou da prefeitura. São membros associados, donos do próprio negócio, são seus próprios patrões,

as cobranças são deles próprios, para com eles mesmos, quanto ao seu rendimento, suas metas e atividades, as quais são estipuladas pelo próprio grupo (GERENTE GERAL, 2021).

Tal situação poderia ser amenizada com investimento em educação financeira para os associados, inclusive orientando-os quanto à aposentadoria.

A tabela 09 apresenta o resultado da pesquisa sobre o rendimento bruto mensal familiar dos associados. Comparando os resultados do rendimento de homens e mulheres em termos salariais percebe-se que a maioria dos associados recebem recursos de até 2 salários mínimos, no entanto, se este mesmo trabalhador tiver mais pessoas para sustentar, há um nível de necessidade que agrava a situação econômica, não apenas da família, mas de toda a comunidade, pois o baixo poder aquisitivo interfere no desenvolvimento econômico local.

De acordo com Lima et al (2002) para melhorar o desenvolvimento de maneira global nos municípios atingidos por barragens, atendendo o aspecto econômico, o aspecto social e o aspecto ambiental, faz-se necessária uma série de ações e políticas socioambientais.

Sobre a precarização do trabalho informal e a renda familiar das mulheres chefes de família, Coelho *et al.*,(2016, p.5) afirma:

Os processos de informalidade no âmbito do trabalho feminino, apesar de representarem, na maior parte das vezes, a precarização e o subemprego, também se tornaram um meio pelo qual mulheres de diferentes idades, de baixa escolaridade e excluídas do mercado formal encontraram para incrementar a renda familiar, no sentido, portanto, de melhorar sua qualidade de vida. Isso mostra que, apesar das condições adversas, a atividade laboral em si pode representar uma via de realização pessoal e material para a mulher.

Compreende-se que com mais de 80% das mulheres ganhando menos de dois salários mínimos, há dificuldade na manutenção das suas famílias, além disso, não se pode visualizar uma segurança futura, uma vez que, como associados, são desprovidos de direitos trabalhistas. No ano de 2020, durante a pandemia de Covid-19, essas famílias em situação de vulnerabilidade necessitaram de assistência com auxílio emergencial e cestas básicas. Isso exemplifica as consequências de não possuir vínculo trabalhista, pois não há fundo de garantia, nem adiantamento de 13º salário, entre outras medidas financeiras que apoiam os trabalhadores vinculados pelo regime CLT.

Uma das parcerias de auxílio com cestas básicas foi desenvolvida pela

empresa Itaipu Binacional e visava prover a subsistência das famílias vulneráveis que atuam na coleta seletiva e reciclagem. A parceria com a Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu contribui para o desenvolvimento de programas sociais voltados para a melhoria da qualidade de vida e combate à vulnerabilidade social, principalmente nos programas de moradia. Ambas as medidas mostram a importância do envolvimento da associação com outras instituições da região, no sentido de apoiar seus associados.

O gráfico 9 apresenta o rendimento mensal dos associados que participaram da pesquisa e expõe essa vulnerabilidade social. Compreende-se que as mulheres associadas lideram entre os que ganham até dois salários mínimos, conforme o gráfico 9 demonstra. O impasse em relação aos rendimentos mensais de homens e mulheres apresenta uma contradição em relação à problemática de pesquisa, porém é importante lembrar que os homens apresentam maior rotatividade e muitos faltam ao trabalho o que acaba sendo descontado do montante que será distribuído entre os associados.

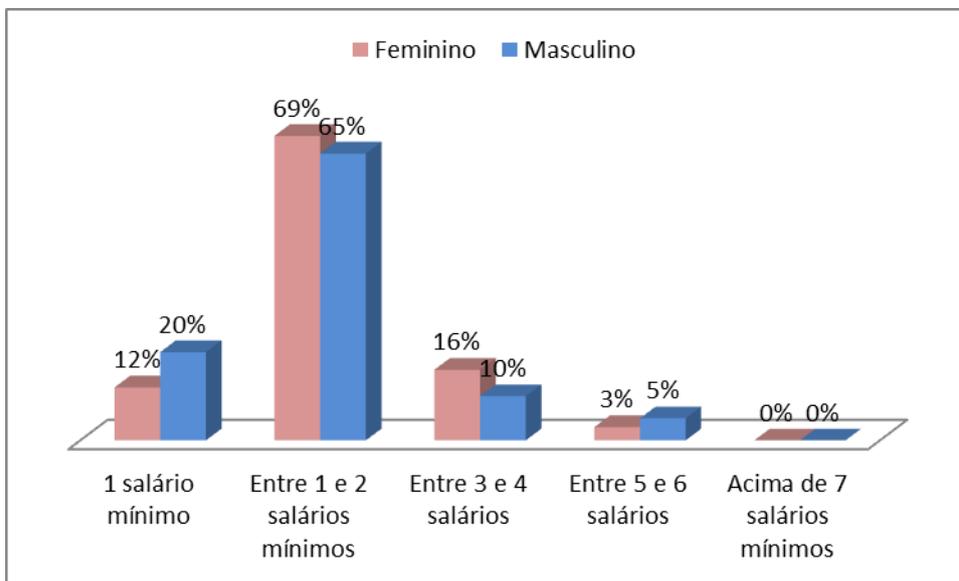


Gráfico 9 – Demonstração da renda mensal dos associados
Fonte: LEAL, 2021

No gráfico 9 foi tratada a questão da renda familiar, há uma grande quantidade de mulheres com baixos salários e equilíbrio nos percentuais de salários mais altos. Esta questão esclarece que há uma classificação de salários desigual para homens e mulheres, embora as mulheres estejam na faixa de ganho maior dentro da associação. Há que se considerar que essa desigualdade é cultural e

marcada por uma concepção errônea da organização social dos gêneros, em que somente os homens são os provedores da família, uma diferença justificada pela distribuição de cargos e funções dentro do sistema de trabalho da reciclagem.

As investigações sobre o trabalho das mulheres na reciclagem de resíduos sólidos considera muito importante conhecer as funções desempenhadas por estas mulheres antes de se dedicar à coleta de recicláveis, a fim de melhor compreender o contexto social de adesão a esta ocupação profissional.

A feminização do trabalho está acompanhada da precariedade. Nesse sentido, a atividade de catação de materiais recicláveis surge como uma alternativa para a mulher frente ao desemprego e a exclusão do mercado de trabalho formal. Portanto, a falta de oportunidades e de qualificação profissional tem conduzido homens e, em maior número, mulheres para o trabalho com resíduos sólidos, representando uma possibilidade de promover sustento para a família. Além disso, o fato da maior parte das catadoras terem atuado em empregos tipicamente femininos e de baixo reconhecimento social, como mostram os dados sociolaborais, reforça a interface entre a feminização do trabalho e a precariedade (COELHO et al., 2016, p. 04)

De acordo com as respostas apresentadas pelas mulheres e homens associados à ACARESTI, percebe-se que anteriormente as mulheres atuavam mais em atividades informais e sujeitas à precariedade contratual, tais como diaristas, trabalhos autônomos de prestação de serviços e serviços gerais. Muitas associadas não realizavam trabalhos com registro em acordo com a legislação trabalhista e atuavam na informalidade antes de se associarem, o que justifica o fato de virem trabalhar na seleção de resíduos, como associadas, aceitando o trabalho sem registro na carteira de trabalho. Entretanto, não há impedimento para que a própria associação se organize para estabelecer um plano de previdência que venha garantir ganhos futuros e segurança aos seus associados.

A tabela 08 apresenta as funções mais desempenhadas pelos participantes da pesquisa. Diversas pessoas declararam ter ocupado mais de uma função antes de se entregar ao trabalho na ACARESTI. Por sua vez, os homens declararam desenvolver atividades que se caracterizam como profissões ligadas a empresas e reconhecidas no mercado de trabalho como atividades organizacionais, de onde se infere que possuam carteira de trabalho com registro para o exercício de tais funções.

A dedicação ao trabalho informal ou a clara exploração da mão-de-obra sem vínculo empregatício contribui para que tais mulheres aceitem dar continuidade à

informalidade, dedicando-se ao trabalho na cadeia da reciclagem. A tabela expressa em números absolutos as ocupações anteriores declaradas pelos associados.

Tabela 08 – Profissões mais desempenhadas pelos associados

	Feminino 32 (61%)		Masculino 20 (39%)
Diarista	04	Operador de máquinas	03
Costureira	01	Mecânico de automóveis	01
Auxiliar de serviços gerais	12	Carpinteiro	02
Do lar	01	Lavador de carros	02
Auxiliar de produção	04	Pedreiro	02
Doméstica	09	Educador ambiental	01
Operadora de máquina	01	Serviços gerais	05
Recicladora industrial	01	Agricultor	02
Cuidadora de idoso	01	Frigorífico	01
Agricultora	01	Vendedor	01
Artesã	01		
Lavadeira de roupa	01		
Recicladora	01		
Auxiliar de cozinha	01		
Coletora	01		
Vendedora	01		

Fonte: LEAL, 2021

Analisando os trabalhos declarados pelos homens no questionário percebe-se que há trabalhos que são desempenhados como autônomos (pedreiro, carpinteiro, lavador de carros, serviços gerais, etc) e outros que implicam em trabalhar registrado (operador de máquinas, funcionário em frigorífico, educador ambiental, vendedor em lojas, etc.).

Percebe-se que o trabalho masculino não beira a informalidade, 70% dos homens trabalhavam com registro em carteira de trabalho e contavam com a proteção à legislação trabalhista. No entanto, os encargos sociais do trabalhador registrado implicam em ganhos menores, o que também justifica que estes aceitem atuar como associados, na informalidade. Esta é uma condição que impulsiona as pessoas para situações de vulnerabilidade, e que necessita ser superada com esclarecimentos a respeito da necessidade da seguridade social.

A ACARESTI não faz contratação de trabalho, possui um estatuto de associação que garante aos associados a remuneração e as relações de trabalho adequadas.

Foi investigado quanto tempo o associado ficou sem ocupação remunerada

antes de trabalhar na ACARESTI, quanto tempo ficou desempregado(a). Conforme apresenta a tabela 09, as mulheres ficaram menos tempo desempregadas que os homens, 31% das mulheres não ficaram desempregadas, sendo que entre os homens somente 15% não ficaram ociosos, também foi declarado que 21% ficaram desempregadas menos de um ano e 50% dos homens ficaram desempregados menos de um ano. Analisando a conjuntura das informações infere-se que as mulheres permanecem menos tempo desempregadas porque, devido à necessidade de provimento familiar, passam a desenvolver atividades como faxineiras, diaristas e outras atividades que permitem-lhes suprir a carência de recursos. Outro fator observado neste item da pesquisa é que as mulheres, ao terem ficado desempregadas, assim o permaneceram por mais tempo que os homens, isto se deve ao tipo de trabalho que a mulher desenvolve ou busca, ou ainda a outros impedimentos como gravidez, o cuidado com familiares ou idade avançada que impedem ou dificultam uma nova contratação.

Tabela 09 – Tempo que esteve desempregado antes de ser associado

	Total de associados	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
Primeiro emprego	08 = 16%	06 = 18%	02 = 10%
Não ficou desempregado	13 = 25%	10 = 31%	03 = 15%
Menos de 1 ano	17 = 32%	07 = 21%	10 = 50%
1 ano	07 = 13%	04 = 12%	03 = 15%
2 anos	03 = 6%	03 = 9%	00%
3 anos	02 = 4%	02 = 6%	00%
4 anos	01 = 2%	00%	01 = 5%
6 anos	01 = 2%	00%	01 = 5%

Fonte: LEAL, 2021

O desemprego é um dos mais graves problemas sociais que a sociedade brasileira enfrenta, trata-se de uma crise que coloca milhões de pessoas na miséria. Juntamente com a falta de trabalho surgem outros problemas, como: violência, doenças, marginalidade social, problemas sanitários, criminalidade, dependência e outras mazelas sociais associadas à ausência de segurança e de qualidade de vida da população. Toda crise econômica causa desemprego e acaba ampliando a vulnerabilidade das famílias de baixa renda.

O gráfico 10 apresenta os índices de tempo de desemprego dos associados antes de se tornarem associados da ACARESTI. Nota-se que entre os associados mais velhos houve mais tempo de desemprego. Embora pareça que os homens

ficaram mais tempo desempregados que as mulheres, essa informação não pode deixar de considerar que a porcentagem de homens considera somente vinte homens, ou seja, 39% do total de associados que participaram da pesquisa. Entretanto, as mulheres ficam menos tempo sem trabalho porque quando precisam atuam em faxinas e serviços administrativos menores, pois considera-se que este tipo de trabalho seja mais ofertado para mulheres.

De acordo com Vallin (2017, p.93): “... por terem possibilidade maior de conseguirem trabalhos melhores, os homens acabam exigindo uma remuneração maior para trabalhar nas cooperativas”. Assim, deduz-se que os homens não aceitam trabalhos com remuneração mais baixa e que são introduzidos no mercado de trabalho formal com mais facilidade. Entretanto, não é o que se percebe nas relações de trabalho na ACARESTI, onde 18% das mulheres estão no primeiro emprego e 31% de mulheres não ficaram desempregadas conforme apresenta o gráfico 10, que demonstra as porcentagens de desemprego declaradas no questionário com base nos totais de 32 mulheres e 20 homens.

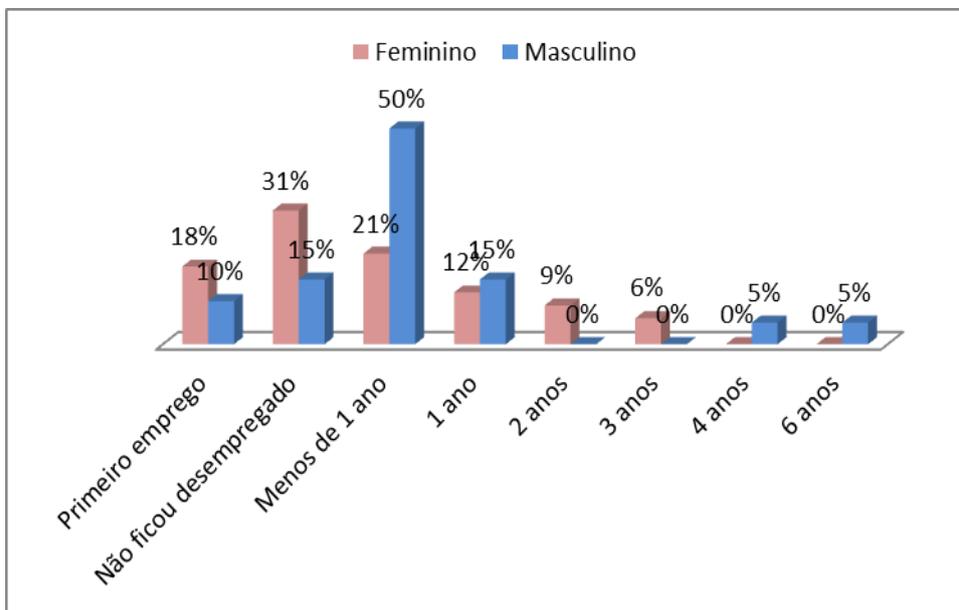


Gráfico 10 – Índices de desemprego antes de ser reciclador.

Fonte: LEAL, 2021

De acordo com Assunção (2017), o desemprego causa desalento e insegurança e, atualmente, é um dos maiores males sociais no mundo. Muitos trabalhadores com baixa qualificação e escolaridade buscam na coleta de reciclados uma alternativa para o desemprego e depois que se sentem seguros como

associados não se motivam a buscar outra ocupação.

A estabilidade dos associados da ACARESTI é demonstrada pelo tempo de trabalho na associação, pois 44% do total de trabalhadores já atuam na associação há mais de 5 anos, o que talvez ocorra por permitir aos associados a manutenção da família e a aquisição de bens. Mesmo as mulheres sejam a maioria e, de muitas serem também as chefes da família, há um bom índice de associados (38% das mulheres e 10% dos homens) que declararam possuir casa própria ou já terem quitado o financiamento de suas moradias.

Vários associados participam de programas sociais de moradias da prefeitura de Santa Terezinha de Itaipu. O aluguel é um indicador de vulnerabilidade social, pois exige do indivíduo uma reserva econômica mensal que não retorna em benefício para o inquilino.

A tabela 10 apresenta os cálculos das declarações dos associados sobre as condições das moradias que garantem a segurança habitacional. Há diferentes tipos de financiamentos de casas, e percebe-se que as mulheres recebem mais proteção do poder público para adquirir a casa própria. O sistema habitacional desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu trata preferencialmente os casos em que as famílias são chefiadas por mulheres, sendo esta uma política pública adotada pela prefeitura.

Tabela 10 – Situação de moradia dos associados

	Total de Associados	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
Casa Própria-Quitada	14 = 26%	12 = 38%	02 = 10%
Financiada	12 = 24%	09 = 28%	03 = 15%
Alugada	18 = 34%	07 = 22%	11 = 55%
Familiar	02 = 4%	01 = 3%	01 = 5%
Cedida	01 = 2%	01 = 3%	00 %
Auxílio do Município	05 = 10%	02 = 6%	03 = 15%

Fonte: LEAL, 2021

Entre os associados da ACARESTI, há 26% que possuem casa própria/quitada, 24% pagam o financiamento de suas moradias, 34% pagam aluguel e 15% recebem apoio de terceiros ou do poder público municipal.

Ao observar o gráfico 11, pode-se perceber que as mulheres apresentam maior preocupação com a segurança e estabilidade em relação à moradia, pois entre os homens, 55% da população geral dos associados paga aluguel, sendo que

apenas 22% das mulheres realizam este feito, porém 38% das associadas contam com casa própria/quitada e 28% das mulheres têm casa financiada. O fato da política de moradia da prefeitura privilegiar as mulheres chefes de família é um dos motivadores de mais mulheres possuírem casa própria.

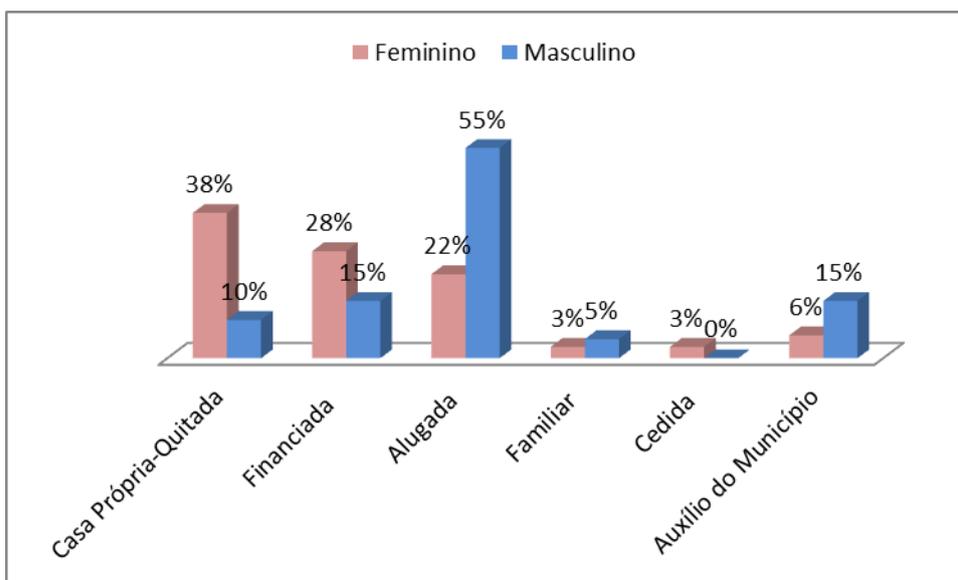


Gráfico 11 – Situação quanto à moradia
Fonte: LEAL, 2021

Coelho et al. (2016) consideram que a localização das moradias em relação ao trabalho apresenta um importante aspecto a ser considerado na análise comparativa, pois se trata de uma população ligada às necessidades prementes de locais de alta vulnerabilidade social.

Locais distantes do trabalho demandam transporte ou maior capacidade de acesso dos associados, seja por transporte coletivo, seja por esforço de caminhadas, bicicleta e outros meios de acesso.

Nesta pesquisa, esta questão apresenta um elevado número de pessoas que reside no Bairro Santa Mônica, onde se localiza a ACARESTI, o que demonstra a facilidade de acesso ao trabalho na associação. Mas o bairro Santa Mônica não é o único bairro da periferia do município que abriga associados, 12% das mulheres residem no bairro Mutirão, pois são mulheres chefes de família que foram admitidas no projeto da prefeitura para a aquisição de casa própria, outros 12% de mulheres residem no bairro Planalto e 15% do total de associados residem na região central da cidade. A questão relacionada à moradia indica que os associados mantêm a preocupação em acessar o trabalho sem depender de gastos com condução.

Há associados que residem nos bairros Planalto, Jerusalém e Mutirão, cujas características sociais são de alta vulnerabilidade, e há um número menor de associados que residem em outros locais. No entanto, 52% da população de associados declarou residir no bairro Santa Mônica, onde se encontram as instalações da ACARESTI, fazendo supor que a acessibilidade ao trabalho é uma preocupação desses associados.

O gráfico 12 apresenta os locais em que residem os associados. Tratam-se de bairros periféricos e alguns loteamentos que foram criados especificamente para abrigar conjuntos de residências para prover socialmente famílias em situação de vulnerabilidade social, políticas públicas da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu. Muitas residências foram construídas com recursos materiais provenientes de convênios com a prefeitura e mão-de-obra obtida em sistema de mutirão. Outros bairros são financiados pela Caixa Econômica Federal com a finalidade de prestar assistência a famílias de baixa renda.

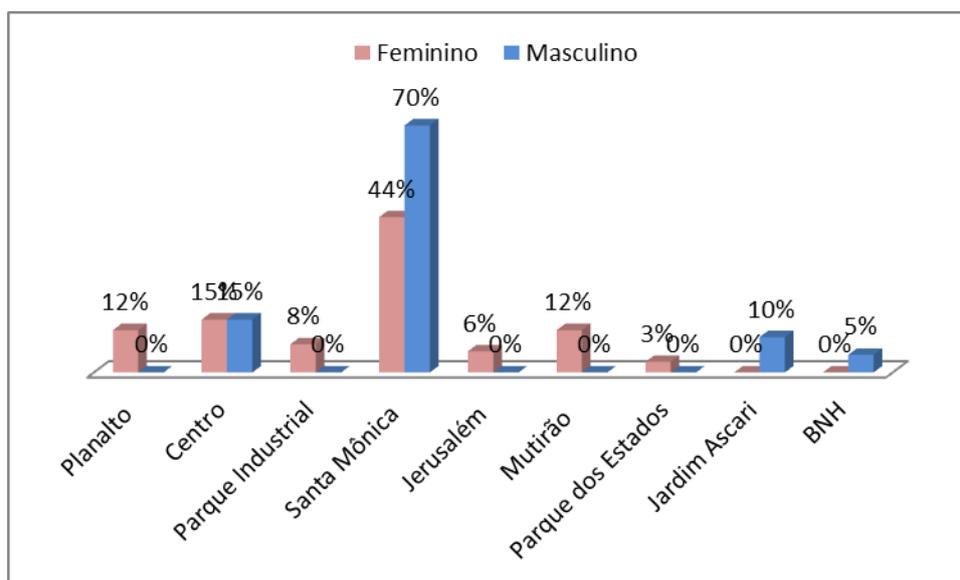


Gráfico 12 – Bairros em que os associados residem
Fonte: LEAL, 2021

As populações de baixa renda que se associam às entidades que atuam na conservação do meio ambiente como a ACARESTI, vêm contando com auxílios sociais, em especial da Itaipu Binacional, que desenvolve regularmente programa de responsabilidade social na região em face de restituir os bens sociais suprimidos com as inundações na construção da usina, por exemplo, destinando cestas básicas para as famílias que atuam na coleta seletiva.

As questões relacionadas à vulnerabilidade social dos coletores de recicláveis tornam-se mais evidentes em tempos de recessão. Exemplo disso é a necessidade premente de auxílio emergencial em tempo de pandemia, o que representa uma segurança para os associados, pois muitos demonstraram temer a contaminação por Covid-19. Poder recorrer ao auxílio mantém a garantia de não faltar a subsistência familiar.

Entre os benefícios sociais, quatro pessoas declararam receber pensão e aposentadoria, no entanto estes benefícios não se configuram como programas sociais, pois são direitos constitucionais devidos legalmente quando a pessoa recebe a proteção, seja por separação legal, viuvez ou invalidez, sendo a aposentadoria um direito trabalhista para a qual o trabalhador contribui durante sua vida laboral.

Nota-se que entre os associados várias pessoas recebem mais de um benefício social oriundo dos convênios e parcerias com empresas regionais. A tabela 11 o demonstra.

Tabela 11 – Tipos de assistência que os associados recebem

	Total de associados	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
Não recebe nenhum auxílio	07 = 14%	01 = 3%	06 = 30%
Bolsa Família	3 = 6%	03 = 9%	00%
Vale Leite	3 = 6%	03 = 9%	00%
Cesta Básica	38 = 73%	25 = 78%	13 = 65%
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	00%	00%	00%
Auxílio emergencial	18 = 34%	15 = 46%	03 = 15%
Pensão	2 = 4%	02 = 6%	00%
Aposentadoria	2 = 4%	01 = 3%	01 = 5%

Fonte: LEAL, 2021

Há um significativo número de mulheres que recebem cesta básica como auxílio alimentação, porque há mais mulheres que chefiam famílias e se encaixam nos programas assistenciais, 30% dos homens não recebem auxílio de nenhuma espécie, por serem os mesmos 30% que se declaram no gráfico 4 como solteiros, sem necessidade deste auxílio. O auxílio emergencial federal, devido à pandemia, da mesma forma, garante o sustento familiar das mulheres que chefiam famílias, conforme previsto no regulamento posto na lei do auxílio durante a pandemia.

A pandemia impediu o trabalho da maioria da população e coloca em risco a vida dos trabalhadores, o que, após forte demanda social, fez com que o governo

federal estabelecesse uma ajuda econômica para as pessoas impedidas de trabalhar, inicialmente no valor de 600 reais e em seguida reduzindo o valor para 300 reais durante mais três meses.

A pandemia de covid-19 é de alto risco, pois de março de 2020 até o presente em 2021 já vitimou aproximadamente 600 mil pessoas no Brasil, a doença atingiu significativamente e drasticamente milhões de pessoas no país, a doença é uma problemática nova, porém é sabido que as desigualdades sociais é um problema antigo. Este estado pandêmico e a demora em obter vacinas que possam imunizar a população, tem levado a sociedade à decadência social, econômica, educacional e precariza os mais diversos setores produtivos, o que afeta a todos indistintamente.

O ano de 2021 iniciou-se com o agravamento da pandemia e conduziu o sistema de saúde público e privado para o caos, o que indica que neste ano a doença ainda levará muitas pessoas a óbito.

De tudo o que se pode inferir é que a segurança não existe, mesmo aos associados que estão há muito tempo na ACARESTI, pois o setor de coleta de resíduos sólidos está exposto à contaminação química e biológica e os coletores podem adoecer, podendo conduzir trabalhadores(as) a abandonar a associação.

A ACARESTI foi formada e constituída como associação no ano de 2004, portanto está em funcionamento e franco desenvolvimento há 17 anos. Há funcionários que atuam na empresa há vários anos, sendo que cinco deles declararam trabalhar há mais de 10 anos na associação.

A tabela 12 demonstra que há nove colaboradores associados há menos de um ano, 13 já são associados entre 1 e 2 anos, 7 são associados há um tempo entre 3 e 4 anos, 10 colaboradores são associados há 5 e 6 anos, 4 se associaram entre 7 a 8 anos, outros 4 estão na ACARESTI de 9 a 10 anos e 5 são associados há mais de 10 anos. Um dado importante a ser observado é que é maior a quantidade de mulheres que permanecem ligadas à associação há mais tempo. Metade dos homens está na associação há menos de 2 anos.

Considerando as ocupações anteriores dos associados, apresentadas na tabela 08, isso pode indicar que os homens apresentam maior rotatividade por encontrarem outros trabalhos fora da reciclagem com mais facilidade. Conforme exposto por Vallin (2017), em estudo realizado numa cooperativa na zona leste de São Paulo, os homens têm mais facilidade de encontrar trabalho fora e buscam sempre os locais onde possam ganhar mais. Esse fator pode ser um dos fatores que

justifica maior estabilidade das mulheres na associação.

Outro aspecto a considerar com relação à permanência maior das mulheres na condição de associadas, são os programas sociais do município de Santa Terezinha de Itaipu que as apoiam, seja na obtenção de vagas em creches, no ingresso nos programas de moradia e outros tipos de assistências de parceiros da associação, pois os benefícios contribuem para elevar a qualidade de vida.

Tabela 12 – Demonstração do tempo de associado

	Total de associados	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
Menos de 1 ano	9 = 17%	4 = 12%	5 = 25%
1 a 2 anos	13 = 25%	8 = 25%	5 = 25%
3 a 4 anos	7 = 13%	3 = 9%	4 = 20%
5 a 6 anos	10 = 19%	7 = 21%	3 = 15%
7 a 8 anos	4 = 8%	3 = 9%	1 = 5%
9 a 10 anos	4 = 8%	4 = 12%	0%
Mais de 10 anos	5 = 9%	3 = 9%	2 = 10%

Fonte: LEAL, 2021

A questão relacionada à destinação dos ganhos obtidos no trabalho na ACARESTI contribui para esclarecer sobre as relações entre os associados e a qualidade de vida buscada individualmente. Nota-se que os maiores gastos são destinados à alimentação, vestimentas, bens móveis, água e luz e medicamentos, ou seja, sobrevivência, conforme pode ser visto na tabela 13.

Os novos tempos que a sociedade contemporânea vive e com a necessidade de acesso remoto às aulas, tornou-se necessário que as famílias em geral dispensem gastos com acesso à internet e recursos tecnológicos, por isso também é representativo o gasto realizado com este recurso.

Ao analisar como as pessoas associadas realizam seus gastos e indicam prioridades para seus ganhos, aparecem fatores interessantes na comparação entre os interesses masculinos e femininos. Os homens gastam mais com aluguel do que as mulheres e, estas, por sua vez dedicam maiores gastos à prestação da casa própria, os homens apresentam um percentual maior em relação à prestação de automóvel e as mulheres gastam mais com transporte público.

Um fator significativo nos gastos femininos está relacionado aos gastos com manutenção de roupas e calçados para si e sua família, também as mulheres gastam mais com pagamento de diarista ou babá, 96% das mulheres gastam mais

com alimentação, 65% dos homens gastam com alimentos, 100% das mulheres custeiam água e luz de sua residência e apenas 70% dos homens declararam que são responsáveis por este gasto.

Os gastos com remédios afetam 78% dos associados, sendo alto o índice de homens que declararam gastar com remédios, isso motivou um questionamento por meio de entrevista, onde Azaleia declarou que os homens reclamam de dores nas costas e tomam remédio para dor e Antúrio comentou: *“Acho que o uso de remédio entre os homens representa a busca de alívio para dores por estresse e cansaço, e acho que porque eles levantam as “coisas” pesadas...”*.

Em relação à aquisição de bens móveis e eletroeletrônicos, 71% dos associados declarou que realiza este tipo de gastos, sendo que a maioria é de mulheres. Outro fator que chama a atenção é que as mulheres gastam mais com bebida e cigarro do que os homens, embora não seja um índice alarmante. Resta saber se este tipo de gasto se dá para atender a terceiros ou realmente são elas as adictas. O mercado de bebidas e cigarros tem investido pesadamente no público feminino para expansão de suas vendas nos últimos anos. Entretanto, também é comum que mulheres comprem tais artigos para seus companheiros. De modo que este ponto mereceria investigações posteriores.

Tabela 13 – Gastos familiares para subsistência.

	Total dos associados	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
Aluguel	17 = 32%	6 = 18%	11 = 34%
Prestação de moradia (casa própria)	15 = 28%	11 = 34%	4 = 20%
Prestação do carro	11 = 21%	6 = 18%	5 = 25%
Transporte	9 = 17%	6 = 18%	3 = 15%
Manutenção de roupas e calçados para mim e para a família	40 = 76%	27 = 84%	13 = 65%
Contrata diarista ou babá	6 = 12%	4 = 12%	2 = 10%
Alimentação	44 = 84%	31 = 96%	13 = 65%
Remédios	41 = 78%	26 = 81%	15 = 75%
Móveis e eletrodomésticos	37 = 71%	24 = 75%	13 = 65%
Água e luz	46 = 88%	32 = 100%	14 = 70%
Internet	36 = 69%	23 = 71%	13 = 65%
Lazer	34 = 65%	22 = 68%	12 = 60%
Cigarro	11 = 21%	10 = 31%	1 = 5%
Bebida	11 = 25%	9 = 28%	4 = 20%
Outros (estudos)	1 = 2%	00%	1 = 5%

Fonte: LEAL, 2021

De acordo com as respostas, os gastos são realizados predominantemente no comércio de Santa Terezinha de Itaipu, embora gastem também em Foz do Iguaçu e no Paraguai, 13 associados declararam que fazem poupança e somente um associado paga um plano de saúde e funeral.

Além disso, percebe-se que há 28% das mulheres que realizam poupança, demonstrando consciência da necessidade de se prevenir, poupando para alguma eventualidade ou para realizar algum desejo que seja impossível sem poupar.

Azaleia afirma: *“Acho que as mulheres pensam no futuro, no amanhã, são mais econômicas, pode ter uma precisão e a gente tem um dinheiro guardado”*.

Sobre o fato dos homens gastarem mais em outro país o Gerente Geral informa: *“Dos 16 homens associados no momento, 6 são paraguaios, isto é um fator forte neste sentido, pois têm familiares no país vizinho, gastam lá o que ganham aqui na associação”*.

A tabela 14 demonstra onde os associados gastam os seus ganhos.

Tabela 14 – Como usam o dinheiro ganho na Associação

	Total de associados	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
No comércio local	52 = 100%	32 = 100%	20 = 100%
Em outro País	5 = 10%	1 = 3%	4 = 20%
Em outro Município	3 = 6%	0%	3 = 15%
Faço poupança	13 = 25%	9 = 28%	4 = 20%
Outros – (Plano SAFF)	1 = 2%	1 = 3%	0%

Fonte: LEAL, 2021

Entender como e onde os associados gastam o dinheiro ganho na associação contribui para entender o estilo de vida e a contribuição desta população para o desenvolvimento da comunidade onde vivem. Percebe-se que os gastos são realizados majoritariamente na sua própria localidade de residência, uns poucos declararam levar o dinheiro para o Paraguai por possuírem familiares que residem naquele país.

A identificação do perfil socioeconômico dos associados da ACARESTI auxilia a entender as relações de trabalho entre homens e mulheres no trabalho de coleta e reciclagem de resíduos sólidos na cidade de Santa Terezinha de Itaipu.

De acordo com os dados obtidos no estatuto da ACARESTI os ganhos são

distribuídos com igualdade entre os associados, da mesma forma que os projetos sociais voltados para a proteção dos associados da ACARESTI não realizam qualquer diferenciação entre os associados. As diferenças salariais apresentadas para alguns cargos e funções, como operadores de máquinas e motoristas, são subsidiadas pela prefeitura de Santa Terezinha de Itaipu.

6.2 DIVISÃO DO TRABALHO NA ACARESTI

Para conhecer a percepção dos associados em relação às condições de trabalho foi solicitada a avaliação das mesmas, resultando em que 60% da população total, representada pelas mulheres, considera que as condições são boas ou excelentes, 32% da população total, representada pelos homens, consideram as condições boas ou excelentes, e outros 8% não sabem dizer ou consideram regulares.

Um fator interessante observado foi que 56% das mulheres consideram excelentes as qualificações das condições de trabalho e 44% consideram que essas condições são boas. No entanto, entre os homens 40% consideram excelente, 45% consideram boas e 10% consideram regulares essas condições de trabalho. As mulheres avaliaram as condições de trabalho de maneira generosa, mas não deixaram claro se isto decorre delas apresentarem maior afinidade com o trabalho na coleta e seleção de resíduos sólidos, ou se as mulheres são menos ambiciosas, o fato é que os homens demonstram menos satisfação com as condições de trabalho.

Muitas pessoas encontram dificuldade em avaliar as suas condições de trabalho, isto se deve à falta a consciência de que quanto melhor o ambiente de trabalho, melhor para todos os associados, pois será um ambiente mais produtivo. Várias pessoas se declararam inibidas em expressar o que pensam indicando se estão satisfeitas ou não. Os homens foram mais objetivos e expressaram o que sentem em relação ao ambiente de trabalho, várias mulheres associadas permaneceram sem realizar esta avaliação, nenhum associado afirmou que se sintam pressionado ou que não possa demonstrar as suas impressões sobre o ambiente de trabalho e afirmaram que quando há conflitos a solução é o diálogo. Ressalta-se que se trata da percepção que cada um tem a respeito de serem excelentes, boas, regulares, ruins ou péssimas, e não das condições objetivas. Não se trata de avaliar

o ambiente físico, mas da análise das relações humanas dentro da associação, não havendo nenhum indício de descontentamento neste aspecto.

A tabela 15 apresenta o resultado desta questão.

Tabela 15 – Análise avaliativa das relações de trabalho na ACARESTI

	Total de associados	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
Excelentes	26 = 50%	18 = 56%	08 = 40%
Boas	23 = 44%	14 = 44%	09 = 45%
Regulares	2 = 4%	0%	02 = 10%
Ruins	0%	0%	0%
Péssimas	0%	0%	0%
Não sei dizer	1 = 2%	0%	01 = 2%

Fonte: LEAL, 2021

Talvez estas respostas indiquem satisfação suficiente com as condições, e, ao mesmo tempo, um vislumbre de ampliação da qualidade destas ou mesmo a aspiração a condições hoje inexistentes. Talvez, ainda, os respondentes tenham se remetido a coisas diferentes ao responder cada uma destas questões.

A melhoria contínua no ambiente laboral é uma conquista que se atinge analisando-o criticamente, pois assim obtém-se o valor da atuação de cada membro dentro da cadeia de produção em qualquer organização. Atualmente, ações de melhoria contínua no ambiente de trabalho são desenvolvidas por meios de projetos de gestão que promovem a qualidade de vida, atuam no desenvolvimento de produtividade, eficiência, *marketing* interno para melhorar a produção ou produzir com mais qualidade e outras ferramentas administrativas de gestão de pessoas que visam obter retorno em forma de melhoria na produção, o que no caso da coleta e seleção de resíduos não vem sendo aplicado na ACARESTI.

De acordo com os associados, os fatores motivadores para o trabalho na ACARESTI, em ordem de importância, foram: a proximidade de casa, o valor do salário, poder conciliar cuidados familiares e trabalho, gostar do que faz, o fato de ter sido indicado por amigos e familiares, a baixa escolaridade, a idade, não ter uma formação profissional, a baixa oferta de emprego, os efeitos positivos que esse trabalho produz para a sociedade e a contribuição desse trabalho ao meio ambiente. No entanto, a dificuldade que os associados encontraram em realizar uma avaliação valorativa e de estabelecer os parâmetros de avaliação dos fatores levou a realizar entrevistas.

Estudos sobre a motivação para o trabalho também se encontram nos estudos da administração de pessoas e vem sendo desenvolvidos na busca de compreensão de como atuar para o engajamento no trabalho. Os estudos desenvolvidos pelo psicólogo americano Abraham Maslow (1908 - 1970) indicam que existe uma hierarquia das necessidades que motivam os sujeitos não apenas no trabalho, mas também na vida. As necessidades estão colocadas em cinco níveis que compreendem necessidades básicas e secundárias. As necessidades básicas são as fisiológicas e de segurança e se encontram na base da pirâmide e as necessidades secundárias são representadas pelas necessidades sociais, de estima e de auto-realização e se encontram no topo da pirâmide pensada por Maslow.

Analisando as necessidades dos associados da ACARESTI, observa-se que a motivação para o trabalho está relacionada com as necessidades básicas fisiológicas, voltadas para obter o sustento familiar, e de segurança, especialmente as mulheres chefes de família que ingressam nos projetos habitacionais da prefeitura motivadas a obter segurança em relação à moradia e garantia de não ficar ociosa e sem recursos e, para isso, devem comprovar que não estão ociosas, o que a condição de associada indica, e que são chefes de família. No entanto, sabe-se que como se trata de um trabalho associado e não regido por leis trabalhistas a segurança como elemento motivador, segundo Maslow, é possível, uma vez que este tipo de organização do trabalho não prevê os direitos trabalhistas e previdenciários, mas que necessita de uma organização dentro da própria associação formando grupo de contribuição autônomo para garantir a segurança trabalhista.

O papel da associação é promover e gerar significado social e ambiental para seus associados, entretanto esse elemento motivador se posiciona somente quando há o atendimento às necessidades de segurança e sobrevivência.

Ao solicitar dos associados que numerassem por ordem de importância os motivos que levam cada associado a trabalhar na ACARESTI, ficou perceptível a dificuldade das pessoas. Percebe-se que a principal causa de não se conseguir expressar ordenadamente essa avaliação é a limitação de conhecimento em ler e interpretar a questão, que tinha como fator especial indicar a ordem de importância dos fatores que influenciam para trabalhar na associação, considerando a importância por valor decrescente. Isso acabou por acarretar uma dificuldade entre os participantes da pesquisa, que entenderam que deveria ser ordem crescente para

a valoração. Outros se limitaram a colocar x, o que invalidou a questão. Esta se mostrou complexa para a realidade de conhecimento dos associados, o que motivou o questionamento nas cinco entrevistas realizadas a posteriori.

O trabalho em equipe é um dos principais aspectos a ser analisado quanto à qualidade do clima organizacional, pois se trata de uma associação que atua em sistema de cooperativa, e cada profissional ou associado recebe os resultados econômicos obtidos das ações realizadas em conjunto. Liberdade, cooperação de homens e mulheres, divisão justa de trabalho entre homens e mulheres, solução de conflitos, facilidade de relacionamento e entrosamento na equipe são consideradas condições necessárias para um ambiente de trabalho saudável e produtivo, porém estes elementos motivadores de participação na associação não se realizam sem que as pessoas adquiram os elementos básicos previstos na base da pirâmide das necessidades de Maslow, ou seja, a subsistência e a segurança (VERGARA, 2003). Neste aspecto, o ambiente laboral saudável representa uma conquista de bem comum para todos os associados.

Um bom trabalho em equipe depende também da qualidade das lideranças e de como são conduzidas as atividades, assim como da organização e divisão do trabalho.

Assim, os associados foram questionados quanto à existência ou não de liberdade, cooperação, divisão justa do trabalho entre homens e mulheres, resolução de conflitos, no ambiente laboral, por serem fatores importantes na qualidade do relacionamento entre as pessoas no ambiente de trabalho.

A solução de conflitos no ambiente laboral é um problema que vem sendo tratado por gestores em estudos de administração. Muitas vezes os conflitos são gerados por ausência de lideranças positivas e outras até mesmo pela instabilidade ou pelo baixo nível cultural dos envolvidos no ambiente de trabalho (VERGARA, 2003).

A teoria das necessidades considera que existe um sistema em forma de pirâmide, cuja base é formada pelas necessidades fisiológicas, seguidas das necessidades de segurança, representada principalmente pela estabilidade, as necessidades sociais que determinam a aceitação do indivíduo no grupo, as necessidades de estima, onde o indivíduo se vê e se avalia e, enfim, a necessidade de autorrealização que forma o topo da pirâmide.

Diante disso, percebe-se que a administração evolui e que gradativamente

vão se modificando as suas estruturas. Atualmente, a tônica da gestão de pessoas é o exercício da liderança que se caracteriza também em diferentes estilos influenciados por reações comportamentais.

Para Hunter (2004), liderança é a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente, visando atingir objetivos identificados como sendo para o bem comum. A habilidade pessoal mais importante de um líder é a capacidade de ajustar a sua liderança às necessidades dos seus liderados. Segundo Vergara (2003), não existe líder nato, pois ninguém nasce líder, é necessário desenvolver aprendizagem de liderança, definindo um estilo de liderança, e ao mesmo tempo adaptando o seu estilo de liderar de acordo com cada situação.

De acordo com Vergara (2003), os estudos das teorias de liderança evoluíram durante todo o século XX. A Teoria da Expectativa foi desenvolvida em 1964 por Victor Vroom e é baseada em uma visão econômica do indivíduo, vendo as pessoas como seres individuais com vontades e desejos diferentes relativos ao trabalho, fazendo com que tomem decisões, selecionando o que mais lhes cabe no momento. Busca explicar como as recompensas levam a determinados comportamentos focalizando estados cognitivos interiores que provocam a motivação.

Motivação, para ele, é uma força que propela o indivíduo para certo comportamento, é uma função multiplicativa, ou seja, a probabilidade subjetiva sentida de que aquele resultado irá ocorrer. Essa teoria definiu pressupostos sobre os comportamentos dos indivíduos nas organizações, sendo o comportamento motivado por uma combinação de fatores do indivíduo e do ambiente, onde os indivíduos tomam decisões sobre seu comportamento na organização, apresentam as suas necessidades, desejos e objetivos, decidindo alternativas de comportamentos baseados em suas expectativas de quando um determinado comportamento levará a um resultado desejado.

As teorias comportamentais contribuíram para solucionar conflitos nas organizações, pois se sabe que a mediação de conflitos é uma ação de liderança, que além de definir os meios para que os conflitos não impeçam a evolução e a produtividade, tem também a função de conduzir o grupo para a satisfação e a auto-realização.

A tabela 16 apresenta as impressões dos associados sobre o ambiente de trabalho. Foi solicitado nesta seção do questionário que os associados analisassem também a qualidade das relações de gênero no ambiente de trabalho, considerando

a possibilidade de que os associados pudessem apresentar algum fato ou razão para sobrepor questões de gênero dentro da Associação, tendo em vista que há um número maior de mulheres associadas.

Tabela 16 – Qualidade das relações no ambiente de trabalho

	Total de associados	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
No ambiente de trabalho há liberdade.	27 = 51%	17 = 53%	10 = 50%
No ambiente de trabalho há cooperação de homens e mulheres.	44 = 84%	29 = 90%	15 = 75%
No ambiente de trabalho há divisão justa de trabalho entre homens e mulheres.	24 = 46%	14 = 43%	10 = 50%
No ambiente de trabalho a divisão de trabalho é injusta entre homens e mulheres.	5 = 10%	02 = 6%	03 = 15%
No ambiente de trabalho os conflitos são resolvidos facilmente.	21 = 40%	14 = 43%	07 = 35%
No ambiente de trabalho os conflitos são de difícil resolução.	7 = 13%	06 = 18%	01 = 5%
Não solucionar os conflitos gera dificuldades de relacionamento e entrosamento na equipe.	13 = 25%	09 = 28%	04 = 20%

Fonte: LEAL, 2021

Embora 51% dos associados afirmem que há liberdade no ambiente de trabalho, não há como negar que se trata de uma afirmação contraditória, pois os mesmos afirmam que cabe aos gestores a gestão dos conflitos e descrevem um sistema de gestão paternalista.

Além disso, considera-se que a maioria (84%) dos associados considera haver cooperação no ambiente de trabalho, sendo que as mulheres consideram isso mais importante. Possivelmente isto se deve ao sistema de divisão do trabalho, pois elas permanecem mais tempo juntas nas ações dentro da associação. Mas a afirmação é que há cooperação entre homens e mulheres, decorrente de uma situação de respeito posta pelos gestores.

Os entrevistados afirmaram que os conflitos são resolvidos na diretoria, a partir do diálogo entre as partes. Se não há cooperação, gera-se o conflito e, neste aspecto, a solução já não depende dos associados, mas dos gestores da associação. O que caracteriza pouca autonomia emocional e organizacional por parte dos associados e um estilo mais paternalista de gestão. Trata-se de um aspecto a ser investido na qualificação profissional da associação.

Em relação à divisão justa de trabalho, menos da metade dos associados

considera ser esta a realidade, no entanto, é necessário compreender o porquê dos associados considerarem que a divisão é injusta. Entre aqueles que consideram ser justa a divisão, há maior presença de homens (50%) do que de mulheres (43%), mostrando a diferença de percepção entre ambos. Provavelmente isto se deve às relações internas da divisão dentro da associação, pois as mulheres atuam na parte interna, atuando na seleção de produtos na esteira ou na elaboração dos fardos, o trabalho pesado necessita de ações conjuntas, o que exige equilíbrio na divisão do trabalho para evitar que as associadas sejam fragilizadas no desenvolvimento de suas ações, os homens atuam na coleta na rua, na condução de caminhões, na operação de máquinas e empilhadeiras.

Os homens declaram que o trabalho pesado fica a cargo deles, as mulheres consideram-se discriminadas para desenvolver ações como a comercialização, dirigir caminhão ou operar máquinas dentro da associação, assim ao mesmo tempo que eles acham que é apropriado que as mulheres permaneçam no serviço interno, reclamam de ser responsáveis por serviços que exigem mais força.

Ao analisar as questões relacionadas à ocorrência de conflitos, os associados deixaram claro que estes acontecem com frequência natural num ambiente em que a convivência entre os associados é estreita. Menos da metade considera haver fácil resolução, mas quando o consideram são especialmente as mulheres. Conforme dados obtidos em entrevista, os conflitos entre mulheres se resolvem mais facilmente do que entre os homens, devido à capacidade de diálogo e a proximidade estabelecida no ambiente de trabalho.

Ao perguntar a respeito da existência de conflitos no ambiente de trabalho, a entrevistada Azaleia (64 anos) declarou que: *“ Eu acho que as “brigas”, os conflitos são normais, igual em todo lugar, têm fofocas, têm também competições entre as mulheres, que se exibem se compram algo, uma quer ser mais que a outra... e se acontece alguma discussão a gente é chamada pela diretoria para conversar e resolver a briga, a fofoca, no caso, o conflito...”* Percebe-se na declaração ter havido uma internalização de estereótipos sociais sobre as relações entre mulheres. A maioria dos participantes da pesquisa não considera que os conflitos sejam resolvidos com facilidade, porém não declararam perceber que isto cause impacto no entrosamento da equipe de trabalho.

Ao considerar que existe liberdade de ação no ambiente de trabalho, as mulheres apresentam uma percepção diferenciada de liberdade. Para elas, liberdade

significa tomar decisões de trabalho, sentindo-se livres para executar as atividades de maneira eficiente. No caso da associação, cada um é responsável por realizar bem o trabalho em busca de um resultado comum, satisfatório para todos.

O ambiente de trabalho estabelecido na ACARESTI demonstra ser um espaço de alteridade entre homens e mulheres, visto que, nas entrevistas e na observação existe camaradagem entre os associados de ambos os gêneros, mesmo porque há casais que atuam juntos como associados.

Percebe-se no discurso de mulheres entrevistadas uma crítica velada à condição dos homens no trabalho, especialmente quando elas afirmam que eles tomam mais medicamentos porque não aguentam o peso do trabalho e reclamam de dores. Fica implícita neste discurso a ideia de que os homens são mais fortes fisicamente e, por isso, devem realizar atividades que demandam mais força. As declarações de conflito existentes, a exemplo da citada na entrevista, indica que a divisão das atividades no ambiente de trabalho é pouco questionada pelos associados e não é considerada por eles como causa de conflitos.

A dúvida a respeito da representação do trabalho feminino não se limita a esta pesquisa. Silva (2011) apresenta em sua investigação, realizada em uma associação de mulheres catadoras na cidade de Presidente Epitácio – SP, o questionamento sobre a condição do trabalho feminino, indagando especialmente como as próprias mulheres percebem o seu trabalho.

Embora, se tenha tido importantes conquistas com relação à situação feminina nos espaços públicos, surge a necessidade de novas análises sobre a forma pela qual elas acontecem. Ao assumir esse pressuposto, pergunta-se: é possível falar em relações de gênero mais igualitárias dentro dos limites de trabalho na Associação estudada? Ou as práticas tradicionais de divisão sexual do trabalho ainda continuam a permear a vida e as atividades de mulheres e homens entrevistadas/os? (SILVA, 2011, p.102).

As questões da divisão do trabalho na ACARESTI, quase sempre estão relacionadas à questão de força e dos homens serem considerados mais fortes. No entanto, há funções que não demandam uso de força e que também não são delegadas às mulheres, como a função de vendedor da produção e de motorista, persistindo ainda a tradicional visão de que há função a ser exercida por homem e função a ser exercida por mulheres.

Vallin (2016), em seus estudos, apresenta uma análise da divisão sexual do trabalho na cooperativa das Rosas na Zona Leste de São Paulo, onde as mulheres recebem 5 reais por hora e os homens recebem 7 reais, tendo sido justificado pela

direção da cooperativa que os homens realizam trabalhos específicos como dirigir o caminhão. Isso demonstra que existe uma aceitação, até mesmo das mulheres, de que elas não são capazes de dirigir um caminhão. O relato de um fato assim demonstra que mesmo as mulheres desenvolvendo atividades que demandam o uso da força e sendo capazes de realizar outras funções como dirigir, comandar uma empilhadeira e outros comandos de máquinas, ainda existe a convenção de que se trata de um trabalho essencialmente masculino.

Embora os associados da ACARESTI não demonstrem preocupação com a divisão do trabalho entre homens e mulheres e não encarem que haja conflitos neste aspecto da organização de trabalho da associação, sabe-se que é uma questão social que se insere nas relações de trabalho de toda a sociedade. O fato de alguns cargos serem ocupados somente por homens é um fator que indica que a divisão do trabalho não está relacionada à capacidade das pessoas. Somente os homens operam as empilhadeiras, somente homens dirigem caminhão, somente homem atua na comercialização, conforme declarado pelo Gerente Geral em entrevista e pelos associados no questionário, mas isso não significa que no grupo de associados não existam mulheres que não sejam capazes de realizar estes afazeres.

Ao se pesquisar os cargos e funções, ficou claro que há uma rotatividade nas ações dentro da associação, principalmente nas ações que envolvem a produção dentro do galpão de seleção e armazenamento. Da mesma forma, ficou esclarecida a questão relacionada aos cargos de gestão da associação, conforme demonstra o organograma de funções já apresentado, todas as resoluções e atividades são discutidas em assembleias e definidas de acordo com o Estatuto social da ACARESTI.

Assim, coube investigar em quais cargos os associados prefeririam atuar na ACARESTI. Os resultados, na tabela 16, demonstram que, se pudessem escolher, dois participantes escolheriam a diretoria, 5 gostariam de participar do conselho fiscal, 16 declararam que gostariam de ser coletores de recicláveis e 4 coletores de lixo comum, 12 gostariam de trabalhar somente na triagem e 5 no enfardamento e, 8 associados disseram que não preferem nenhum destes cargos, declarando-se satisfeitos com o que fazem.

Há que se considerar que para desenvolver cargos de gestão é necessário incentivo da própria associação para que as associadas estudem e obtenham

capacitação para o exercício de cargos na diretoria da mesma.

Tabela 17 – Cargos que os associados gostariam de desempenhar

	Total de associados	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
Diretoria	2 = 3%	1 = 3%	1 = 5%
Conselho Fiscal	5 = 10%	1 = 3%	4 = 20%
Coletores de Recicláveis	16 = 30%	7 = 21%	9 = 45%
Coletores de Lixo Comum	4 = 8%	3 = 9%	1 = 5%
Triagem	12 = 23%	11 = 34%	1 = 5%
Enfardamento	5 = 10%	3 = 9%	2 = 10%
Nenhum destes	8 = 16%	6 = 18%	2 = 10%

Fonte: LEAL, 2021

Desfrutar cargos de gestão no sistema de organização por associação implica em desenvolver uma visão moderna de administração, pois não se trata de comandar empregados, mas de gerenciar um desenvolvimento que depende de todos por se tratar de bem comum, o que ideologicamente exige maior nível de compreensão e empatia com os companheiros de trabalho. Neste aspecto, a preferência dos associados por atividades de menor responsabilidade como a coleta e a triagem demonstra um nível de entendimento e de autoconhecimento dos associados.

O Gráfico 13 demonstra as aspirações dos associados da ACARESTI em relação à divisão de cargos dentro da Associação: 25% dos homens aspiram cargos de gestão e somente 6% das mulheres possuem a mesma aspiração. No entanto, por questões culturais e limitações de escolaridade, a maioria dos associados considera que essas tarefas demandam maior empenho. Outro fato característico é que 45% dos homens preferem atuar na coleta e declararam que o trabalho da coleta é menos estressante por estar em campo, ou seja, nas ruas.

O estudo comparativo demonstra que as mulheres não almejam cargos de chefia e se acomodam em funções que lhes satisfazem em termos de se manter associadas e conseguir manter as suas famílias. 20% dos homens gostariam de fazer parte do conselho fiscal. Há, portanto, uma diferença na pretensão de distribuição dos cargos e funções na ACARESTI entre homens e mulheres. 34% das mulheres declararam preferir atuar somente na triagem de recicláveis, o que nem sempre acontece, pois há rotatividade de funções no setor de produção de

reciclados. Curiosamente, uma das mulheres anotou no questionário que fiscaliza muito bem o material e que o material que não é higienizado compromete a qualidade de todos os fardos preparados e comercializados na ACARESTI, indicando que há uma percepção do valor do seu trabalho para a associação.

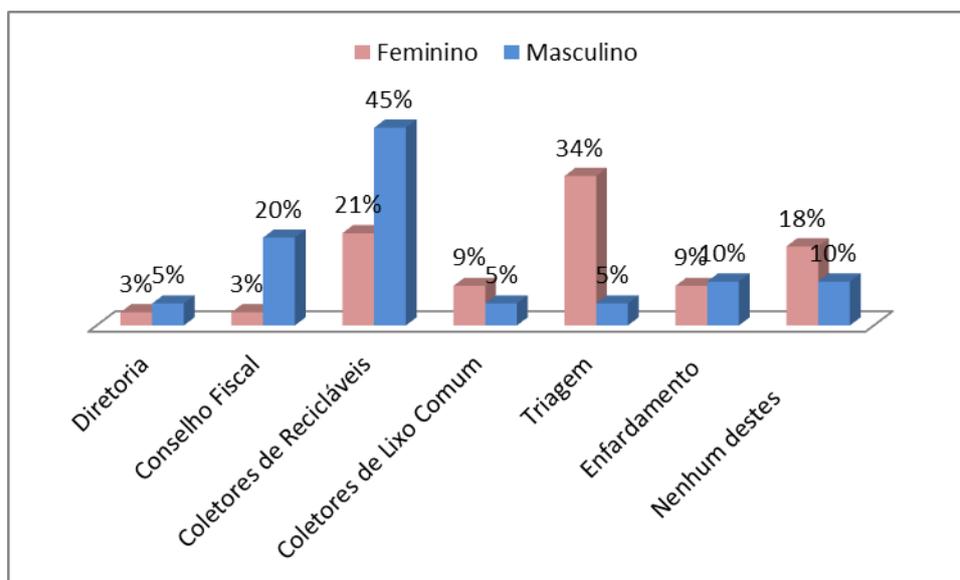


Gráfico 13 - Cargos e funções desejados pelos associados
Fonte: LEAL, 2021

O desenvolvimento do trabalho na área de reciclagem, em forma de associação, ainda é marginalizado em muitos contextos da sociedade. No entanto, mesmo que inconscientemente, esse espaço representa um local de lutas coletivas das mulheres em favor da manutenção da vida, pois para elas trata-se de um local de diálogo e de reprodução dos anseios de um grupo que busca reconhecimento social. No entanto, há que se considerar que isso só se torna realidade a partir do momento em que a organização associada permeia um contexto de igualdade de gênero (SILVA, 2011).

A respeito da visão sobre quem desempenha melhor certas tarefas na ACARESTI, se são os homens ou as mulheres, a tabela 17 apresenta os resultados. Ficou claro que a maioria dos associados considera que homens e mulheres podem desempenhar as funções e ocupar os cargos com a mesma competência, porém a questão proporcionou opção em que podiam expressar livremente a sua ideia a respeito do que consideram habilidades para o trabalho. Isso demonstra que há uma divergência subjetiva entre o que se verbaliza e o que se considera real no cotidiano de trabalho. Os resultados são apresentados em números, considerando o total de

respostas por permitir mais de uma resposta de cada participante da pesquisa, o que torna os percentuais confusos para o entendimento das respostas.

Tabela 17 – Visão sobre melhor desempenho de funções conforme gênero

	Feminino 32 (61%)		Masculino 20 (39%)	
	Homens -	Mulheres -	Homens -	Mulheres -
Diretoria	Homens - 4	Mulheres - 20	Homens - 20	Mulheres - 10
Conselho Fiscal	Homens - 15	Mulheres - 20	Homens - 16	Mulheres - 17
Coletores de Recicláveis	Homens - 18	Mulheres - 20	Homens - 20	Mulheres - 11
Coletores de Lixo Comum	Homens - 23	Mulheres - 12	Homens - 20	Mulheres - 3
Triagem	Homens - 7	Mulheres - 24	Homens - 13	Mulheres - 14
Enfardamento	Homens - 14	Mulheres - 19	Homens - 19	Mulheres - 12
Empilhadeira	Homens - 25	Mulheres - 11	Homens - 20	Mulheres - 0

Fonte: LEAL, 2021

Quando se trata de reconhecer-se como parte de um contexto, a maioria dos associados busca a igualdade, e apresentam uma percepção de que homens e mulheres desempenham bem suas funções independente de gênero, sendo os cargos e funções distribuídos na estrutura da associação ACARESTI.

No entanto, há um aspecto cultural intrínseco que demonstra que os homens consideram as mulheres incapazes para cargos de chefia, mesmo quando estas são mais bem preparadas e desenvolvem conhecimentos para tais funções. Na visão dos homens, as mulheres são frágeis para determinadas atividades, ecoando percepções culturais hegemônicas.

As mulheres declararam que os homens exercem melhor as funções de coletores de lixo comum e de empilhadeira. Consideram-se mais adequadas que eles para as funções de diretoria, conselho fiscal, triagem e enfardamento. Os homens se consideram mais adequados para a diretoria, para a coleta de lixo comum ou de recicláveis, para o enfardamento e não indicam as mulheres para operar a empilhadeira. Para as funções de conselho fiscal e triagem eles apontam que tanto homens como mulheres são adequados.

As afirmações realizadas nas respostas a esta questão sintetizam o empoderamento feminino diante da execução de tarefas, pois elas consideram-se capazes de desempenhar qualquer função dentro da associação ACARESTI. Mesmo assim, descartam a coleta de lixo comum e não têm acesso ao trabalho nas empilhadeiras, que acaba sendo direcionado apenas aos homens.

Entretanto, percebe-se que há uma contradição dos participantes da pesquisa, pois ao mesmo tempo em que afirmam existirem funções que não devem

ser desempenhadas por este ou aquele gênero, a maioria declarou que homens e mulheres possuem as mesmas habilidades e podem desempenhar qualquer função na ACARESTI com eficiência. Isso demonstra preconceitos intrínsecos na organização da sociedade, embora o politicamente correto seja considerar a igualdade, mesmo não acreditando que ela seja possível.

6.3 INTERFERÊNCIA DA DIMENSÃO DE GÊNERO NA RECICLAGEM

Para avaliar e apresentar uma noção do trabalho realizado pelos associados da ACARESTI na reciclagem de resíduos sólidos é fundamental que estes associados indiquem as suas impressões sobre suas realizações na associação. Assim, foi perguntado aos associados como é a sua visão a respeito do trabalho que realizam na ACARESTI apresentando adjetivos, causas e consequências deste trabalho. Foram usados na pergunta do questionário termos como prazeroso, elemento gerador de desgaste físico e mental, a utilidade social do trabalho, a contribuição para com o meio ambiente, a melhoria da qualidade de vida para si e sua família e o desenvolvimento de novas habilidades.

Os associados podiam marcar mais de uma resposta para o questionamento. Foi constatado que não consideram seu trabalho desgastante, mas o veem como oportunidade de vencer as dificuldades. As mulheres demonstram estar mais satisfeitas que os homens com o trabalho que realizam na associação.

A tabela 18 demonstra que 55% do total de associados considera que o trabalho realizado na associação é prazeroso, 20% acha que gera desgaste físico e mental, 60% indicam que se trata de um trabalho útil para a sociedade, 84% tem consciência de que se trata de uma ação que contribui para a preservação do meio ambiente, 78% acha que se trata de um trabalho que contribui para melhorar a qualidade de vida dos associados e de seus familiares e 65% declara que considera que seu trabalho já lhes ensinou novas habilidades.

O ambiente de trabalho é importante para manter os associados na produção da ACARESTI. Trabalhar com prazer, sem sofrer muitos impactos físicos e ter a certeza de estar em um trabalho essencial para a sociedade e que amplia a qualidade de vida familiar são aspectos que podem justificar a participação dos trabalhadores em suas atividades laborais.

Tabela 18 – Satisfação dos associados com o trabalho

	Total de associados	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
Prazeroso	29 = 55%	18 = 56%	11 = 55%
Gera desgaste físico e mental	10 = 20%	5 = 10%	5 = 25%
É útil para a sociedade	31 = 60%	19 = 60%	12 = 60%
Contribui para com o meio ambiente	44 = 84%	25 = 78%	19 = 95%
Propicia melhor qualidade de vida, tanto pessoal como familiar	41 = 78%	25 = 78%	16 = 80%
Meu trabalho me ensinou novas habilidades	34 = 65%	20 = 62%	14 = 70%

Fonte: LEAL, 2021

O trabalho prazeroso é reconhecido por 34% das mulheres e 21% dos homens. O desgaste físico e mental não preocupa os associados, somente 10% dos homens e das mulheres consideram o trabalho desgastante.

Entre as mulheres 36% delas consideram seu trabalho útil para a sociedade, comparado a 23% de homens que pensam o mesmo.

A ideia de que a reciclagem contribui para a conservação do meio ambiente é reconhecida por 48% das mulheres e 36% dos homens. Os associados consideram que o trabalho propicia melhor qualidade de vida, tanto para os trabalhadores quanto para seus familiares, sendo esta proporção de 48% para as mulheres e de 30% para os homens. A aprendizagem no trabalho foi declarada por 38% das mulheres, que consideram ter aprendido novas habilidades neste trabalho e 26% dos homens que reconhecem aprender novas habilidades no trabalho.

Parece que o discurso de utilidade social e valor ambiental da reciclagem tem grande importância para os associados, especialmente para as mulheres. Por outro lado, o trabalho tem se mostrado fonte de ganhos pessoais, como qualidade de vida e novas habilidades, também com predominância desta visão para as mulheres.

Para Silva (2011), o trabalho é uma ação de transformação da realidade, esse fazer envolve o mundo material e o subjetivo, onde cada sujeito constrói e reconstrói o mundo onde se insere a sua convivência. Além de promover a realização de novas ideias e objetivos, este trabalho possibilita desenvolver novas relações sociais no espaço de produção, permitindo reconhecimento social e profissional.

O gráfico 14 compara a visão dos associados, evidenciando que as mulheres demonstram mais satisfação que os homens em relação ao trabalho desenvolvido na ACARESTI.

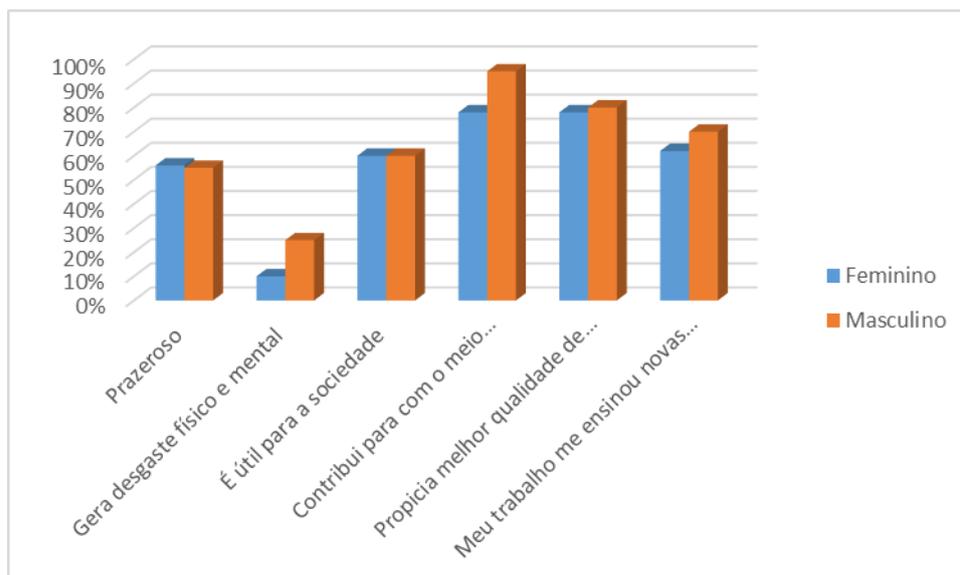


Gráfico 14 – Como os associados reconhecem o seu trabalho

Fonte: LEAL, 2021

O trabalho em atividades da cadeia de reciclagem de resíduos sólidos é considerado insalubre, pois é necessário manusear materiais que podem representar risco para a saúde dos coletores e recicladores. Entretanto, embora possam ocorrer acidentes, surgir doenças causadas pelo manuseio dos resíduos sólidos, quando perguntados sobre os problemas enfrentados no trabalho, os associados consideram como maior problema o preconceito social em relação à profissão. Também apontam a falta de reconhecimento da sociedade e do poder público.

De acordo com Coelho et al. (2016), em pesquisa com mulheres catadoras de uma cooperativa de recicladores no Rio Grande do Sul, observou-se que as catadoras vislumbram os sentidos positivos do trabalho que realizam. Trabalhando em forma de cooperadas, acabam sendo desprovidas de seus direitos sociais, sem contudo, deixar de vislumbrar a importância de seu trabalho. Assim, compreende-se que este é um dos motivos que as fazem permanecer na profissão, ou seja, o sentido que o trabalho tem em suas vidas.

Para as atividades laborais é preciso utilizar EPIs, visando à proteção individual dos associados, além de ter sido necessário em 2020 institucionalizar o uso de máscaras anticovid-19, o que causou incômodo aos trabalhadores que encontraram dificuldade em adaptar-se ao novo equipamento de proteção.

Alguns associados declaram não haver problemas no trabalho, mas há unanimidade em afirmar que um problema comum é a discriminação e preconceito

com catadores, além da população não contribuir com a separação correta dos resíduos.

Os resultados e porcentagens deste questionamento entre os associados para esta questão, demonstram que 23% dos associados declararam que temem o adoecimento, os acidentes de trabalho, especialmente os causados pelo manuseio de resíduos sólidos, pois em caso de doença os associados não podem trabalhar e deixam de ganhar o seu sustento.

O preconceito pela profissão que desenvolvem é temido por 38%. Sabe-se que todo trabalho possui um cunho social que conduz ao reconhecimento, mas nem sempre isso passa pela realidade dos associados no setor de produção que coleta e seleciona os reciclados.

O salário da associação resulta do percentual trabalhado e da produção dos associados, somente 4% dos participantes da pesquisa declararam que consideram como problema a baixa remuneração, isso demonstra que estão conscientes que a produção depende diretamente das suas ações na coleta, seleção e comercialização dos resíduos sólidos.

O reconhecimento social é uma preocupação de 25% dos associados, que prezam pelo reconhecimento tanto da sociedade quanto do poder público. O trabalho realizado é importante para preservação ambiental, porém trata-se de um fazer insalubre que pode colocar em risco a saúde dos trabalhadores. Os associados não parecem ter ciência dessa insalubridade, pois somente uma mulher declarou temer a insalubridade.

O uso de equipamentos de proteção individual não parece ser uma preocupação para os associados, somente um homem e uma mulher declararam ter dificuldade no uso destes equipamentos. No entanto, em relação ao uso de máscaras de proteção anticovid, 36% das mulheres e 18% dos homens declaram ter dificuldades. Além disso, 15% das mulheres e 10% dos homens declararam que não têm problemas em relação ao trabalho na reciclagem, porém 6% dos homens temem a falta de comprometimento da sociedade no desenvolvimento da coleta seletiva, pois este é um problema que necessita ser solucionado para que se torne um hábito social.

Uma das maiores preocupações de homens e mulheres está relacionada ao preconceito que estes homens e mulheres sofrem socialmente, por estarem ligados à atividade de coleta e seleção de resíduos sólidos para reciclagem. Percebe-se que

eles tendo consciência de seu papel na conservação do meio ambiente, conseguem ver o preconceito com mais clareza e se revoltar e resistir a aceitar passivamente.

As mulheres associadas preocupam-se com o uso da máscara anticovid, pois a consideram sufocante e desconfortável. As doenças preocupam porque quando elas não podem trabalhar elas também deixam de ganhar e a ausência de reconhecimento social é preocupante para elas, pois elas sabem da importância do trabalho que realizam para a melhoria da sociedade. Para 40% dos homens, a maior preocupação é a falta de reconhecimento da sociedade e do poder público para com os catadores e recicladores.

O gráfico 15 compara a preocupação com os problemas de homens e mulheres, com destaque para a falta de reconhecimento da sociedade e do poder público para com os catadores e os recicladores.

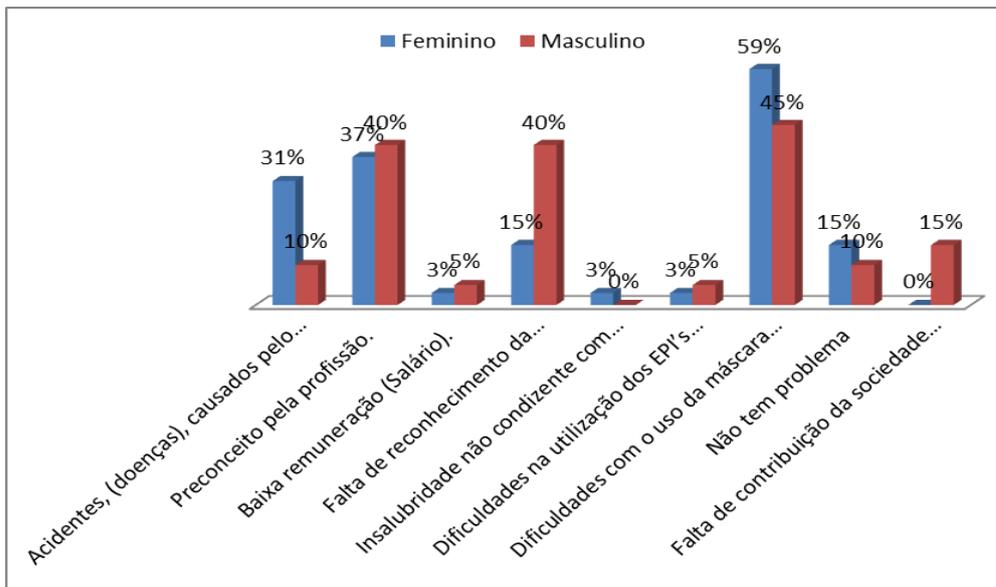


Gráfico 15 – Problemas mais preocupantes para os associados

Fonte: LEAL, 2021

Analisando as maiores preocupações das mulheres, percebe-se que podem ser controladas as ocorrências de acidentes e prevenidas doenças decorrentes das atividades realizadas e também o incômodo causado pela máscara anticovid-19, pois se trata de uma situação recente e que necessita de adaptação, porém o preconceito pela profissão causa ressentimento entre as mulheres, sendo este um fator a ser melhor trabalhado pela instituição ACARESTI.

Ao tratar a questão do trabalho feminino no contexto da reciclagem, Silva (2011) pontua:

[...] entende-se que essas mulheres estão ressignificando o conceito de trabalho, atribuindo importância para uma atividade que, historicamente foi e ainda continua a ser desprezada e, mesmo, pouco considerada como trabalho, devido à situação de rejeite utilitário e de desprestígio social para quem faz uso diário do que é tido como obsoleto (SILVA, 2011, p.101).

A coleta seletiva no ambiente doméstico é vista pelos associados como o início da reciclagem e eles sabem da importância de realizar essa ação. Assim, 98% dos associados afirmam que realizam a coleta seletiva em casa e que ao selecionar adequadamente e realizar a higienização correta destes resíduos estão valorizando seu próprio trabalho. Quando a higienização não é realizada ocorre o comprometimento da qualidade dos resíduos destinados à reciclagem.

Quanto à realização da coleta seletiva em casa, no questionário os associados apresentam a necessidade de dar o exemplo, para que as outras pessoas executem a seleção dos resíduos que podem ser reciclados, somente um homem afirmou sem muitos detalhes e pouca interação com a pesquisadora, não realizar a reciclagem no ambiente doméstico por não se sentir motivado para isto.

A inserção da condição de associado na ACARESTI interferiu e impactou a vida de todos os associados. As mulheres consideram que a associação contribuiu para melhorar a sua qualidade de vida, ajudou a melhorar a vida financeira, o que permite maior segurança social. Os homens consideram que seu trabalho é bom, melhorou a sua qualidade de vida e permite ganhar o sustento da família.

A ACARESTI possui um estatuto que denomina em seus artigos 2º e 3º as finalidades da Associação, descrevendo como primordiais as suas finalidades de inclusão social; de defesa dos direitos humanos, fundamentais e sociais; de proteção do patrimônio cultural, da dignidade humana e do trabalho decente, promovendo a alimentação, habitação, saúde, lazer, educação, equidade de gênero, proteção ao meio ambiente; além de prestar assistência social. Visa ainda garantir a segurança alimentar, o desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza.

Em entrevista para esta pesquisa, ao abordar as questões sociais, o Gerente Geral afirmou:

Participamos de Campanhas como Outubro Rosa, Setembro Amarelo e outros, ou incentivo até na questão de falta aos estudos, de aperfeiçoamento, de grau de escolaridade, são basicamente desenvolvidas pelas Secretarias de responsabilidade do Município. Quando tem uma campanha nesse sentido a própria Secretaria de Saúde, por exemplo, traz seu pessoal para conversar com o nosso grupo de trabalho sobre saúde, uso dos EPIs, saúde da mulher, campanhas são aproveitadas porque se

trata de um coletivo né, como importância de prevenção de doenças, manter as vacinas em dia, etc. (DARLEI,2020).

Ao impactar a vida dos seus associados, a ACARESTI promove a valorização pessoal de cada indivíduo, o que pode ser percebido pelas respostas da tabela 25.

Ao conhecer as habilidades desenvolvidas conforme as declarações do grupo de associados que participou da pesquisa compreende-se que 100% declarou que aprender a selecionar melhor os resíduos domésticos em sua própria casa, 92% dos associados indicam que ampliaram suas amizades, 86% declararam que desenvolveram melhorias na sua educação ambiental, 73% declararam que seu trabalho contribuiu para que aprendessem a tomar decisões rápidas, 71% declararam que desenvolveram autoconhecimento, 61% declararam que melhoraram sua comunicação verbal, 53% desenvolveram autocuidado, passaram a cuidar melhor de si mesmos, 53% melhoraram seu desenvolvimento físico, 51% melhoraram sua coordenação motora, 42% melhoraram seu raciocínio e sua memória, 36% aprenderam sobre vendas e negociações, 34% aprenderam a mediar conflitos, 28% despertaram interesse em voltar a estudar e 6% aprenderam a ler e escrever depois que entraram na associação.

É importante perceber que os associados identificam o desenvolvimento de habilidades decorrentes do exercício profissional no ambiente da ACARESTI. O desenvolvimento de autoconhecimento e autoestima é uma afirmação da maioria dos associados, sendo que 85% dos homens e 62% das mulheres declararam que o seu trabalho na associação contribuiu para melhorar a visão que tinham de si mesmos e que passaram a se valorizar mais.

Um dos aspectos que contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos associados é a ampliação do círculo de amizades, sendo que 96% das mulheres e 85% dos homens consideram ter feito muitas amizades no trabalho. Além disso, 25% das mulheres e 50% dos homens declaram ter adquirido a habilidade de solucionar conflitos no ambiente laboral através da convivência em grupo.

O trabalho na reciclagem contribuiu, especialmente, para que se sentissem mais educados ambientalmente. O trabalho influencia para a valorização de se manter o ambiente conservado e livre de materiais que possam contaminar o solo ou que tenham longo tempo de vida se descartados na natureza. Isso decorre da valorização dos recursos que podem ser reciclados e transformados em novos materiais, retornando à cadeia de produção. 90% das mulheres e 80% dos homens

que atuam na ACARESTI declararam que desenvolveram hábitos ambientalmente educados a partir do trabalho realizado na associação.

Os associados foram questionados sobre a necessidade de retornar aos estudos, mas somente 21% das mulheres e 40% dos homens declararam que sentem o desejo de estudar novamente. O estudo pode conduzir a uma mudança de postura em relação ao trabalho, seja na vida pessoal ou na laboral, pois pode trazer muitos benefícios para o ambiente de trabalho e proporcionar oportunidades de melhorias para todos, mas percebe-se que os homens tem melhor visão desse fazer do que as mulheres. Talvez pelo fato das mulheres serem mais velhas, possuírem filhos, netos e serem responsáveis pelos cuidados domésticos e pelo sustento da família, pois no quesito idade, a maioria dos homens são mais jovens.

O desenvolvimento da autoestima passa necessariamente pelo autocuidado: 46% das mulheres e 65% dos homens declararam que o trabalho contribuiu para desenvolver mais os hábitos com cuidados pessoais. Isso pode ser influenciado pelo ambiente e pela conscientização da necessidade de não se contaminar com os resíduos reciclados.

O trabalho na reciclagem requer o desenvolvimento físico, pois demanda o uso de força tanto na coleta quanto na seleção e armazenamento dos materiais, além disso há necessidade de se desenvolver a atenção e a coordenação motora, especialmente para o trabalho de seleção, assim 56% das mulheres e 45% dos homens apontam que ampliaram a coordenação motora, 53% das mulheres e 55% dos homens indicam que aumentaram a força física no trabalho.

O desenvolvimento de habilidade de comercialização pode ser um diferencial, pois envolve desempenho de boa memória e raciocínio conforme declarado por 46% das mulheres e 35% dos homens. A rapidez na tomada de decisão é indicada como uma habilidade desenvolvida por 71% das mulheres e 75% dos homens e o desenvolvimento de comunicação verbal foi melhorado para 62% das mulheres e 60% dos homens. Entretanto, somente 31% das mulheres e 45% dos homens aprenderam a realizar vendas e negociações a partir do trabalho na associação.

Durante a aplicação do questionário houve dificuldades de interpretação por parte dos associados, dado o nível de alfabetização dos participantes, levando à demora para responder aos questionamentos. Quando se trata de escolaridade percebe-se que a mudança é lenta e a necessidade é premente. Somente 3% das mulheres e 10% dos homens declararam ter aprendido a ler e escrever depois de se

associar.

Os saberes promovidos pela leitura e escrita podem se tornar um diferencial na ACARESTI. Uma população alfabetizada pode adquirir poder de decisão, equilibrar as ações e promover a equidade no ambiente de trabalho.

Entre as habilidades desenvolvidas após tornarem-se associados, foi unânime a relação dos associados com a seleção dos materiais recicláveis no ambiente doméstico: 98,7% dos homens e mulheres declararam que passaram a separar melhor os resíduos em suas próprias casas, sendo este um fator que reflete a importância dada ao seu trabalho.

Neste aspecto, a ACARESTI influencia a vida dos seus associados e gera mudanças substanciais que promovem os aspectos humanos e sociais das suas relações, pois incentiva a manter uma relação saudável com o meio ambiente, motiva a valorização da atividade de coleta seletiva e desperta a busca por melhoria na qualidade de vida, especialmente no quesito moradia, que recebe incentivo direto do poder público.

Para compreender como a ACARESTI impacta na vida das pessoas e que perspectivas esta mesma associação apresenta aos seus associados, foi perguntado o que cada um espera para o futuro, apresentando como alternativas a valorização da profissão, uma remuneração maior e adequada às necessidades dos trabalhadores, aumento da autoestima, incentivo para voltar aos estudos, capacitação para aprender uma outra profissão, expectativa de melhores condições de trabalho e a perspectiva de mudar de emprego.

Em observações abertas no questionário, duas mulheres declararam que gostariam de mudar de emprego, uma deseja ser vendedora e outra quer criar um negócio próprio. Cerca de 65% dos homens justificaram que gostariam de estudar e mudar para atividades mais reconhecidas, dois declararam que gostariam de atuar na área de gestão e outros dois desejam operar máquinas.

Assim, a tabela 19 traz os resultados em relação às expectativas futuras.

Tabela 19 - Expectativas dos associados em relação ao futuro

	Total de associados	Feminino 32 (61%)	Masculino 20 (39%)
Valorização da profissão	47 = 90%	28 = 87%	19 = 95%
Maior remuneração (salário)	38 = 73%	24 = 75%	14 = 70%
Aumento da autoestima	38 = 73%	23 = 71%	15 = 75%

Voltar aos estudos	19 = 36%	6 = 18%	13 = 65%
Aprender uma outra profissão	23 = 44%	9 = 28%	14 = 70%
Melhores condições de trabalho	24 = 46%	13 = 40%	11 = 55%
Mudar de emprego: QUAL?	8 = 16%	4 = 12%	4 = 20%

Fonte: LEAL, 2021

A análise dos resultados para as expectativas dos associados e suas perspectivas futuras demonstra que os homens externalizam maiores expectativas.

É de se notar que as expectativas mais presentes e mais altas para o conjunto de associados estejam ligadas ao *reconhecimento* (valorização profissional, melhor remuneração e autoestima). Secundariamente, em percentuais quase pela metade dos anteriores, encontram-se expectativas que levariam a mudanças profissionais maiores (estudos, nova profissão, melhores condições de trabalho ou novo emprego).

Quando comparados os gêneros, fica nítida a diferença na natureza das expectativas. Para as mulheres, os aspectos relacionados ao reconhecimento são expressivamente mais importantes que os outros. Para os homens, a distribuição entre as várias opções é mais homogênea. E para ambos, o desejo por mudar de emprego é minoritário.

Considerando individualmente cada tipo de expectativa listada, temos que 95% dos homens têm como expectativa a melhoria salarial em comparação com 87% das mulheres que apresentam essa mesma preocupação; 70% dos homens e 75% das mulheres gostariam de ver mais valorizada a profissão; 75% dos homens e 71% esperam ter aumento da autoestima; 65% dos homens pretendem voltar a estudar, mas só 18% das mulheres afirmam que desejam voltar a estudar; 70% dos homens desejam aprender uma nova profissão em comparação com apenas 28% das mulheres; entre os homens, 55% desejam melhores condições de trabalho e 40% das mulheres demonstram essa expectativa; 20% dos homens desejam mudar de emprego e somente 12% das mulheres desejam realizar mudança desse tipo. Observando este conjunto de informações, pode-se concluir que as mulheres reivindicam melhores condições de trabalho, porém desejando permanecer na associação, enquanto os homens possuem desejo de mudança. As mulheres têm expectativas em relação remuneração um pouco maiores do que com a ampliação de sua autoestima, podendo indicar ser a sobrevivência aspecto chave para sua permanência na associação.

Silva (2011) pontua que as mulheres pesquisadas na cooperativa de

recicladoras de Presidente Epitácio - SP negam a construção social que reproduz a mulher como frágil e dócil, fazendo questão de se mostrarem fortes para o trabalho e perseverantes no seu fazer diário. Os homens que atuam na mesma cooperativa se autodenominam provedores e chefes de família e não permanecem no mesmo setor de produção. Quando surgem oportunidades de emprego eles debandam, especialmente por estarem em busca de seguridade social. A presente pesquisa encontrou resultados similares, havendo maior motivação entre os homens para a mudança profissional e maior tendência à permanência no atual trabalho por parte das mulheres.

6.4 EM SÍNTESE, AS MOTIVAÇÕES

A pesquisa realizada na ACARESTI demonstra haver, de modo geral, satisfação dos associados em relação ao trabalho e à forma de organização em relação às parcerias que a Associação estabelece na sociedade. Isto também decorre também da forte participação do poder público municipal no desenvolvimento de programas sociais que beneficiam os associados, especialmente no quesito moradia e assistência social. Além disso, a parceria com empresas, como a Itaipu Binacional, traz certa tranquilidade no amparo às famílias que atuam na coleta seletiva.

Durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020, houve o fechamento dos setores de produção, o que afetou diretamente a coleta seletiva. Seja pelo risco de contaminação, seja pelo tempo de quarentena, que eram submetidos os resíduos, os recicladores tiveram suas atividades afetadas. Isso mereceu uma intervenção social junto a estas famílias que passaram a receber cestas básicas como auxílio para sobreviver à crise gerada pela pandemia.

Embora os associados sejam desprovidos de seguridade social trabalhista, encontram amparo na assistência social do poder público do Município de Santa Terezinha de Itaipu. Isso garante e motiva a permanência na atividade de coleta e separação de resíduos sólidos.

Para as mulheres que atuam na ACARESTI, a atividade de coleta e separação parece dever-se sobretudo à necessidade de meios para se autosustentar e à sua família. Elas representam uma camada social desprovida de escolaridade, em idade mais avançada, que vêm sendo excluída do mercado formal

de trabalho.

Em relação aos aspectos econômicos, o trabalho na associação corresponde a uma oportunidade de ganhos seguros que permitem realizar a manutenção de provimentos e a oportunidade de obter moradia e participar dos programas sociais do município. Neste aspecto, pode-se considerar que a ACARESTI contribui para o desenvolvimento socioeconômico apresentando perspectivas de evolução pessoal de seus associados.

Os documentos como o estatuto e o regimento interno da ACARESTI demonstram que o surgimento da associação e o desenvolvimento da reciclagem desde a fundação da mesma contribuiu para afastar os catadores do lixão e conseguiu organizar a coleta seletiva no município de Santa Terezinha, proporcionando melhoria da qualidade de vida para os catadores. Além disso, a atuação da associação vem contribuindo para o desenvolvimento social dos trabalhadores da reciclagem, que, segundo informam no questionário, recebem assistência da prefeitura e de empresas conveniadas à associação para o desenvolvimento de suas atividades, além de contar com a preferência nos programas sociais do município, como financiamento de moradia, com preferência para as mulheres que chefiam e mantêm suas famílias, adequação do horário de trabalho para que as mães possam dar assistência aos filhos que ficam na creche ou que estudam. As muitas atividades descritas representam a preocupação da associação com o bem estar social de seus associados.

As questões que investigaram a percepção das mulheres a respeito da divisão de trabalho na associação indicam que elas não percebem nenhum tipo de discriminação, embora a distribuição de cargos e funções destine até agora alguns cargos como exclusivamente masculinos, como motorista, operador de máquina e de empilhadeira. No entanto, a maioria das mulheres afirma ser tão capaz quanto os homens de poder desempenhar qualquer função dentro da associação, mesmo havendo uma participação menos expressiva das mulheres na gestão da instituição. Ou seja, apesar de objetivamente as mulheres não participarem de todos os espaços de trabalho da ACARESTI, se sentem em condições de fazê-lo, caso desejem. Provavelmente, esta percepção é que as faz não se sentirem discriminadas, indicando provavelmente um clima organizacional favorável à ampliação da equidade de gênero.

Foi investigado se o alto índice de envolvimento das mulheres no trabalho de

reciclagem é influenciado pela baixa escolaridade, pela vulnerabilidade social ou pela falta de emprego no mercado. A reciclagem não é considerada uma atividade essencialmente feminina, mas em todas as cooperativas e associações pesquisadas para a elaboração deste estudo as mulheres são a maioria. A atividade de reciclagem implica em coleta, seleção, enfardamento, armazenamento e comercialização do material reciclável.

Mesmo sendo maioria, ainda, as mulheres da ACARESTI são minoria na participação da gestão da associação e a distribuição de cargos e funções é mantida pelos gestores em sistema de rodízio, agregando as mulheres nas ações de coleta, seleção, enfardamento, e estabelecendo para os homens as funções tradicionalmente vistas como masculinas, como a operação de empilhadeiras, máquinas e direção de veículos. Provavelmente, a organização do sistema de gestão da associação ainda precise ser melhor entendida pelas mulheres associadas a fim de permitir que estas venham a participar mais ativamente da gestão da ACARESTI.

De modo geral, os dados coletados por meio de questionário, entrevistas, observação e análise documental permitiram compreender a razão das mulheres serem maioria entre os trabalhadores da associação, assim como conhecer o que elas pensam de seu trabalho e como este trabalho influencia na sua vida e no seu desenvolvimento pessoal, profissional e social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS, UM BALANÇO

As questões relacionadas a gênero são atualmente um aspecto relevante das relações sociais a ser pesquisado, especialmente, quando se trata de grupos vulneráveis e da organização social do trabalho. Atualmente, evidencia-se a desigualdade de gênero em diferentes setores da sociedade, o que torna mais importante compreender a razão de haver mais mulheres que homens envolvidos no trabalho de coleta e reciclagem na Associação ACARESTI, de Santa Terezinha de Itaipu. Tal intenção conduziu a uma investigação dos aspectos sociais, econômicos, culturais, ambientais, de gênero e desenvolvimento pessoal dessa população envolvida na associação.

A pesquisa desenvolvida com os associados da ACARESTI teve como objetivo, portanto, compreender as principais razões que as mulheres têm para desenvolver o trabalho de coleta e reciclagem na Associação, considerando aspectos sociais, econômicos, ambientais, de gênero e de desenvolvimento pessoal.

Para isso, foram realizadas visitas à Associação, observação das atividades e relacionamento entre os associados e os gestores, entrevistas e questionários, além de analisar documentos da Associação.

Nesse percurso, houve algumas dificuldades para a coleta de dados, aqui relatadas para compreender os limites e impedimentos neste universo que é tão próximo e, ao mesmo tempo, tão distante da nossa realidade de pesquisadores. Foi necessário agendar horários que não comprometessem o trabalho dos garis e coletores quando foi aplicado o questionário como pré-teste para determinar o entendimento das questões e se haveria necessidade de realizar ajustes.

No desenvolvimento deste processo houve necessidade de conquistar a confiança dos associados e sucessivamente aplicar o questionário, atingindo desde a diretoria até os demais cargos. Muitos associados demonstraram timidez e vergonha por serem semianalfabetos e ter dificuldades quanto ao entendimento das questões, necessitando da ajuda da pesquisadora para interpretar e responder, além de também demonstrar medo diante do novo, agravado por estarmos vivenciando um tempo de pandemia de Covid-19. O *lockdown* implicou prazo prolongado para fazer a aplicação dos questionários.

Além disso, houve atrasos pela dificuldade para atingir todos os associados de uma só vez para aplicação dos questionários, pois os motoristas e coletores de

resíduos possuem horários diferenciados e, muitas vezes, saem da Divisão de Obras Municipal e não diretamente da Associação, além de haver alguns turnos que se iniciam na madrugada. A presença da pesquisadora, inicialmente, gerou desconfiança neste ambiente, pois alguns associados imaginavam que a pesquisadora estava a mando da Prefeitura de Santa Terezinha de Itaipu para vigiar e vistoriar os mesmos.

No contexto de pandemia, os resíduos devem ficar 72 horas armazenados, para evitar contaminação de Covid-19, alterando a rotina de trabalho dos associados, e conseqüentemente, havendo necessidade de encontrar alternativas para ir até a associação. A exigência de distanciamento social fez com que a aplicação dos questionários fosse realizada em várias etapas, pois havia um número restrito de pessoas permitidas na sala de reunião. Seguindo as normas e protocolos, a pesquisadora foi mais vezes do que o planejado para realizar a coleta.

A dificuldade em dialogar com associados devido ao uso da máscara e de entender o que diziam, ao mesmo tempo em que eles precisavam entender a pesquisadora, a vergonha e receio de alguns em manusear as folhas do questionário e sujá-las, pois os mesmos se sentiam desconfortáveis mesmo lavando as mãos, a pressa em responder ao questionário e voltar logo às funções, sendo que alguns não seguiam as explicações de cada questão, não acompanhavam a pesquisadora na explanação e instrução quanto às respostas, todos estes fatores geraram dificuldades e alguns desconfortos de ambas as partes.

Contudo, apesar das dificuldades relatadas, todos os catadores(as) preencheram o questionário, ainda que em sessões de aplicação diferentes.

Considerando os prazos de execução da pesquisa anteriormente estabelecidos, ocorreu um atraso inevitável pela situação pandêmica. Além disso, houve dificuldade na coleta de dados pela capacidade interpretativa dos associados em relação aos questionamentos, sendo necessário que a pesquisadora estivesse presente em todas as sessões de aplicação do questionário, resolvendo dúvidas quanto ao preenchimento e orientando quanto ao sentido das perguntas.

Após concluir a tabulação dos questionários, houve a necessidade de complementar dados com entrevistas, a fim de esclarecer algumas informações. Por fim, outro acontecimento contribuiu para dificultar a pesquisa, pois a pesquisadora foi positivada com Covid-19, ficando em quarentena e prolongando então o período de aplicação da entrevista.

Apesar das dificuldades, os dados mostraram-se ricos e significativos. Embora a atividade de coleta seletiva seja vista pela sociedade de forma discriminatória, há entre os associados a consciência do valor de seu trabalho para o meio ambiente e para a sociedade em geral. Desta forma, percebeu-se que esta atividade é permeada pelo senso de dignidade dos trabalhadores envolvidos e contribui para a inclusão social dos associados, garantindo a subsistência de mais de cinquenta famílias de Santa Terezinha de Itaipu.

Foi investigada a divisão sexual do trabalho na ACARESTI, em busca de compreender como as mulheres percebem as suas ações dentro da Associação, pois se trata de uma cadeia produtiva que, em muitos lugares, explora a força de trabalho feminino sem vínculo trabalhista, e com a remuneração conforme os resultados de produção da associação. Neste aspecto, a ACARESTI mantém as mulheres regularmente em seu quadro de associados e a divisão do trabalho ocorre em consenso com as mulheres que lá atuam. Apesar disso, há funções que se destinam exclusivamente aos homens, como ser o motorista do caminhão, coletor, negociador, gestor e operador de máquinas, ficando para as mulheres o trabalho de seleção, esteira e enfardamento dos resíduos coletados.

A maioria das mulheres que atuam na ACARESTI são responsáveis pela chefia de sua família e têm neste trabalho uma oportunidade de prestar assistência aos filhos menores e familiares dependentes devido à flexibilidade de horário e aos programas assistenciais da Prefeitura e às políticas públicas destinadas à proteção da mulher.

Pelas observações realizadas, aparentemente não há *conflito* que envolva a dimensão de gênero na ACARESTI, além haver casais em que os dois são associados, e não foi declarado nenhum tipo de discriminação. A Associação também não apresenta disparidade salarial entre homens e mulheres, pois o pagamento dos associados é realizado por produção, mulheres que não perdem horas de trabalho conseguem inclusive receber salários maiores.

A diferenciação existente entre homens e mulheres que ficou evidente foi a distribuição de cargos, pois os homens são a maioria no conselho gestor da associação e também cabem-lhes funções de motorista, comercializador de reciclados, operadores de máquinas, mesmo as mulheres afirmando que também se sentem capazes de exercer estas funções.

A hipótese de que o trabalho na coleta seletiva, quando organizado em

cooperativa ou associação, contribui para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores que se dedicam a executá-lo, no caso da organização da ACARESTI, foi comprovada, pois seus associados demonstram-se satisfeitos, há vários associados que declararam já ter construído a casa própria e ter obtido bens com seu trabalho.

O espaço de trabalho mostrou ser importante para a socialização dos associados, que declaram ter aprendido muito, especialmente a separar os resíduos domésticos, a valorizar o meio ambiente e a se relacionar no ambiente de trabalho depois de ingressar neste fazer profissional e ter ampliado suas relações com outras pessoas, melhorando também sua autoestima.

Desde o início da pesquisa, havia a hipótese de muitas mulheres serem provedoras de suas famílias e terem na ACARESTI o único ganho. Por ser uma questão de vulnerabilidade social, a Associação consegue auxiliar estas mulheres incluindo-as em programas sociais do município, de empresas parceiras e em políticas públicas de assistência, mesmo durante a pandemia quando os seus ganhos ficaram escassos pela impossibilidade de se desenvolver a coleta seletiva com segurança.

A flexibilidade de horário de trabalho e o acesso a entidades educativas que se responsabilizam pelo cuidado das crianças dependentes destas mulheres proveem a segurança e o atendimento aos menores enquanto as mães associadas trabalham.

Segundo as trabalhadoras, se houver conflitos interpessoais em geral, estes são mediados pelos gestores e solucionados.

A investigação não demonstra existência de discriminação de gênero, exceto no nível cultural, no ambiente de trabalho, pois embora haja cargos e funções específicas para os homens e isto não represente diferença salarial, afeta a forma como os associados trabalham.

Um importante aspecto levantado é a questão da seguridade social dos associados, pois estes não possuem registro trabalhista e não contribuem para o sistema previdenciário, o que torna importante desenvolver ação interna entre associados para promover o planejamento e reserva previdenciária e, até mesmo, plano de assistência à saúde, garantindo maior segurança e diminuindo a vulnerabilidade trabalhista.

Evidenciou-se a importância para os associados da camaradagem, da

segurança de moradia, do amparo para prover as necessidades da família, de não depender de transportes para acessar ao trabalho, sendo fatores que os aproximam ainda mais da associação. Mas há fatores que os fazem demonstrar preocupação, como as doenças, acidentes de trabalho, o uso de equipamentos de proteção e o preconceito que enfrentam na sociedade, que além de não colaborar na seleção dos resíduos, discrimina os trabalhadores que atuam na coleta e reciclagem de resíduos.

Um dos aspectos importantes em pesquisas desenvolvidas em grupos tão heterogêneos é que as informações não se esgotam, sendo importante a realização de outros estudos a fim de enriquecer a investigação sobre os aspectos sociais das associações de coletores seletivos e recicladores.

Um estudo que pode complementar esta pesquisa está relacionado ao desenvolvimento de meios de evitar que estes trabalhadores cheguem a uma situação de vulnerabilidade social irreversível quando alcançarem uma idade avançada, ou que sejam impedidos por motivos de saúde de atuar na coleta e não encontrem amparo de seguridade social. Para propor políticas públicas ou mesmo medidas administrativas no ambiente profissional dos catadores e catadoras, é necessário investigar como os associados se referem a esta questão, qual a percepção têm sobre o futuro como associado e sem amparo de leis trabalhistas.

Por tudo o que foi estudado, percebe-se que os associados ainda necessitam desenvolver conhecimentos sobre a cadeia de reciclagem para estabelecer uma relação voltada para a conservação do meio ambiente. Seria interessante nesse sentido oferecer atividades informativas, tais como oficinas, cursos e palestras sobre a cadeia de reciclagem e as políticas que são desenvolvidas para realizar a coleta seletiva, de forma que possam aproveitar melhor os materiais coletados, esclarecer a sociedade sobre a importância de se realizar a coleta seletiva, formar hábitos sociais e ambientais que permitam valorizar mais o seu próprio trabalho. Ao reconhecerem-se como agentes ambientais, contribuem efetivamente para o equilíbrio ecológico no município.

Existem processos intelectuais relacionados a essa população que necessitam ser estimulados e desenvolvidos pelo bem da Associação, do meio ambiente e por extensão de toda a sociedade, pois são colaboradores da sociedade que necessitam de valorização.

Além do mais, sendo a maioria mulheres que chefiam famílias é importante que elas se reconheçam como sujeitos de direitos, capazes de participar

socialmente do desenvolvimento socioambiental da comunidade em que convivem. Isto quer dizer que a Associação pode promover atividades que motivem o desenvolvimento da autoestima para seus associados. Essas ações contribuirão para prestigiar e valorizar as mulheres e seu papel social e familiar, fomentar estratégias e práticas que venham trazer capacitação e qualificação educacional e profissional, contribuindo para o empoderamento político e econômico.

|

8 REFERÊNCIAS

AGENDA 21 BRASILEIRA - **Ações Prioritárias**/Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional, 2002.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?**. In: *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 40, p. 231-251, abril 2017.

ÁLVARO, Mirla Cisne. **Feminismo**, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6406>. Acesso em: 14 set. 2018.

AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. **Histórico**. Publicado em 13/09/2019. Disponível em: <https://www.amop.org.br/detalhe-da-materia/info/historico/>Acesso em 19.09.2020

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

ARCHANJO, Daniela Resende. **Conceitos introdutórios de educação para e em Direitos humanos**. Curitiba: UFPR, 2014.

ARON, R. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski de. Trabalho, gênero e cuidado na cadeia da reciclagem: uma abordagem da consubstancialidade das relações sociais. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13thWomen's Worlds Congress (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2017.

BARDIN, Laurence. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. V.1 Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BRASIL. Lei Ordinária no 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 dez. 1971.

BRASIL.Secretaria de políticas para as mulheres – **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres** – II PNPM. Brasília-DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras

providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 ago. 2010.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: Ética do Humano – Compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARVALHO, Rutineia Oliveira. Sociedade, Mulher e Profissão. In: **Revista de Gestão e Secretariado - GeSec**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 27-44, jan./abr. 2016.

CARVALHO, Marília Pinto de. "**Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico**". In: BRUSCHINI, Cristina; BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Orgs.). Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.

CHALUB-MARTINS, Leila. Gênero e meio ambiente: por uma pedagogia do Re-Conhecimento. In **Anais do III Encontro da ANPPAS**. Brasília: ANPPAS, 2006.

COELHO APF, BECK CLC, FERNANDES MNS, FREITAS NQ, PRESTES FC, TONEL JZ. Mulheres catadoras de materiais recicláveis: condições de vida, trabalho e saúde. **Rev. Gaúcha Enferm**. 2016.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Moschkovich, Marília. São Paulo: nVersos, 2015.

CORAGGIO, José Luis; LAVILLE, Jean-Louis. **Reinventar la Izquierda en El Siglo XXI Hacia un diálogo Norte-Sur**, Instituto de Altos Estudios Nacionales / Rensamiento Radical, 2014.

CORREA, Saionara Escobar de Oliveira. O conhecimento da problemática ambiental do lixo na visão dos alunos de 5ª a 8ª séries em escolas municipais de Itaqui- RS. Uruguaiana, PUCRS- Campus II, 2001. **Monografia de pós-graduação**. Educação.

DANSA, C. & MOURÃO, L. - **A Educação/ Gestão Ambiental Urbana**. Brasília.1998.

DESBIENS, Y.; FERRERA DE LIMA, J. Quadro do desenvolvimento Regional. **Revista Interfaces**, Brasil/ Canadá, n. 4, p. 179-192, 2004.

DRUCIAKI, Vinícius Polzin. **Planejamento e desenvolvimento regional: algumas notas sobre o estado do Paraná**. In: DRd – Desenvolvimento Regional em debate Ano 3, n. 1, maio 2013.

DIAS, Sonia; FERNANDEZ, Lucia. "**Waste Pickers – A Gendered Perspective**." In Cela, Blerta, Irene Dankelman and Jeffrey Stern, eds., Powerful Synergies: Gender Equality, Economic Development and Environmental Sustainability. United Nations Development Programme, pp. 153-157. <http://wiego.org/publications/wastepickers-gendered-perspective>, 2013.

DIAS, Sonia; MATOS, Marlise; OGANDO, Ana Carolina. **Mujeres Recicladoras: Construyendo una Agenda de Género en las Organizaciones de Recicladores.** In Fernando Lopez Castellano, ed., Medio ambiente y desarrollo. Miradas feministas desde ambos hemisferios. Granada: Editorial Universidade de Granada, pp. 221-240. <http://wiego.org/publications/mujeres-recicladoras-construyendo-una-agenda-degenero-en-las-organizaciones-de-recicla>, 2013.

EIGENHEER, Emílio M. (org.) - **Coleta Seletiva de Lixo.** Rio de Janeiro: In-Folio/UFF, 1998.

ESPÍNOLA. Caroline Cavalcante. **Entre Tapas e Beijos:** estudo sobre a violência doméstica contra a mulher no Estado da Paraíba (Brasil), após a entrada em vigor da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), 2015.

ESTERMANN, J. Interculturalidad: **Vivir la Diversidad.** La Paz: Instituto Superior Ecumênico Andino de Teologia, 2010.

FERRI, Caroline; CAMARDELO, Ana M.P.; OLIVEIRA, Mara de. **Mulheres, desigualdade e meio ambiente** [recurso eletrônico] / – Caxias do Sul, RS: Educus, 2017.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos:** história da sociedade patriarcal no Brasil. 51ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GARCIA, Sandra Mara. Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente. In: **Estudos Feministas** 163 N. 0/92. Florianópolis: UFSC, 1992.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUATTARI, Felix. – As Três Ecologias. São Paulo: Papirus, 1998.

GUEDES, Valdir Lamim; INOCÊNCIO, Adalberto Fernando. Mulheres e sustentabilidade: uma aproximação entre movimento feminista e a educação ambiental. In: **VII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental.** Rio Claro - SP, 07 a 10 de Julho de 2013.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental: um consenso ou um embate? Campinas-SP: Papirus, 2000.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. 8 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

HUNTER, James C. **O monge e o executivo:** uma história sobre a essência da liderança. 17º ed. (trad. Maria da Conceição F. de Magalhães) RJ: Sextante, 2004.

JUNQUEIRA, R. **Diversidade sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas (Org.). Brasília: MEC/Secad/Unesco, 2009.

KOCH-GONZALEZ Jerry; RAU, Ted J. **Muitas vozes uma canção** – Autogestão por

meio da sociocracia. São Paulo: Editora Voo, 2019.

LAGOS, Marcia Beraldo; LAGOS, Frank Silvano; Mello, Nilvânia Aparecida, CORONA, Hieda Maria Pagliosa. A perspectiva de gênero na construção da sustentabilidade. In: **Cadernos de gênero e tecnologia**, n.30 e 3, Ano:11 jul a dez/2014.

LEAL, L. Marcia. Percepção Ambiental dos Funcionários de um hotel em Relação à Prática das Ações dos 3 R'S. **Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul** - Universidade de Caxias do Sul-RS. Brasil, 2012.

LIMA, Jandir Ferrera de; PIACENTI, Carlos Alberti; ALVES, Lucir Reinaldo; PIFFER, Moacir. **A percepção do conceito de desenvolvimento regional nas áreas atingidas pelos reservatórios de Itaipu e Salto Caxias**. TOLEDO-PR: UNIOESTE/Fundação Araucária, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1997.

LUZ, Nancy Stancky da; CARVALHO, Marília Gomes de; CASAGRANDE, Lindamir Salete. **Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola**. Curitiba: UTFPR, 2009.

MAIA, J. M. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 71, p. 155-168, 2013.

MAKKI, Salma Hussein; SANTOS, Marcelo Loeblein dos. Gênero e criminalidade: Um olhar sobre a mulher encarcerada no Brasil. **Revista Âmbito Jurídico**, 2010.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MANDARINO, Adriana - Gestão de resíduos sólidos. Legislação e práticas no Distrito Federal. **Dissertação de Mestrado**. CDS. UnB. Brasília. 2000.

MARTINEZ, Rayén Quiroga. **NATURALEZA, CULTURAS Y NECESIDADES HUMANAS**. Ensayos de Transformación. MEXICO: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente - PNUMA - Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2003.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

MELO, Hildete P. Divisão sexual do trabalho e pobreza, em autonomia econômica das mulheres. Brasília-DF: **Fundação Alexandre Gusmão**, 2011.

MINAYO, M.C.S. *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2012; 17(3): 621- 626.

MORAES, Eunice Léa de, GASSEN, Gladis Vera. A Transversalização das Questões de Gênero e Raça nas Ações de Qualificação Social e Profissional. In: **Nota Técnica do IPEA**. Mercado de trabalho. 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_25f.pdf, acesso dia 05 de outubro de 2019.

MOREIRA, Luiza de Marilac Miléo. **Vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis e suas relações com a economia solidária** / Luiza de Marilac Miléo Moreira. – Manaus: Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2013.

MOURO, Higor Henrique. **Gênero e Ambiente: Reflexões sobre o papel da mulher na questão socioambiental**. Faculdades de Ciências Sociais e Humanas – FCSH – Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2017.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011. Disponível em: Disponível em <http://www.anpad.org.br/rac> Acesso em: 30 jun. 2020.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. (Org.). **Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NETO, J. P. & BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

NOWAK, Bruna (org.). **Constitucionalismo feminista: expressão das políticas públicas voltadas à igualdade de gênero**. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>>. Acesso em: 02 de julho de 2020.

PEREZ, C. *Technological revolutions and techno-economic paradigms*. **Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics**, nº. 20. Technology governance, 2009

PMSTI – Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de Itaipu. (2020). Disponível em: <https://www.stitaipu.pr.gov.br/cidade/historia.html#:~:text=Fundado%20em%2003%2>. Acesso em 18.09.2020

PRETTO, Valdir. **Exclusão social e questões de gênero**. Caxias do Sul – RS: Educs, 2015.

REIF, Laura. **Radical, liberal, interseccional**. Conheça as principais vertentes do feminismo: entenda as linhas de pensamento de cada corrente do movimento feminista (2019). Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/radical-liberal-interseccional-conhec-as-principais-vertentes-do-feminismo> Acesso em 26.08.2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas** (3a ed.). São Paulo: Atlas, 2011.

RUPPENTHAL, J. E. **Gestão ambiental**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Fernanda Massaro dos. *Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin*. In: **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 1, mai. 2012. Resenhas. ISSN 1982-7199. Programa de Pós-Graduação em Educação.

SCOTT, J. (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1996, pp. 71-99.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e Colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradução de Rose Barboza. Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical. **Revista E-Cadernos**, Publicação Trimestral, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES), n. 18, 2012.

SILVA, José Flávio Marques da; TONDO, Isabel de Souza Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Desenvolvimento local em Guaíra-PR: impasses e alternativas. In: **INTERAÇÕES Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 8, N. 2, p. 165-174, Set. 2007.

SILVA NETO, A. V. As políticas públicas de transportes no Paraná: uma análise do governo Jaime Lerner - 1995-2002. 2005. 133f. **Dissertação (Mestrado em Economia)**- Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

SILVEIRA, Maria Lúcia; TITO, Neuza. Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: **Sempre Viva Organização Feminista**, 2008.

SORRENTINO, Marcos. Educação Ambiental como política pública. **Revista educação e Pesquisa** v.31, n.2. São Paulo: 2005.

TAMAYO A. (Org.), **Cultura e saúde nas organizações** (pp. 11-16). Porto Alegre: Artmed. 2000.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Tudo é história, 145.).

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são os Direitos Humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 321.).

TORRES, Iraildes Caldas (Org.). **O ethos das mulheres da floresta**, Manaus. Valer, 2012.

URQUIZA, Marconi de Albuquerque; MARQUES Denilson Bezerra. Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica. **In: Entretextos**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 115-144, jan./jun. 2016.

VALLIN, Isabella de Carvalho; DIAS, Sylmara Lopes Francelino Gonçalves. Injustiça Ambiental e Gênero: Um Olhar Sobre as Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis. **In: VIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. São Paulo: USP, Outubro de 2017 .

VERGARA, S. C. **Gestão de pessoas**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

TAGUE-SUTCLIFFE, J. Introducción a la informetria. **ACIMED, Havana**, v. 3, n. 2, p. 26-35,1994.

VIECELI, Cristina Pereira. **Mulheres chefes de família e a vulnerabilidade à pobreza**. (2020). Disponível: <https://contee.org.br/mulheres-chefes-de-familia-e-a-vulnerabilidade-a-pobreza/#>. :Acesso em: 08.05.2021.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**. Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA ASSOCIADOS DA ACARESTI

Convido-o (a) a participar desta pesquisa que objetiva analisar comparativamente, a motivação socioambiental de mulheres e homens para o trabalho de triagem e organização dos materiais recicláveis, realizado pela ACARESTI. Para isso, disponibilizar-se-á um questionário/entrevista aos associados para compreender as impressões individuais de cada participante. A participação na pesquisa é livre e nela assume-se o compromisso de manter sigilo sobre sua identidade, assim como garantia para que seu desenvolvimento não acarrete riscos ou desconfortos aos participantes.

Agradeço a colaboração, e coloco-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Eu,-----, RG Nº:-----, aceito responder este questionário.

ASSINATURA

6.1 PERFIL SOCIODEMOGRAFICO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO.

1- Sexo

Masculino Feminino

2- Idade: _____

3-Cor:

Branca Preta Amarela Parda Indígena

4- Estado Civil:

Casado (a) União Consensual Solteiro (a)

Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente

Divorciado(a) Viúvo(a)

5-Grau de escolaridade:

Analfabeto

Sabe ler e escrever

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Superior Incompleto

Superior Completo

Pós-Graduação

6- Cargo/ função que desempenha na Associação: _____

7- Contando com você, quantas pessoas vivem na sua casa? _____

8- Quantas pessoas trabalham na sua família, incluindo você? _____

9- Qual rendimento bruto mensal familiar?

1 salário mínimo

Entre 1 e 2 salários mínimos

- () Entre 3 e 4 salários
- () Entre 5 e 6 salários
- () Acima de 7 salários mínimos

10 Que outra (as) função (s) desempenhava antes de trabalhar na Associação? _____

11- Caso você tenha ficado sem ocupação remunerada antes de trabalhar na Acaresti, quanto tempo ficou desempregado (a)? _____

12- Você possui:

- () Casa Própria-Quitada () Financiada () Alugada () Familiar () Cedida

13- Em qual bairro você mora? _____

14- Você recebe benefício de algum programa social de renda:

- () Bolsa Família
- () Vale Leite
- () Cesta Básica
- () Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
- () Outro (Qual?) _____

15- Tempo de serviço na Associação? _____

16- Com o que você gasta o dinheiro que é ganho na Associação?

- () Aluguel
- () Prestação de moradia (casa própria)
- () Prestação do carro
- () Transporte
- () Manutenção de roupas e calçados para mim e para a família
- () Alimentação
- () Remédios
- () Móveis e eletrodomésticos
- () Internet
- () Lazer
- () Cigarro
- () Bebida
- () Outros _____

17 - Onde você costuma usar o dinheiro ganho com o trabalho na Associação?

- () No comércio local
- () Em outro País
- () Em outro Município
- () Faço poupança
- () Outros _____ -

Objetivo 2: Registro de como as trabalhadoras percebem e explicam a divisão do trabalho na ACARESTI, identificando se elas concordam, como se localizam, definem e descrevem suas ações dentro da cadeia de trabalho.

18- Como você avalia suas condições de trabalho na Associação?

- () Excelentes
- () Boas
- () Regulares
- () Ruins
- () Péssimas
- () Não sei dizer

19- Como é desempenhado o trabalho em equipe na Associação? Marque as opções que julgares serem condizentes com sua realidade atual.

- () No ambiente de trabalho há liberdade.
 () No ambiente de trabalho há cooperação de homens e mulheres.
 () No ambiente de trabalho há divisão Justa de trabalho entre homens e mulheres.
 () No ambiente de trabalho a divisão de trabalho é injusta entre homens e mulheres.
 () No ambiente de trabalho os conflitos são resolvidos facilmente.
 () No ambiente de trabalho os conflitos são de difíceis resoluções.
 () A não resolução dos conflitos geram dificuldades de relacionamento e entrosamento na equipe.

20- Numere por ordem de importância, por quais motivos você trabalha na ACARESTI?

- () Próximo de minha casa.
 () Devido ao valor de salário pago.
 () Pelo fato de poder conciliar cuidados familiar e o trabalho.
 () Porque gosto do que faço.
 () Tive a indicação de amigos e familiares.
 () Devido a minha baixa escolaridade.
 () Devido minha idade.
 () Por não ter uma formação profissional.
 () Por falta de oferta de emprego.
 () Pelos efeitos positivos que meu trabalho produz para a sociedade.
 () Pela contribuição de meu trabalho ao meio ambiente.
 () Outros Qual: _____

21- Se você pudesse escolher, dos cargos e funções abaixo qual, ou quais gostaria de desempenhar, por ordem de importância:

- () Diretoria
 () Conselho Fiscal
 () Coletores de Recicláveis
 () Coletores de Lixo Comum
 () Triagem
 () Enfardamento
 () Nenhum destes
 Por quê? _____

24- Das funções e cargos abaixo, quem desempenha melhor as tarefas? Homens ou Mulheres?

- | | | |
|--------------------------|------------|--------------|
| Diretoria | () Homens | () Mulheres |
| Conselho Fiscal | () Homens | () Mulheres |
| Coletores de Recicláveis | () Homens | () Mulheres |
| Coletores de Lixo Comum | () Homens | () Mulheres |
| Triagem | () Homens | () Mulheres |
| Enfardamento | () Homens | () Mulheres |
| Empilhadeira | () Homens | () Mulheres |
| Por quê? | _____ | |

Objetivo 3: Análise da hipótese de a dimensão de gênero interferir na razão para

o desenvolvimento da atividade de reciclagem na ACARESTI e, caso positivo, de que formas.

25- Como você vê seu trabalho na ACARESTI? Marque as questões que julgares serem condizentes com sua realidade atual.

- Prazeroso.
- Gera desgaste físico e mental.
- É útil para a sociedade.
- Contribui para com o meio ambiente.
- Propicia melhor qualidade de vida, tanto pessoal como familiar.
- Meu trabalho me ensinou novas habilidades.

26- Quais destes problemas são enfrentados por vocês, associados da ACARESTI? Podem assinalar mais de uma questão:

- Acidentes, (doenças), causados pelo manuseio dos resíduos sólidos.
- Preconceito pela profissão.
- Baixa remuneração (Salário).
- Falta de reconhecimento da sociedade e do poder público para com os catadores e os recicladores.
- Insalubridade não condizente com cargos e funções.
- Dificuldades na utilização dos EPI's (Equipamentos de proteção individual).
- Dificuldades com o uso da máscara como prevenção da Covid.
- Outro. Qual? _____

27- Destes problemas, qual, ou quais mais lhe preocupa? E Por quê?

28- Você pratica a coleta seletiva na sua casa?

- Sim
- Não
- Às vezes Por quê? _____
- Nunca

25- Como você descreve sua vida depois de ter começado a trabalhar na Associação?

29- Em termos pessoais, que aprendizado e habilidades você obteve após ingressar na Associação?

- Aprendi a me conhecer e me valorizar mais.
- Aumentei meu círculo de amizades.
- Adquiri uma maior educação ambiental.
- Despertei para a necessidade de retornar aos estudos.
- Tenho mais cuidados pessoais.
- Tenho maior facilidade na resolução de conflitos.
- Aprendi sobre vendas e negociações.
- Desenvolvi minha coordenação motora.
- Aumentei minha força física.
- Aumentei minha memória, linha de raciocínio.
- Aprendi a tomar decisões rápidas.
- Melhorei minha comunicação verbal.

- () Aprendi a ler e escrever.
- () Aprendi a separar melhor os resíduos em casa.
- () Outros _____

30- O que você espera para o futuro? Assinale quantas alternativas acredita serem importantes.

- () Valorização da profissão.
- () Maior remuneração (salário).
- () Aumento da auto estima.
- () Voltar aos estudos.
- () Aprender uma outra profissão.
- () Melhores condições de trabalho.
- () Mudar de emprego: QUAL? _____

APÊNDICE B – PLANILHA DE OBSERVAÇÃO E COLETA DE DADOS NA
ACARESTI

OBJETIVOS	ATIVIDADE OBSERVADA	OBSERVAÇÃO	DATA
Identificar como a cadeia produtiva da reciclagem contribui para a inclusão social dos envolvidos no processo;	Coleta seletiva		
	Triagem		
	Comercialização		
	Divisão do trabalho		
	Divisão de cargos		
	Rotina de trabalho		
Verificar se o trabalho na ACARESTI promove o desenvolvimento pessoal dos associados(as);	Palestras-treinamentos		
	Cursos		
	Reuniões de trabalho		
	Programas de motivação		
	Incentivo à escolaridade		
Compreender como e de que forma a dimensão de gênero incide sobre a motivação para o trabalho de reciclagem na ACARESTI;	Caracterização do trabalho feminino na Acaresti		
	Jornada de trabalho		
	Valorização do trabalho feminino; Satisfação, que ações de reconhecimento: Existem elogios, forma de tratamento (Motivação), qual é o comportamento dos associados(as)? Há cooperação nas tarefas diárias na		

	associação entre homens e mulheres?		
Pesquisar se o trabalho desenvolvido na ACARESTI modificou o hábito da separação de resíduos sólidos domésticos dos associados;	<p>Gestão ambiental própria questão de limpeza; Panfletos cartazes afixados;</p> <p>Os resíduos sólidos que não são vendidos o que fazem?</p> <p>Como é feito distribuição de resíduos sólidos em bom estado?</p> <p>Consumo de água, energia, saneamento básico, como ocorre na associação?</p> <p>Objetos reutilizáveis, exemplos: (Livros), (Revistas), (Jornais), e demais materiais didáticos, há a intenção de montar uma biblioteca interna? Teria alguma aceitação por parte dos associados(as)?</p> <p>Refeitório e seu funcionamento</p> <p>Caneca individual; talheres, pratos são reutilizáveis?</p> <p>Como é a ventilação, iluminação do espaço físico?</p>		

<p>Investigar a percepção do valor social e ambiental do próprio trabalho, entre os associados da ACARESTI.</p>	<p>Observar a organização do trabalho, as relações de trabalho quanto a organização de horários,</p> <p>Desenvolvimento de projetos de gestão voltados para o bem estar e a qualidade de vida dos associados(as)</p> <p>Satisfação dos associados(as) em desenvolver os trabalhos na associação</p> <p>Perspectivas futuras para com a vida profissional</p>		
---	--	--	--

APÊNDICE C -REGISTRO DA ANÁLISE DOCUMENTAL

DOCUMENTOS	RESULTADO DA ANÁLISE
Atas	
Estatutos	
Regimentos da ACARESTI	
Registros	
Jornais	
<i>Home page</i>	
Outros documentos	

APÊNDICE D - ENTREVISTA PARA ASSOCIADOS DA ACARESTI

1. Nome e idade:
2. Estado civil
3. Quantas pessoas residem na sua casa?
4. Quantas pessoas dependem economicamente do seu ganho na ACARESTI?
5. Há quanto tempo você atua na preservação ambiental por meio da coleta seletiva?
6. O que motivou a sua inserção neste ofício?
7. Que trabalho realizava antes de trabalhar na ACARESTI? Por que esse trabalho era menos atrativo do que o trabalho na Associação?
8. Sente o desejo de mudar de emprego? Por quê?
9. É natural desta localidade ou veio de outra cidade ou país? Se é imigrante, de onde veio, por quê?
10. Através do questionário percebeu-se que os associados homens gastam mais com remédios que as associadas mulheres. Por que os homens gastam mais com remédios?
11. Em relação ao trabalho em equipe, realizado na Acaresti, como você considera esse fazer em relação à cooperação no trabalho? Há conflitos? Como são solucionados?
12. Que fator influencia para vc trabalhar na acaresti:
 - O local é próximo da sua moradia?
 - O salário satisfaz suas necessidades?
 - Vc consegue conciliar o trabalho e o cuidado com sua casa e filhos?
 - Você gosta do seu trabalho?
 - Você se associou por indicação de alguém?
 - A baixa escolaridade influi para se associar à associação de coleta seletiva?
 - As empresas não contratam trabalhadores de sua idade?
 - Você se associou porque não conseguia emprego em outro setor?
 - Você considera seu trabalho um benefício para a sociedade? E para o meio ambiente?
13. Se você não fosse associado à ACARESTI, que trabalho gostaria de fazer? Por quê?
14. Embora os associados tenham declarado que estão satisfeitos com o trabalho, falou-se em melhores condições de trabalho. O que você considera como melhores condições de trabalho?
15. O que você acha que é necessário para ampliar a autoestima dos associados da ACARESTI?